

# **Comunicação, Informação e Cultura**

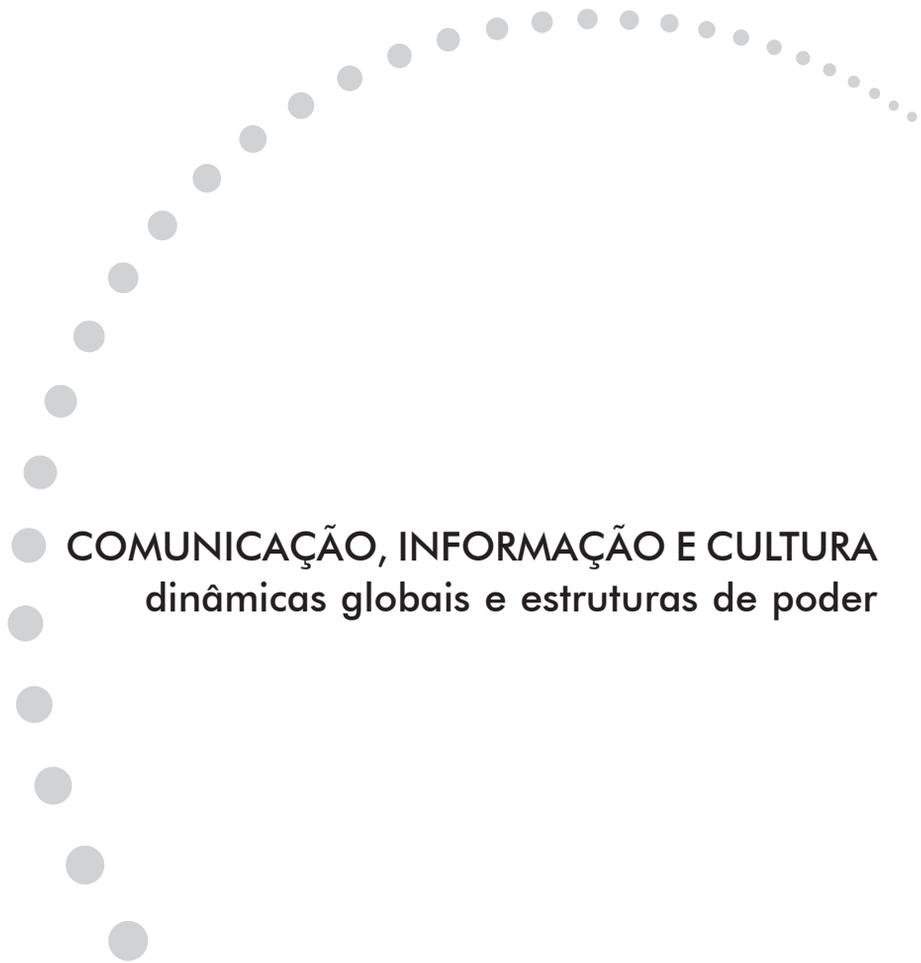
dinâmicas globais e estruturas de poder

*Othon Jambeyro César Bolaño Valério Brittos*  
organizadores



**2** biblioteca  
*Ética*





**COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E CULTURA**  
dinâmicas globais e estruturas de poder

## **Biblioteca Eptic**

- 1 - Comunicação, informação e espaço público:  
exclusão no mundo globalizado.
- 2 - Comunicação, informação e cultura:  
dinâmicas globais e estruturas de poder

*Othon Jambeiro, César Bolaño e Valério Brittos (organizadores)*

## **Conselho Editorial da Biblioteca Eptic**

*Alain Herscovici*

*César Bolaño (coordenador)*

*Murilo Ramos*

*Othon Jambeiro*

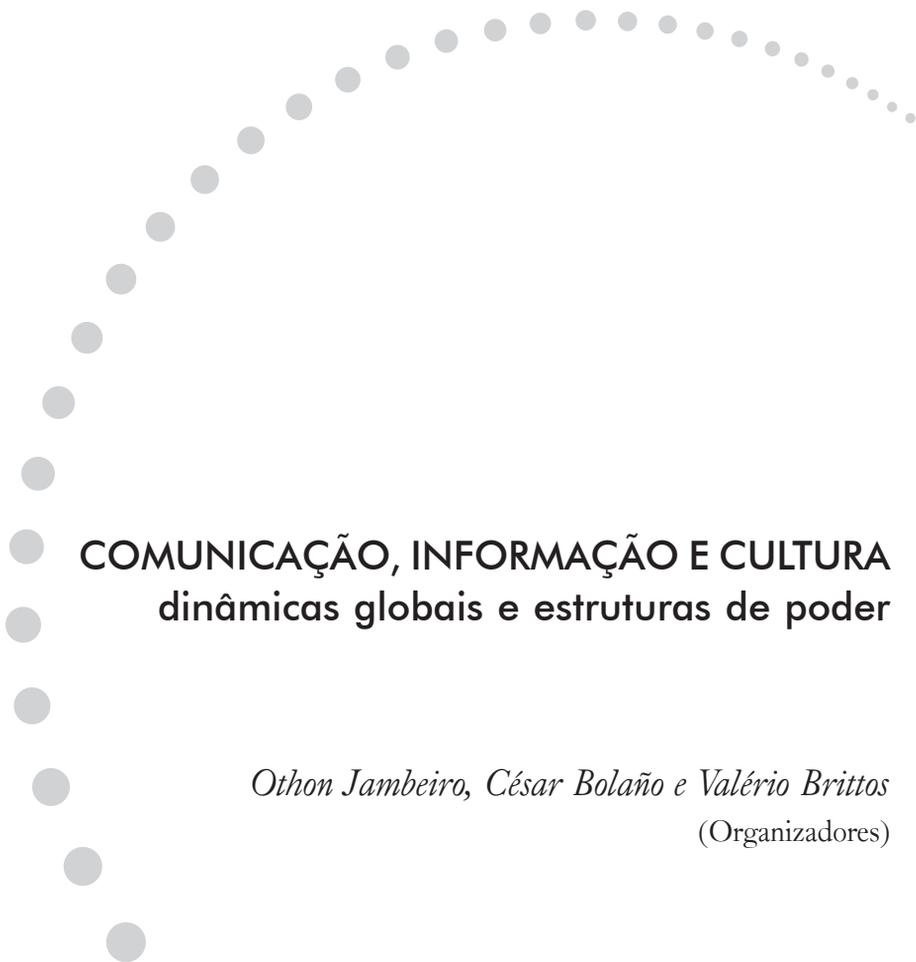
*Sérgio Caparelli*

*Sonia Virgínia Moreira*

*Valério Brittos*

**Eptic - Rede Economia Política das Tecnologias  
da Informação e da Comunicação**

[www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br)



**COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E CULTURA**  
**dinâmicas globais e estruturas de poder**

*Othon Jambeiro, César Bolaño e Valério Brittos*  
(Organizadores)



Salvador Bahia  
2004

Copyright © 2004 por Valério Brittos, Alain Herscovici, Marcos Dantas,  
Othon Jambeiro, César Ricardo Silveira Bolaño, Lavina Madeira Ribeiro.

O conteúdo deste livro é de inteira responsabilidade dos autores.

Revisão  
*dos autores*  
Capa e projeto gráfico  
*Angela Garcia Rosa*

---

C741 Comunicação, informação e cultura : dinâmicas globais e estruturas de  
poder / Othon Jambeiro, César Bolaño e Valério Brittos (organizadores).  
- Salvador : Edufba, 2004.  
196 p.

ISBN: 85-232-0322-2

1 . Comunicação e cultura. 2. Comunicação - Aspectos sociais. 3  
Comunicação de massa e tecnologia, 4. Crianças e televisão - Censura. 5.  
Ensino a distância. 6. Sociedade da informação. 7. Liberdade de imprensa.  
I. Jambeiro, Othon, II. Bolaño, César, III. Brittos, Valério, IV. Título.

CDU – 659.3  
CDD – 658.45

---

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> <i>Murilo César Ramos</i>	7
<b>INTRODUÇÃO</b> <i>César Bolaño e Valério Cruz Brittos</i>	11
<b>TELEVISÃO E BARREIRAS: AS DIMENSÕES ESTÉTICA E REGULAMENTAR</b> <i>Valério Cruz Brittos</i>	15
<b>A ECONOMIA POLÍTICA DA INTERNET E SUA CRISE</b> <i>César Bolaño e Marcos Castañeda</i>	43
<b>O BRASIL NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: BASES PARA UM ESQUEMA DE ANÁLISE</b> <i>Othon Jambeiro</i>	67
<b>MEDIAÇÃO DO TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO: flexibilidade e reestruturação produtiva no Brasil</b> <i>William Dias Braga</i>	85
<b>A IMAGINAÇÃO DE UM CONTROLE PÚBLICO A PARTIR DO REGULAMENTO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL: a utilização dos aparatos regulatórios da Agência Nacional de Telecomunicações pelo usuário-cidadão</b> <i>Sayonara Leal</i>	117
<b>PROTEÇÃO À INFÂNCIA E LEGISLAÇÃO NO SISTEMA TELEVISIVO ARGENTINO</b> <i>Paula Rodríguez Marino</i>	133
<b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E MODERNIZAÇÃO REGRESSIVA</b> <i>Wagner Braga Batista</i>	151
<b>EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS: DIREITO DE TODOS!</b> <i>Maria de Fátima Monte Lima</i>	175
<b>OS RESUMOS</b>	189
<b>OS AUTORES</b>	193



## PREFÁCIO

Ser crítico, duvidar, pensar e propor alternativas aos modos dominantes como hoje se acerca a *questão social*; eis aí um elenco de possibilidades que se revelaram difíceis, quase ao ponto de impraticáveis, nos mundos da academia e da política ao longo dos anos 90 do século XX. Anos da ressaca ideológica causada pelo desmonte da União Soviética e, com ele, a revelação definitiva do fracasso objetivo do chamado socialismo real; anos do desfile triunfante da ideologia neoliberal que, da Grã-Bretanha e Estados Unidos, desde o final dos anos 70, espalhará-se quase sem resistência pelo resto dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Fim da história e fim da política; pós-modernidades que pregavam o debacle das grandes narrativas resultantes de agudos projetos históricos de rupturas, como o foram as revoluções burguesas; ensaísmo acadêmica de impostura, a fazer de metáforas arremedos de conceitos e categorias de análise político-econômica e sociocultural. Foram mesmo anos difíceis os 90 do século XX, apesar dos muitos focos de resistência política e intelectual que jamais deixaram de existir aqui, no Brasil, e acolá, do restante da América Latina a Europa e até mesmo na América do Norte. Porque o pensamento que se quis único sequer chegou a se tornar amplamente hegemônico.

E foi nesse espaço de resistência política e intelectual que sempre pudemos encontrar no Brasil, com significativas articulações internacionais,

ao longo do período de cerco conservador aqui destacado, o grupo de professores e pesquisadores agregados na revista eletrônica *EPTIC*, voltada ao estudo e debate da *Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação*. Grupo também com intensa participação em grupos de trabalho e eventos levados a termo por sociedades científicas no Brasil e no exterior.

Este livro, que me coube a honra de prefaciar, é mais um resultado desse trabalho constante do grupo da Eptic. Sua origem está no *II Encontro de Economia Política da Informação e da Comunicação do Mercosul*, realizado na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, de 26 a 28 de março de 2002, cujo fim era não apenas a apresentação e troca de textos acadêmicos entre acadêmicos de América Latina, Europa e América do Norte, mas também, e principalmente, a consolidação e expansão da aliança intelectual e política que tivera seu primeiro momento fundador cerca de um ano antes, na Argentina, quando se escreveu a *Carta de Buenos Aires*. Carta que resultou em Brasília no anúncio de uma, ao mesmo tempo modesta e pretensiosa iniciativa: a União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC). Iniciativa que poucos meses depois, de 17 a 19 de julho de 2002, durante o III Encontro de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, em Sevilha, na Espanha, ganhou sua institucionalidade.

A economia política é a sustentação teórica indispensável ao pensamento crítico e transformador. Indispensável porque totalmente necessária, mesmo que não suficiente, apresso-me a acrescentar antes que me seja assacado o rótulo de determinista, ainda que eu o seja; sempre, é claro, em última instância.

Neste livro, que se incorpora agora às obras coletivas que se acercam criticamente da informação, da comunicação e da cultura, a economia política é o fio condutor teórico de trabalhos que:

- buscam assentar as bases conceituais para se analisar a entrada, ou não, do Brasil no que se tem convencionado chamar de sociedade da informação, como o fez Othon Jambeiro;
- avançam detalhada análise político-econômica da internet, com importantes dados empíricos, de modo a melhor entender sua fulminante

ascensão como negócio e sua igualmente fulminante crise econômico-financeira, como o fizeram César Bolaño e Marcos Castañeda;

- avançam uma igualmente detalhada análise político-econômica, esta de caráter mais teórico, sobre barreiras de entrada no mercado de televisão, a partir do que o autor, Valério Cruz Brittos, identificou como dimensões estéticas e regulamentares;

- analisam, na forma de estudo de caso, como a legislação pode, ou não, proteger a infância em um sistema de televisão, como o fez Paula Rodríguez Marino, ao debruçar-se sobre o caso argentino;

- abordam a questão da relação entre comunicação e educação, mediada pelas redes e suas sempre novas tecnologias, e identificam o uso conservador que em geral decorre dessa relação no liberalismo, como o fizeram em seus artigos Wagner Braga Batista e Maria de Fátima Monte Lima;

- mergulham em um aspecto recente dos ambientes político-regulatórios as comunicações recém-privatizadas no Brasil, e demonstram como esses ambientes, apesar dos seus mecanismos formais de transparência, estão distantes da cidadania, como o fez Sayonara Leal;

- investem na análise teórica, a partir de uma investigação empírica, da categoria trabalho, tal qual manipulada pelos meios de comunicação em seu esforço, vão, de demonstrar a irrelevância dessa vital categoria para a compreensão das contradições das sociedades contemporâneas, como o fez William Dias Braga.

Enfim, em sua diversidade, desigualdade e até mesmo no uso irregular dos referenciais de análise da economia política, os artigos que compõem este livro dão inegável demonstração do vigor crítico e seriedade intelectual que fazem da EPTIC e, agora também, da ULEPICC, referências fundamentais, no Brasil e exterior, para a prática acadêmica e política da comunicação, da informação e da cultura.

*Murilo César Ramos*

Brasília, dezembro de 2003.



# INTRODUÇÃO

César Ricardo Siqueira Bolaño\*  
Valério Cruz Brittos\*\*

---

bolano@ufs.br  
val.bri@terra.com.br

A Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura é o cerne do conjunto de capítulos integrantes desta obra. O primeiro, *Televisão e barreiras: as dimensões estética e regulamentar*, de Valério Brittos, discute a oligopolização dos mercados televisivos. Considerando este processo, é formulada uma taxonomia de barreiras à entrada própria da televisão, a *político-institucional* e a *estético-produtiva*, a primeira decorrente do processo de regulamentação e a segunda relacionada com padrões tecnocéticos. Na sequência, César Bolaño e Marcos Castañeda, em *A economia política da internet e sua crise*, tratam do desenvolvimento da rede mundial de computadores, da crise das empresas ditas virtuais e da importância das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) na reestruturação capitalista atual.

Othon Jambeiro, por seu turno, em *O Brasil na Sociedade da Informação: bases para um esquema de análise*, busca identificar elementos estruturais dessa nova formação social. Também levanta alguns dos postulados constitutivos de um entendimento atualizado da sociedade da informação. Já William Dias

---

\* Professor na Universidade Federal de Sergipe (UFS), onde coordena o Observatório de Comunicação (Obscom), e doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

\*\*Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Braga, autor de *Mediação do trabalho e estratégias de comunicação: flexibilidade e reestruturação produtiva no Brasil*, apresenta modos de construção das estratégias de comunicação para a implementação da reestruturação produtiva no Brasil, analisando tópicos como as formas de mediação dos discursos hegemônicos sobre a apropriação produtiva do conhecimento científico e tecnológico no campo do trabalho e as relações entre mídia, racionalidade científica e produção no mundo contemporâneo.

No texto *A imaginação de um controle público a partir do Regulamento do Setor de Telecomunicações no Brasil: a utilização dos aparatos regulatórios da Agência Nacional de Telecomunicações pelo usuário-cidadão*, Sayonara Leal traça um breve percurso exploratório dos termos e limites dos controles públicos trazidos no âmbito de um novo marco regulatório para as telecomunicações brasileiras. Paula Rodríguez Marino, por sua vez, estuda a regulamentação de radiodifusão e de proteção à criança na Argentina, enquanto resultado da pressão do conjunto do mercado, em particular de empresas audiovisuais e de produtores de TV, em *Proteção à infância e legislação no sistema televisivo argentino*.

Responsável por *Educação a distância e modernização regressiva*, Wagner Braga Batista examina o papel do ensino *on line* (instrumentalizado por programas de governo) na reconfiguração de sistemas educacionais periféricos. Neste sentido, considera que este modelo subordina a avaliação educacional e as decisões pedagógicas aos parâmetros da economia de mercado. Como contribuição final do livro, Maria de Fátima Monte Lima, em *Educação e novas Tecnologias: direito de todos!*, reflete a respeito das redes educacionais e das TICs no quadro das políticas públicas, visando, nas dinâmicas contraditórias da relação do trabalho com o capital, construir a universalidade da educação, bem como das redes digitais.

A presente obra reflete a perspectiva crítica que norteia o trabalho de seus autores, posicionando a inovação tecnológica e a mídia industrial no arranjo capitalista contemporâneo, onde informação e comunicação alteram, qualitativa e quantitativamente, seu lugar no processo de acumulação, o que, por outro lado, implica ainda na ampliação da tendência histórica de subsunção da cultura no capital. Os meios de comunicação são, assim, relacionados com as condições materiais que viabilizam a produção

e reprodução da sociedade e entendidos na sua dinâmica interna e estrutural. Ou seja, imibrica-se comunicação e capitalismo, sociedade e Estado, considerando-se uma teia de condicionamentos que permite e resulta nos bens simbólicos estruturantes das trocas sociais.

Estas características permeiam não só esta obra, *Comunicação, informação e cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder*, mas todo o projeto *Biblioteca EPTIC*, em que este livro corresponde ao segundo número. Trata-se de uma coleção sobre Economia Política da Comunicação, que visa, por meio do lançamento de títulos individuais e coletivos, de pesquisadores do Brasil e do exterior, suprir a pouquíssima quantidade de livros com este enfoque no país. Lançada pela Rede EPTIC (Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação) – a qual congrega pesquisadores desta corrente, fornecendo, através do portal [www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br), conteúdos acadêmicos, o principal dos quais é a revista *Eptic On Line*, avaliada como *Nacional A* pelo Qualis/Capes –, esta Biblioteca nasce comprometida com a crítica científica à comunicação contemporânea.

Assim é que, com este *Comunicação, informação e cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder*, a Rede EPTIC volta a apresentar à comunidade universitária, em especial aos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Ciências da Informação, Ciências Sociais e Economia, elementos para o debate acerca do papel dos fenômenos comunicacionais e culturais no confronto com o espaço público, neste momento histórico assinalado pelo aumento da funcionalidade econômica, política e cultural dos meios, crescentemente concentrados, quanto à propriedade e controle. Acredita-se, por este caminho, estarem sendo agregados à agenda acadêmica subsídios para o desvendamento das intersecções entre comunicação, cultura e capitalismo, auxiliando a sociedade civil a promover a publicização dos lugares midiáticos existentes e a erguer alternativas democráticas ao hegemônico.

Este volume reúne basicamente artigos apresentados nos dois primeiros encontros de Economia Política da Comunicação, de Buenos Aires e Brasília, realizados em 2001 e 2002, respectivamente, e na reunião de 2002 do GT de Economia Política da Asociación Latino-americana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), em Santa Cruz de la Sierra, em 2002. Esses encontros prepararam o congresso de constituição da União

Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC), realizado também em 2002, em Sevilla. Um segundo volume, em espanhol, a ser publicado em Caracas proximamente, e os números IV(2), IV(3) e V(1) da revista *Eptic On Line* recuperam uma série de outras contribuições apresentadas nesses mesmos três eventos. As atas dos congressos de Sevilla e de Caracas (2004), em preparação, completam as publicações ligadas à ULEPICC.



# TELEVISÃO E BARREIRA: AS DIMENSÕES ESTÉTICA E REGULAMENTAR

*Valério Cruz Brittos\**  
val.bri@terra.com.br

## Introdução

Os mercados capitalistas, inclusive – e enfaticamente – os ligados à comunicação e cultura, apresentam-se via de regra sob a classe de oligopólios, tendência crescente ante os contornos assumidos pelo capitalismo desde as décadas finais do século XX, que estimula a concentração como forma de sobrevivência e expansão empresarial. Os principais movimentos de ampliação e concentração corporativa crescentemente estão mais presentes na comunicação, coincidindo com sua transformação em importante espaço de inversão econômica. Em direção aos mercados internos ou externos, as indústrias culturais expandem-se, procedendo a alianças, realizando sinergias capazes de aumentar a rentabilidade de seus produtos e encontrando novos espaços. Diante disso, médias e pequenas corporações são absorvidas, sucumbem ou, com menos intensidade, assumem posições mercadologicamente inferiores, dirigindo suas ações a públicos restritos, desejosos de estéticas alternativas.

Ao mesmo tempo em que, ante as reordenações capitalistas, onde se insere a inovação tecnológica, a oligopolização tende a crescer, periféricamente

---

\* Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela FACOM/UFBA.  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: <val.bri@terra.com.br>

são forjadas aberturas para que outros grupamentos rompam total ou parcialmente os impedimentos e ingressem nos mercados, disputando inclusive os espaços de liderança, como se tem visto, aliás, no que diz respeito à televisão. Isso ocorre até uma reacomodação, que redefine os lugares das companhias na disputa e na preferência dos consumidores, quando o oligopólio se reformata, com possível alternância de posições. Mas note-se que tudo isso acaba reconduzindo ao oligopólio, já que, como dito, esta é a classe primordial de organização dos mercados sob o capitalismo. Estes oligopólios são configurados devido à presença de barreiras à entrada, as quais garantem os lugares cimeiros às empresas, funcionando como eixo de conquista e fidelização do consumidor, bem como escudo para que seus espaços não sejam atingidos.

Considera-se que os bens culturais apresentam fortes singularidades, em grande medida estabelecidas a partir de sua relação com os públicos, o que conduz à manifestação de barreiras próprias dos mercados comunicacionais. Assim, tendo em vista este processo de oligopolização, apresenta-se duas barreiras específicas das companhias midiáticas, particularmente aquelas relacionadas com os sistemas televisivos, a político-institucional e a estético-produtiva, a primeira decorrente do processo de regulamentação e a segunda relacionada com padrões tecno-estéticos. Esta formulação é articulada no âmbito da Economia Política da Comunicação, incorporando-se o referencial das Estruturas de Mercado, o que não exclui o diálogo pontual com outras contribuições. Por esta via, lança-se as bases de análise da concorrência nos mercados audiovisuais, um referencial perfeitamente ajustado ao caso brasileiro (desenvolvimento irregular da televisão paga e reordenação na TV aberta).

## **Mercado e concorrência**

Adota-se aqui uma perspectiva dinâmica de estudo, das Estruturas de Mercado, a qual foca na idéia de concorrência, sendo chaves as noções de barreiras à entrada e oligopólio. Neste rumo, segue-se majoritariamente as pistas oferecidas por Mario Luiz Possas. No contexto da teoria dinâmica das

Estruturas de Mercado, a concorrência é o princípio unificador básico de determinados elementos explicativos do comportamento da empresa. No entanto, o significado convencionalmente atribuído ao termo concorrência, identificando-o com os métodos que as companhias usam, via de regra, na disputa por parcelas do mercado, através de instrumentos como preços e promoção de vendas, deve ser abandonado, em prol “de uma concepção mais ampliada, que permita fundar teoricamente a análise dinâmica dos mercados no capitalismo” (POSSAS, 1990, p. 163). Para a conquista e sedimentação de posições, os capitais empregam diferentes estratégias, que repercutem num padrão de concorrência, mas a concorrência não se resume ao conjunto de procedimentos característicos da luta por espaço.

A concorrência deve ser considerada além dos métodos de disputa, constituindo-se no enfrentamento dos capitais, ou seja, “no motor básico da dinâmica capitalista, na tradição de Schumpeter, que nesse caso arranca de Marx, apesar da posição em contrário de determinadas leituras marxianas” (ibid., loc. cit.). Dito de outra forma, sem concorrência – e não livre concorrência, que não corresponde à realidade dos mercados, diante da desproporção de recursos – não haveria o próprio capitalismo, pois é através dela que os capitais participam do sistema econômico, por isso constituindo-se num movimento de defrontação entre eles, tomados como unidades de poder de valorização e de expansão econômicas conferidos pelos detentores de sua propriedade. Deve a concorrência ser concebida “como parte integrante inseparável do movimento global de acumulação de capital, em suas diferentes formas, e que lhe imprime, na qualidade de seu móvel primário e vetor essencial, uma direção e ritmo determinados e em conteúdo historicamente específico” (ibid., loc. cit.).

Trata-se de uma dinâmica que se viabiliza nos casos particulares, nos esforços de capital em torno de uma ou várias atividades econômicas, cujo somatório liga-se à circulação do capital em geral, mas que não se restringe a este aspecto. Numa perspectiva neo-schumpeteriana/extensão evolucionária, Possas e Fagundes (1998, p. 113-114) explicam o que compreendem por concorrência:

Concorrência nesta abordagem não é um mecanismo de preço de mercado tomado como dado ou um conjunto de pré-condições de equilíbrio concorrencial (abastecimento atomístico, maximizando racionalidade com completa informação), como na

teoria axiomática neoclássica moderna. Não é também um ajustamento às posições de equilíbrio, conduzindo à eliminação dos lucros extras e desvios variáveis dos cursos de equilíbrio. É um processo interativo entre unidades econômicas visando a apropriação privada dos lucros e o correspondente aumento do valor de capital. O ganho dos lucros nem pressupõe nem visa qualquer espécie de equilíbrio, nem mesmo a clássica equalização das taxas de lucro.

Parte-se da concorrência como noção basilar, mecanismo de ingresso para o enfoque das Estruturas de Mercado, aqui somado a outras elaborações pontualmente ampliadoras. Também é a concorrência o eixo de análise proposto por Bolaño (1995, p. 11), ao procurar articular uma teoria específica para o estudo da televisão, sob o prisma econômico, o que remete “à publicidade, ao papel do Estado e à propaganda, ao jogo do poder no setor, à autonomia das instituições de mediação etc.”. Por este caminho é viabilizada a retomada do tema mediações, uma especificidade da indústria cultural, voltando-se à produção, elemento fundamental para a estruturação do capitalismo atual. Exposto o caráter de mediação, Bolaño continua, demarcando que a indústria cultural representa “a vitória mais estrondosa do capital: a constituição não só de um sistema econômico, mas de toda uma cultura universal” (ibid., p. 25). Na proposta das Estruturas de Mercado, o oligopólio adquire o estatuto de forma geral de organização no capitalismo contemporâneo, não sendo considerado pelo reduzido número de participantes, sendo retirada a excessiva ênfase na rivalidade e nas ações e reações hipotéticas.

O oligopólio pode se manifestar sob mais de uma variante, que se constituem nas principais classes de estruturas de mercado. Embora a lógica de decisão parta da empresa como unidade autônoma de capital, é no mercado enquanto espaço imediato que ela se realiza e faz sentido, mediando e dando contornos concretos e específicos ao objetivo genérico da acumulação. Então, Possas (op. cit., p. 161) define oligopólio como uma classe de estruturas de mercado marcada pela existência de importantes barreiras à entrada, noção que desempenha um papel central, pois condensa as determinações estruturais sobre as quais devem inscrever-se as estratégias corporativas, pelo menos das empresas maiores. Assim, conceitua-se barreiras à entrada como um conjunto de injunções dominadas pelas

empresas líderes, que servem como impedimentos para o acesso de novas corporações num mercado ou para que, ingressando, as demais companhias que compõem o setor não alcancem a liderança.

O caminho que conduz à proposição das barreiras à entrada próprias das indústrias culturais deve passar pelas importantes contribuições de Joe Bain. Para Bain (1956, p. 15-17), as barreiras devem-se a três tipos de circunstâncias, que assinalam triunfos das firmas estabelecidas frente às concorrentes potenciais: vantagens absolutas de custo, de diferenciação de produtos e oriundas de economias reais ou monetárias. A vantagem absoluta de custo é atribuída a controle de métodos de produção, insumos, equipamentos, tipos de qualificação do trabalho e capacidade empresarial, inclusive vantagens monetárias; a de diferenciação de produtos se traduz na preferência estabelecida por produtos existentes, consolidada através de marcas, patentes de desenho, sistemas de distribuição protegidos e permanente inovação em programas de pesquisa e desenvolvimento; a oriunda de economias reais ou monetárias advém de escala de produção, distribuição, promoção de vendas e acesso a mercados, de tal forma que, tanto a escala eficiente mínima represente uma considerável fração do mercado, quanto a redução de custos proporcionada por essa escala ótima seja significativa.

Chesnais complementa esta ponderação de Bain, introduzindo modificações e qualificações na vantagem absoluta de custos como fator responsável por barreiras à entrada. A principal modificação proposta por Chesnais (1996, p. 172) envolve a natureza da matéria-prima em torno da qual atualmente se adquire tais vantagens e a maneira como se obtém acesso a ela: “Essa matéria-prima-chave corresponde aos conhecimentos científicos e técnicos”, incluindo aqueles cada dia mais abstratos e codificados (ou seja, de domínio público, para os que tiverem conhecimento capaz de decifrá-los), e a massa dos tácitos (em menor ou maior grau secretos, portanto), hoje fruto “de combinações variáveis de uma indústria para outra, entre os saberes operários acumulados no decorrer da produção e os conhecimentos resultantes das novas tecnologias”. Fundamental para a diferenciação do produto, esta matéria-prima é muito cara, principalmente quando tácita, pois requer negociação com seu detentor ou pesquisa para desenvolvê-lo.

Em torno das barreiras desenvolvem-se não só as estratégias das empresas líderes, que atuam no sentido de mantê-las, mas de outros agentes, efetivos ou potenciais, que querem derrubá-las e, de preferência, erguer outras em seu lugar. Por elas, as firmas acumulam potencial de mercado capaz de alavancar operações que conduzem a uma ampliação de sua dimensão. Torna-se necessário ressaltar que a existência efetiva de barreiras à entrada não se constitui em um atestado comprobatório de recuos na eficiência na operação de uma indústria, “resultante de um afastamento das condições ideais de funcionamento de um ‘mercado competitivo’”. Sob uma ótica schumpeteriana, tais barreiras são uma contrapartida necessária do processo de inovação, que continuamente as cria e destrói” de acordo com Possas, Ponde e Fagundes (1995, p. 104). Dito de outra forma, não representa uma falha de mercado, que por isso deva ser eliminada, já que, sob a égide do capitalismo, a regra é a concorrência oligopolística e esta tem como manifestação as barreiras. Em momentos de mudança estrutural, como o atual, revelam-se mais frágeis, permitindo ingressos e ascensões.

## **Impedimentos e fontes**

As barreiras à entrada constituem-se acima de tudo em impedimento para o alcance dos primeiros postos e foco inibidor à participação de novos agentes, já que para isso é necessário destruir ou ultrapassar importantes elementos dominados pelas organizações líderes, abrangendo fatores com origens diversas. Mas, como podem ter origem em múltiplas causas, Luiz Guilherme Schymura (1997, p. 555-563), com base em uma revisão da literatura sobre o assunto, apresenta uma lista abrangente de potenciais fontes de barreiras à entrada, quais sejam: barreiras absolutas, custos irrecuperáveis, custos de troca, reputação, restrições à importação, custo de capital, preços predatórios, capacidade excedente e contração do mercado. A seguir, recupera-se cada uma delas, complementadas com outras observações, especialmente deste pesquisador, com acentuação no que diz respeito ao mercado televisivo:

› Barreiras absolutas: São aquelas que impedem o acesso de novas empresas ao mercado relevante. Exemplos são monopólios ou oligopólios

oriundos de patentes em tecnologia e limitações na quantidade de matérias-primas essenciais. Entende-se que, na televisão, a concessão ou permissão pode funcionar como barreira absoluta, caso todas as outorgas do local estejam dominadas por corporações que não se disponham a vender ou associar-se a um possível entrante, não havendo abertura de novas licitações pelo Estado.

› Custos irrecuperáveis: Os custos de iniciar um novo negócio estão freqüentemente associados às barreiras à entrada, mas nem todos os custos iniciais (fixos e irrecuperáveis) contribuem de maneira equitativa para elas. Custos irrecuperáveis são aqueles investimentos essenciais de capital que, uma vez feitos, são irreversíveis, como aquisição de maquinaria para siderurgia ou equipamentos para fabricação de automóveis, já que estes despertam pouco interesse de empresas de outros setores, sendo seu valor de revenda baixo. Em geral, qualquer tipo de equipamento útil só para a firma que o adquiriu originalmente constitui um custo irrecuperável. Esses custos aumentam num período de mudança tecnológica radical e rápida (CHESNAIS, op. cit., p. 101). Também são irrecuperáveis ou de risco muito alto os custos com treinamento de mão-de-obra. Em contraste, custos fixos – ou seja, aqueles ativos fungíveis ou facilmente destinados a outros usos – são investimentos recobráveis. Um exemplo é a compra de terra, já que ela, possuindo usos alternativos para as indústrias, pode ser direcionada a uma nova atividade.

Responsáveis pelas barreiras à entrada são os custos irrecuperáveis, diferentemente dos custos fixos. Custos irrecuperáveis podem ser manufatura, desenvolvimento da marca e distribuição. Os custos com equipamentos de transmissão de TV, em sua maioria, são, neste momento, fixos, no sentido de que podem ser destinados a outras indústrias que compõem o complexo denominado de convergência, sendo utilizados para transmissão de dados, apesar de sua apropriação não se dirigir à totalidade de áreas. Na programação e produção, os equipamentos podem ser utilizados por emissoras de televisão aberta, paga e produtoras em geral, o que inclui realizadoras de vídeos institucionais, comerciais e programas variados. Os custos de desenvolvimento de marca são irrecuperáveis, mas se o empreendimento for de uma corporação já ligada à área midiática, eles poderão ser bastante reduzidos ou terem seus resultados junto aos consumidores parcialmente absorvidos por outras firmas do grupo, se for possível estabelecer-se uma associação clara entre elas.

› Custos de troca: Em alguns produtos, a troca de marca é onerosa para o consumidor. Mudar de computador IBM para Apple, por exemplo, é dispendioso, porque é necessário aprender a operar um novo sistema. Podem ser criados custos de troca artificiais, como procedem as companhias aéreas, através de ofertas de descontos especiais para passageiros mais freqüentes, como os programas de milhagem. Os custos de troca são barreiras à entrada, tendo em vista que o novo entrante terá de induzir os consumidores a incorrerem em tais custos para experimentarem seu produto. Em termos televisivos, tal tópico só está posto na negociação junto às operadoras de TV por assinatura. Nestes casos, o custo de troca é oneroso para o assinante, pois normalmente há o pagamento irrecuperável de uma taxa de adesão à operadora, em queda desde o início do funcionamento do mercado.

› Reputação: A reputação, ou falta dela, pode atuar como uma barreira à entrada. São quatro as características da mercadoria que contribuem para as altas barreiras, neste caso: durabilidade, complexidade, pouca freqüência de compras e baixo conhecimento do consumidor ou habilidade para avaliar o produto. No que diz respeito a televisores, por exemplo, sem usá-los por algum tempo – ou, o que é mais comum, ante a aceleração da inovação tecnológicas – o consumidor tem dificuldade em julgar a qualidade e durabilidade, assumindo a reputação do vendedor um papel importante. A reputação, constituída com base na trajetória de um agente, é comparável a um atestado de recomendação, reunindo elementos como desempenho, comportamento e qualidade de produtos disponíveis, sendo, por isso, uma via de fidelização e, em decorrência, de barreiras à entrada. Torna-se difícil uma corporação sem reputação – ou pior, com má reputação – superar outra avaliada positivamente neste item. Quanto a bens simbólicos, a reputação é uma barreira importante, no sentido de que um histórico de boas realizações por parte de uma organização, um ator, um diretor ou autor tende a ser reconhecido pelo consumidor como um indicativo de possível resultado de qualidade, ocasionando sua opção por este produto. As próprias companhias televisuais usam seus diretores, autores e star-system como arma para precaver-se (não integralmente) da aleatoriedade de realização dos produtos culturais.

“A utilização de uma marca conhecida, como estratégia para ingressar em um mercado relevante, funciona como um sinalizador para a qualidade do produto, sendo mais eficiente do que a simples propaganda”, ponderam Lemos e Schymura (1998, p. 132). Os novos entrantes costumam desenvolver estratégias de extensão de marca, que economizam recursos e diminuem tempo. Tais ações são adotadas amplamente também pelas firmas de mídia, traçando-se conexões publicitárias entre produtos e empresas, pois o desenvolvimento de uma nova imagem exige tempo, é cara e arriscada. No entanto, diante da profusão de opções hoje existentes, se o produto não corresponder à boa reputação do passado de seus agentes de realização, o receptor não hesita em alterar sua escolha. Além disso, atualmente há uma quantidade significativa de caminhos informativos sobre bens e empresas, facilitando que, com rapidez, se reúna informações recentes, as quais servem como atualização dos dados passados e nebulosos que se consubstanciam na reputação. Revistas, impressas e eletrônicas, são dois mecanismos que atuam neste sentido, tornando a reputação uma estratégia de fidelização com duração provisória.

› Restrições à importação: Tarifas altas de importação podem representar uma barreira à entrada. Para muitos produtos uma das fontes mais confiáveis é o mercado de importados. Uma estratégia para conquistar uma participação em um segmento é importar, para em seguida expandir através da produção local. São dois momentos encadeados de disputa por espaço com marcas e firmas já estabelecidas. Na televisão aberta, as emissoras têm que estar instaladas no país; o mesmo ocorrendo com as operadoras de TV a pagamento. Quanto a conteúdo disponível ao receptor, não há impedimento para que canais estrangeiros direcionem seus sinais, transmitidos diretamente de qualquer ponto do planeta, também para o Brasil, podendo ser captados diretamente por parabólicas ou através de operações de televisão paga (e aí é indispensável uma negociação entre programadora e operadora). Na TV aberta, o caminho é a inclusão de produtos estrangeiros na programação, para o que não há veto. A questão maior, então, não é qualquer obstáculo legal, mas a posição do consumidor, que tende a ser conquistado e fidelizado com conteúdos nacionais, principalmente no Brasil, que apresenta índice de nacionalização de sua programação dos

mais elevados. Em setembro de 2001 o Governo brasileiro editou legislação que taxa o conteúdo estrangeiro, seja filme ou programação televisiva, como forma de estimular a cinematografia nacional, o que imediatamente gerou protestos e ameaças dos programadores norte-americanos. O Brasil não dispõe de restrições não-tarifárias ou sistemas de cotas, limitando a participação estrangeira na televisão por assinatura, mas há impedimentos (parciais) na propriedade de operadoras de cabo. Na TV aberta, estrangeiros podem deter até 30% de uma emissora, desde 2002, quando emenda constitucional revogou a proibição total para a participação internacional no capital.

› Custos de capital: Uma barreira comum reside nos custos de capital, que podem desestimular outras corporações a ingressarem num mercado. Num país de juros elevados, como o Brasil, o custo de capital acaba consistindo em uma destacada barreira à entrada para a atividade produtiva em geral, revelando-se em cada uma das estruturas de mercado, inclusive na de televisão a pagamento, tanto que uma das proposições que este setor tem-se empenhado é no estabelecimento de uma política industrial, com financiamento a juro reduzido. Aqui joga outra variável, a relação com o Estado, tanto que, em 1999, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) injetou quase R\$ 500 milhões na Globo Cabo, sob a justificativa de se tratar de “uma líder, praticamente monopolista”, como informa Sá (1999). As operadoras televisivas, pela força que dispõem junto à sociabilidade, detêm uma dimensão política superior na barganha por recursos públicos.

› Preços predatórios: Prática de preços artificialmente baixos, ou seja, uma política de preços predatórios, pode provocar a saída ou impedir o ingresso de concorrentes, tornando-se, portanto, uma barreira à entrada. Adotando tal estratégia, elimina-se competidores através da imposição de lucro negativo às firmas do setor, pelo tempo necessário para suprimir a disputa, requerendo que o agente empreendedor tenha recursos substancialmente maiores do que os de seus rivais. Nas indústrias de televisão em geral, esta deformação do espaço econômico é possível através do rebaixamento provisório das tabelas de publicidade, visando impedir o avanço de outros competidores. Para as operadoras de TV por assinatura,

uma possibilidade é o exercício de preços, de adesão, principalmente, e mensalidades, também, mais baixos do que usual, objetivando inviabilizar a atuação de novas operações.

› Capacidade excedente: Para atuar como barreira à entrada, a capacidade excedente da empresa deve compor-se de uma grande quantidade de insumos irrecuperáveis. O compromisso de aumentar a produção em resposta a uma nova entrada representa um desestímulo ao ingresso, porque convence os entrantes potenciais de que a entrada não seria lucrativa. Caso uma firma em operação aumente a produção em resposta a um ingresso, poderá haver uma queda dos preços e desviar vendas do entrante. Na televisão, torna-se difícil a manifestação desta barreira, primeiramente porque, como dito, seus custos são fixos. Mas sempre é viável o aumento da quantidade de horas de produção ou transmissão, como forma de fidelizar ainda mais o receptor, apesar das entradas não serem compatíveis com o investimento. Especificamente na TV a pagamento, apesar da maioria dos canais estar disponível a todas as operadoras, tem havido um crescimento da oferta de conteúdos, sem uma elevação de preço correspondente. Isto ocorre até porque a tecnologia, a cada dia, permite um fluxo maior no sistema. É evidente que quanto mais lugares forem ocupados, em programação e operação, mais difícil torna-se para novos entrantes, não diretamente por queda nos preços, mas por haver um preenchimento de espaços, podendo causar saturação.

› Contração do mercado: Uma contração na demanda funciona como barreira à entrada, pois a produção existente, sem o novo entrante, já será além do suficiente para suprir esse mercado. Ao contrário, expandindo-se a demanda em um mercado onde não existem outras expressivas barreiras à entrada, obtém-se uma possível queda no preço da mercadoria, quando há economias de escala na produção; e um provável aumento no número de firmas no setor. Já numa indústria em expansão, o aumento da procura pode gerar um lucro extra que provoca a entrada de novas empresas no mercado e incita as firmas outsiders (de fora) a tentar destruir as barreiras existentes: o custo da destruição pode ser compensado pela magnitude do lucro extra (HERSCOVICI, 1997, p. 7). Quanto à televisão, a crise econômica, desenhada a partir de 1997 e somada a uma conjuntura

de péssima divisão da renda, é um desestimulante ao ingresso de novos agentes. Apesar disso (e suas conseqüências tanto em termos de investimento em publicidade, quanto em disponibilidade para assinatura de pacotes televisuais), têm surgido novos canais abertos e fechados, assim como operações de TV paga.

Concluído o trabalho de recuperação das fontes de barreiras à entrada, numa lista não exaustiva, acrescenta-se que essas injunções constituem a expressão-síntese do processo competitivo em dadas condições e momentos (POS-SAS, 1990, p. 166). Melhor dizendo, a luta competitiva é uma disputa pela destruição ou manutenção das barreiras criadas pelas empresas que dominam o mercado, estas últimas querendo manter suas posições, em geral inclusive com propósitos expansionistas, e as demais pretendendo alcançar as primeiras colocações. Desta forma, a partir das contribuições em debate, e como medidas envolvendo quantidade de público conquistada, margem de lucro e receita líquida servem como resultado de sua eficácia, mas não são a própria barreira, está se propondo duas barreiras à entrada, características dos mercados televisivos, a estético-produtiva e a político-institucional. A tipologia apresentada é mínima, estando, por isso, longe de ser exaustiva e, embora eventualmente possa ser aplicada a outros setores econômicos, não foi elaborada com este objetivo, pois privilegia as indústrias culturais, e particularmente as de TV, cuja observação e estudo embasam esta proposição.

Envolvendo corporações midiáticas, defende-se ser possível a comprovação de posições de liderança através da verificação de quantidade superior de público, o que pode ser medido por números de audiência, assinantes e pagantes em geral, embora também possam ser atestadas via medidas que envolvam entradas de recursos, como receita e lucro líquidos. Havendo outras barreiras, aqui não discriminadas, compreende-se que estas injunções podem apresentar-se juntamente com as inerentes às empresas de comunicação, variando a intensidade com que contribuem para a liderança. A própria capacidade financeira manifesta-se em todos os ramos empresariais, já que volume de capital necessário e canal de financiamento a custos compatíveis com a conjuntura em geral e o mercado em questão garantem às corporações superioridade na disputa, podendo gerar uma barreira. Isso é mais presente no capitalismo contemporâneo, quando

os montantes de recursos necessários para o desenvolvimento das atividades produtivas têm progressivamente se elevado, constituindo-se numa das motivações para a formação de alianças entre diferentes grupos capitalistas.

## **Estética e produção**

A barreira à entrada estético-produtiva envolve os fatores que diferenciam o produto, como específicos padrões e modelos estéticos e de produção, cuja obtenção demanda esforços tecnológicos, de inovação estética, de recursos humanos e financeiros. Esses modelos acabam recebendo a adesão dos consumidores, desencadeando uma relação difícil – mas possível – de ser rompida. Tal processo traduz-se no próprio bem, reunindo ainda técnicas de marketing e publicidade e criação de vinhetas ou embalagens, que servem para o reconhecimento do consumidor e estimular sua preferência. Por ser característica à área de mídia, é uma idéia chave neste esquema, sabendo-se que nas indústrias culturais as barreiras são determinadas precipuamente pelo fato de que a disputa se dá na produção de bens e conjuntos de produtos diferenciados. A criação e manutenção desta barreira requer investimentos em pesquisa, de modo que haja constante inovação dos produtos e evolução do modelo. A barreira estético-produtiva procura dar conta da dimensão simbólica da comunicação, no sentido de que, mais do que qualquer outro, o produto cultural necessita atuar sobre o imaginário do receptor.

Considerando-se a disputa de sentidos que permeia a contemporaneidade, as companhias de mídia precisam, a fim de que seus bens distingam-se e mereçam a atenção do receptor, tornando-se líderes, investir na construção da barreira estético-produtiva, para que o consumidor seja captado e repassado ao mercado publicitário. Isto dá-se na definição de um padrão tecno-estético, o qual coordena os determinantes culturais e simbólicos das barreiras à entrada nos mercados culturais, especialmente a televisão. Ou seja, recebendo a adesão das mais amplas camadas de público, este padrão vai determinar a existência da barreira estético-produtiva. Considerando-se a programação televisiva, aberta e por assinatura,

a barreira estético-produtiva é derivada de um padrão tecno-estético que resulta em um modelo de arranjo de um ou mais canais capazes de atrair a audiência, o que envolve produzir, contratar, programar e distribuir programas, mas também comunicar-se eficazmente com o espectador.

Tratando-se da atividade final de levar programação ao público, a operação, na TV por assinatura a barreira estético-produtiva é derivada de um padrão tecno-estético que resulta em um modelo de arranjo de um conjunto de canais capaz de atrair a audiência, o que envolve obter o que considerar mais condizente junto às programadoras, produzir e agrupar produtos específicos diretamente ou via outras firmas do grupo e dispor e comunicar da melhor forma esse quadro, principalmente diferenciando suas revistas eletrônicas, que orientam o público. Diante do número de canais que transmitem, uma estratégia exitosa para as operadoras de TV paga é construir seu padrão tecno-estético implantando suas estratégias de fidelização a partir da distribuição de conteúdos exclusivos em uma dada área. Isto porque o padrão tecno-estético acaba consubstanciando-se em um modelo simbólico identificável nos canais, que, com produtos próprios ou de terceiros, é o mecanismo de envolvimento do consumidor.

Entende-se ser o padrão tecno-estético um modelo flexível, capaz de permitir distinções no seu interior e abrigar as diversas modalidades televisuais. Esta flexibilidade atende às peculiaridades da televisão a pagamento, onde são oferecidos vários canais, em regra temáticos, havendo grandes distinções entre eles, já que se trata do arranjo de um conjunto de programação, que deve ser construído harmoniosamente, não de um único programa, pois a busca é de diferenciação e fidelidade ao todo, o que é cada vez mais difícil, pela quantidade de opções atuais. O padrão tecno-estético também dá conta da necessidade de alterações de rota impostas pela disputa por audiência na TV aberta, acirrada a partir da década de 90 do século XX. O padrão tecno-estético é considerado por Bolaño (1995, p. 32) como “uma configuração de técnicas, de formas estéticas, de estratégias, de determinações estruturais, que definem as normas de produção historicamente determinadas de uma empresa ou de um produtor cultural particular para quem esse padrão é fonte de barreiras à entrada”.

O termo padrão tecno-estético é inspirado em Dominique Leroy (1980), ainda que este defina os conceitos de estrutura e sistema tecno-estético em outro contexto e a partir de uma perspectiva teórica diversa, ligada à tradição estruturalista. A idéia de padrão tecno-estético, conforme César Bolaño (op. cit., p. 30-31), funciona como interface entre barreiras à entrada e poder simbólico e explica a fidelização de uma parte significativa dos telespectadores, transformada em audiência passível de ser transacionada no mercado publicitário. É fundamental reter-se que o poder econômico não é o único item condicionador de um padrão tecno-estético, ainda que se apresente como um elemento fundamental, pois, para que as estações apresentem vantagens competitivas, em todos os níveis, é essencial a disponibilidade de amplos recursos, como atestam os processos de conquista e manutenção dos primeiros lugares nas televisões aberta e paga.

Resulta o padrão tecno-estético num reconhecimento, por parte do receptor, de determinados traços distintivos de qualidade superior. Apesar da dificuldade de detalhamento deste conceito, Maria Cristina Lasagni e Giuseppe Richeri (1996, p. 19, 31, 52, 54, 71, 106, 165, 179), através de técnicas diversas, conseguiram resumir a qualidade televisiva em diversidade, relação entre conteúdo e realidade, excelência nos aspectos formais, relevância temática, impacto no público, ética na relação com o telespectador, sucesso econômico, identidade e maneiras de representação dos gêneros e da violência. No caso, a Globo incorporou a denominação padrão de qualidade para designar o que considera ser sua sobreposição produtiva e distributiva na área do audiovisual. O discurso da qualidade comporta considerações de ordem estética, no âmbito da qual, mas nem só, “se colocam os critérios ligados à identidade e ao reconhecimento de uma rede, além de avaliações sobre padrões (standard) técnicos e sobre a feitura dos programas” (ibid., p. 105).

A barreira estético-produtiva, definida a partir do padrão tecno-estético, liga-se à identidade, embora nem toda identidade produza barreiras. Para que a identidade funcione como barreira, tem que haver um reconhecimento de superioridade por parte do público, a ponto de preferir seus produtos e alçar a empresa à condição de líder. Envolve definições que partem de como a companhia se reconhece, faz-se reconhecer e é reconhecida. Está ligada à compreensão de que tem um público que

acompanha a corporação e seu padrão, apesar de hoje a escolha do telespectador tender a ser produto a produto. Implica ainda em saber quem é seu público e porque segue a emissora, dados obtidos através de pesquisas. “A identidade da rede consiste principalmente no fato que são percebíveis uma linha editorial, um projeto constitutivo bem definido, e um reconhecimento também formal, que tem a ver com o estilo expressivo, com o modo de colocar-se junto ao público e de fazê-lo interagir” (ibid., p. 106). Envolve opções sobre o que e como veicular e investimentos para melhor fazer e divulgar.

Esta questão liga-se à imagem que a emissora consegue passar aos receptores. Nesta linha, é importante a contribuição de Gilberto Almeida (1998, p. 33-34) acerca do capital simbólico agregado:

Em suma, à conjugação de matérias primas, mão de obra, capitais fixos e capital financeiro, somam-se os capitais simbólicos agregados, represados pela a imagem construída ao longo do tempo no inconsciente coletivo. Estou definindo capital simbólico agregado como o conjunto de técnicas (de dramaturgia, de jornalismo, de produção cênica, etc.), de idéias, experiências, propostas e saberes que correspondem ao patrimônio simbólico específico do empreendimento televisivo, que o posicionam junto ao público de uma maneira especial. A Rede Globo, por exemplo, tem se especializado exitosamente, na produção de novelas, logrando boas adaptações de narrativas, no formato televisivo. O público passa a reconhecer esta capacidade da empresa, que, por sua vez, posiciona-se de modo positivo no âmbito do imaginário deste mesmo público, resultando em maior facilidade, por parte do público, em aceitar a produção da Rede Globo.

Uma programadora pode manter um padrão ou identidade, mesmo com reduzida produção própria, edificando-o a partir de resoluções referentes a o que adquirir e como empacotar. No caso de uma programadora detentora de um conjunto de canais que mantêm um mesmo padrão, a identidade deve constituir-se em traços de produção, estéticos e de comunicação que transpassem cada um deles, apesar de destinarem-se a públicos diferentes, abordando temas próprios. Segundo Lasagni e Richeri (op. cit., p. 112), a identidade de uma rede envolve outros elementos, além de programação, englobando a relação com os vários âmbitos da realidade que está produzindo; assim, uma emissora pode tornar-se promotora de eventos, que a ligam ao tecido em que opera, a tornam protagonista e aumentam o ligame com os telespectadores. Presentemente, cada vez mais

a identidade reveste-se de incoerência e contradição, principalmente nas emissoras abertas, onde a tendência à homogeneização provoca a eliminação de produtos diferenciados, quando não produzem os índices de audiência esperados. Com isto, as identidades fragilizam-se, podendo conduzir a um processo de instabilidade das barreiras, nos casos de liderança. Nos canais temáticos a identidade costuma revelar-se com mais nitidez.

A fidelização tende a dar-se a partir de uma marca, algum sinal representativo da qualidade, das características especiais de determinado produto. “Em uma cadeia de televisão, o estabelecimento de uma marca valiosa permite um certo grau de fidelidade do público, garante um nível de ingressos determinado, diminui o risco e constitui uma barreira à entrada frente à concorrência”, observam Sánchez-Taberner (1997, p. 69). O padrão tecno-estético, para constituir-se em barreira à entrada, deve atuar junto ao imaginário do receptor, no sentido de corresponder às suas expectativas e alimentá-las. Por isso as organizações, principalmente as que atuam na área da cultura, encomendam ou realizam internamente tantas pesquisas de opinião. Não se estudando o receptor, tem-se como dado o fato de que a liderança de uma corporação envolve bens que vão ao encontro do imaginário do público, daí a importância de dados das preferências de consumo do telespectador. A programação ou os programas isolados são usados para conquistar a mercadoria audiência, sendo fundamentais na definição da barreira estético-produtiva, embora não sejam os únicos instrumentos. Essa programação ou produtos devem refletir um padrão tecno-estético que não só diferencie o produto, mas seja reconhecido como tal positivamente pelo público.

Alain Herscovici (1995, p. 123) trata da questão referindo-se a sistema tecno-estético, definido como “um conjunto coerente de estruturas tecno-estéticas, que, através de um certo modo de funcionamento econômico determina, parcialmente, uma estética”. O ponto específico é que não se trata de uma variante característica de uma firma específica, mas de toda uma mídia, que é dominante e, nesta condição, dialeticamente tende a transmitir seu estilo para outros meios. O propósito de relacionar os planos micro e macro, ou seja, de modelo dominado por uma empresa com sua importância no sistema capitalista, também integra o padrão

tecnológico-estético. Neste sentido, não só no interior de uma mesma mídia as corporações tendem a seguir o modelo da líder, sendo este disseminado a outros meios. Tendencialmente, este papel de principal difusor de suas especificidades de produção e disponibilização tem sido exercido pela TV, a qual transmite muito de sua forma de funcionamento, como nas notícias curtas e com forte apelo visual copiadas por jornais.

Nesta linha, Bourdieu (1997, p. 51) também alerta para a extraordinária extensão da televisão sobre o conjunto da produção cultural, inclusive as atividades de produção científica ou artística. A partir desta mídia tem se processado uma maior disseminação da influência do poder econômico, já que a televisão é, dentre os diversos meios, até por penetrar no cotidiano dos vários grupos sociais, o mais suscetível às pressões dirigidas a tornar os produtos culturais de mais fácil aceitação, para serem consumidos pelos públicos em escalas que possibilitem o máximo rendimento. A TV levou ao extremo a contradição entre as condições econômicas e sociais nas quais é preciso estar inserido para produzir certos tipos de obras, que são chamadas de “puras”, autônomas com relação às pressões comerciais, e, por outro lado, as condições de transmissão dos produtos obtidos nessas contradições (ibid., p. 51-52). Ao difundir seus traços, a televisão está passando a outros meios muito do formato construído a partir da disputa por audiência, como quando aproxima as divisões editorial e comercial.

Mais recentemente, este movimento extensivo de características tem sido identificado na internet, que transmite cada vez mais seu modo de fazer a outros meios. Para Barbara Ajello (1996, p. 27), para estender e ampliar a ligação com o público e prolongar a experiência de entretenimento oferecida, as emissoras televisivas estão assimilando traços distintivos da internet, sendo um destes caracteres a interatividade, que se realiza sobre planos diversos, como maior flexibilidade na seleção e fruição dos conteúdos ou possibilidade de estabelecer uma comunicação direta entre usuário e emissor. Apesar das limitações impostas principalmente pelas restrições tecnológicas das emissoras analógicas hertzianas (as convencionais, que transmitem através das ondas eletromagnéticas, detectadas em 1887 por Heinrich Hertz), efetivamente o chamamento ao telespectador para manifestar-se – ou simplesmente reagir ante impulsos simples

dispostos sobre a tela – é uma constante nas programações de hoje, como forma de conquistá-lo. Paralelamente, diante da força do computador, vários programas procuram demonstrar atualização colocando micros sobre as bancadas ou criando vinhetas e cenários inspirados em ambientes informáticos.

## **Política e instituição**

O Estado intervém na atividade televisiva de duas formas, como empresário e como agente regulamentador. Quando o Estado outorga novas concessões ou permissões de TV, interfere no mercado e aumenta, de alguma forma, a disputa pelos consumidores. A barreira político-institucional processa-se a partir de atuações dos órgãos executivos, legislativos e judiciários estatais e suas unidades geo-político-administrativas. Relaciona-se diretamente com estes organismos através da obtenção de posições diante de determinantes político-institucionais, tendo em vista suas atribuições de edição de diplomas legais, decisões em processos e atos administrativos, poder de polícia e procedimentos em geral, incluindo ações de infra-estrutura, regulação da concorrência, postura como poder concedente e opções frente à pesquisa e à tecnologia. A ligação pode dar-se indiretamente ainda, pois a situação pode ser alcançada através de negociação com empresa que conquistou uma decisão do Estado, o qual, neste caso, participa por este procedimento, bem como por permitir seu repasse.

Em linhas gerais, pode-se dizer que é a regulamentação que determina a barreira político-institucional. Para que a regulamentação transforme-se em barreira político-institucional é necessário que se traduza em posição que garanta ao agente econômico lugar privilegiado na disputa, dificultando a outros atores de ingressarem ou crescerem no mercado. A edificação desta barreira pode decorrer de vitória regular em processo de disputa decidido por instâncias governamentais ou de relações privilegiadas com tais organismos. Variando entre concessão e permissão do Estado, as operações de TV, aberta e fechada, e rádio, sempre uma concessão, quando obtidas podem transformar-se, mesmo que temporariamente,

em barreiras à entrada, caso não haja uma pluralidade de outorgas na área. Podem também vetar empresas que já estão no mercado de ampliarem suas posições, porque, por exemplo, possuem operações insuficientes para atingir toda a área alvo ou parte significativa dela.

A barreira político-institucional pode ser erguida a partir do benefício de uma situação dirigida ao conjunto do mercado, mas que, na realidade, atinge uma corporação específica, que, por sua posição, pode até incentivar sua adoção. Desta forma, uma barreira regulamentar, imposta pelo Estado, é transformada pela empresa em fator para sua elevação ou manutenção em uma posição destacada no mercado. Embora a questão do termo seja secundária, pois se trata mesmo é da intervenção ou passividade do Estado e suas conseqüências, discute-se se há regulamentação, regulação, desregulamentação, re-regulamentação ou neoregulamentação. Embora empregadas como sinônimas, regulação pode ser diferenciada de regulamentação. Enquanto regulação, tomada da física, é a forma de gestão de um sistema complexo com o fim de mantê-lo equilibrado, referindo-se ao conjunto de mecanismos de organização e de controle que podem ser usados para que um setor ou atividade permaneça em equilíbrio, a regulamentação é um destes instrumentos, conforme Miguel de Bustos (1992, p. 102).

Engloba o conceito de regulação a normativa que impõe limitações ao funcionamento dos mercados, distinta dos ingressos e dos gastos públicos. A desregulação pode ser traduzida por desregulamentação, não supondo a supressão de toda a regulação de um sistema, mas a adoção de novas modalidades de equilíbrio, onde a posição de supremacia do Estado tende a ser assumida pelos agentes privados. Pode-se falar em neoregulação ou neoregulamentação. A neoregulamentação é a passagem de uma regulamentação a outra.

No caso do audiovisual, a intervenção do Estado esteve durante longo tempo legitimada pela escassez de freqüências. Dermatté e Perretti (1997, p. 42) acrescentam: “O setor televisivo é caracterizado pela existência de um vínculo à entrada de natureza técnica, representado pela limitação das freqüências. A transmissão das imagens televisivas requer um certo intervalo de freqüência (canal) à disposição de cada emitente”;

havendo limitação do campo constitutivo das frequências, restringe-se também o número de canais disponíveis e presentes concomitantemente a um número máximo passível de liberação.

Hoje há variados meios de distribuição televisiva, trocando-se a escassez pela abundância, mas permanece o envolvimento do Estado na outorga para transmissão por uma modalidade de TV, inclusive atualmente através de licitação, onde há uma lista de requisitos a serem preenchidos, mas em que o fator econômico é decisivo. A questão tecnológica e suas possibilidades devem ser legitimadas pelo mercado e pelo Estado. Tratando-se a comunicação de um mecanismo central nas sociedades contemporâneas, e diante da importância das considerações econômico-político-culturais nesta área, esta sanção deveria envolver o conjunto social, mas a discussão sobre este assunto prima pela impermeabilidade. Ao lado de suas virtudes intrínsecas, o desenvolvimento de uma tecnologia de comunicação depende muito de variáveis econômicas, como custos de instalação e de manutenção; políticas, envolvendo o grau de intervenção do Estado; e sociais, o que se refere a hábitos e usos.

Não há, necessariamente, diminuição do número de regras. Até pela entrada de novas tecnologias, o mercado audiovisual tem sido muito regulamentado, se bem que muitas vezes primeiro é criado o precedente no caso concreto e só depois é editado o diploma legal, como aconteceu no início dos sistemas televisivos pagos no Brasil. Nos EUA, destaca Corn-Revere (1993, p. 88), a “tarefa da FCC [Federal Communications Commission, a agência regulamentadora-fiscalizadora do setor de comunicações nos Estados Unidos] de predizer sua missão regulatória através da análise econômica tornou-se mais complexa em uma época de rápida mudança tecnológica”. No caso europeu, onde a televisão desenvolveu-se sob a égide estatal, que tem sido substituída pela ascensão da mercantilização e o reforço da lógica comercial, prolifera legislação sobre o tema, somando-se aos ordenamentos internos dos vários Estados as diretivas da União Européia. Diante disso, Enrique Bustamante (1999, p. 48) concluiu que o significado estreito do fenômeno contemporâneo “seria de re-regulação, e mais exatamente o de transregulação, de transição de uma regulação estatal a uma empresarial, de uma lógica político-cultural a uma econômica, ainda que a política permaneça onipresente, camuflada sob o manto da concorrência e do mercado”.

A desregulação pode ser vista como um dos componentes da privatização. Assim é encarado por Murdock (1990, p. 9-13), para quem a privatização, de forma ampla, é um movimento multi-dimensional, o qual envolve todas as formas de intervenção pública que aumentam o tamanho do mercado e concedem às operações empresariais crescente liberdade, via desnacionalização, liberalização, comercialização do setor público e reengrenagem do ambiente regulador. A desnacionalização envolve a venda de participação em companhias públicas para investidores privados, sendo seu impacto mais significativo nos padrões de propriedade, reforçando o poder dos conglomerados. Já as políticas de liberalização servem para introduzir competição nos mercados que foram previamente servidos por empresas públicas, o que depende dos termos do processo competitivo. Diante de custos ascendentes e limites das contribuições dos governos, para muitas instituições estatais a comercialização do setor público tornou-se um imperativo. A desregulação não envolve tanto o número de regras, mas a mudança na sua razão, longe de uma defesa do interesse público e na promoção dos objetivos corporativos.

Uma aproximação complexa e dialética da problemática admite que, enquanto a mídia eletrônica torna-se mais vital para acumulação e legitimação, produz demandas contraditórias, requerendo um ente estatal autônomo para administrar estas demandas e fomentar os interesses gerais. Sendo o capitalismo baseado no sistema de mercado e em empresas privadas, os atores que as controlam desfrutam de posições distintas. Trata-se de um jogo onde o poder econômico garante influências assimétricas, mas, mesmo assim, a necessidade de construção da hegemonia abre brechas para outros agentes. Se os dominados passam a integrar a política, seu discurso é parcialmente assimilado pela estrutura estatal, apesar da tendência de elitismo das deliberações públicas. Por isso, nem toda decisão estatal vai ao encontro direto das classes dominantes. Além de tudo, os parlamentos são compostos de forma ampla, de maneira que vários setores são representados, inclusive os trabalhadores.

Identificam-se as disputas políticas pelo controle estatal, de forma que os governantes muitas vezes vão além dos grupos que são inicialmente ligados, para obter posições. O Estado representa interesses de classe, mas, no jogo político, também demanda dos grupos que se coadunem a seus propósitos.

Não se trata, portanto, de uma relação única, no que se refere a Estado e grupos econômicos, mesmo que esses inclusive tenham contribuído pecuniariamente para a ascensão de dirigentes. Deve ser considerado também que, no poder, as elites governante e burocrática podem entrar em choque com os grupos econômicos, tentando vôos autônomos, em dadas circunstâncias. A profissionalização da política, no momento em que cria uma burocracia para atuar na máquina estatal, contribui para que o processo decisório leve em conta critérios gerais, embora a neutralidade inexista, e a legislação, a forma fundamental de comunicação do Estado, esteja impregnada de relações de sobreposição.

Tudo isso dificulta a análise da dominação do Estado como postura única favorável a seus controladores, apesar de reconhecer-se que os capitais são os senhores do capitalismo. Focando o papel do Estado na promoção das funções vitais do capital e nos conflitos produzidos no processo, Mosco e Herman (1981, p. 882) propõem o mais amplo conceito de desregulamentação, desmistificando-a: “Desregulamentação é um modo de recapitalizar a mídia eletrônica, não eliminando o papel do Estado”, mas reorganizando-o de forma que melhor represente o capital e seus interesses; em resumo, o ente estatal não é um lugar neutro onde os interesses grupais competem, como é sugerido pelos instrumentalistas, mas um espaço “capitalista que ativamente organiza forças de conflito no interior do capital, incluindo aqueles na mídia eletrônica”. Diante destas considerações, sabendo-se da força regulatória também hoje, apesar dos movimentos neoliberal e globalizante, opta-se preferencialmente pelo uso do termo regulamentação para designar as possibilidades interventivas do Estado nos mercados, enfaticamente abrindo maiores espaços à acumulação privada.

O Estado sempre exerce algum nível de pressão sobre os mercados, interferindo ao estatizar, privatizar, permitir participação, legalizar ações e procedimentos, adotar medidas capitalizáveis pelas empresas, restringir o ingresso e impedir a produção e circulação de determinadas mercadorias. As atuais políticas de regulamentação tendem a apresentar um alto grau de adaptabilidade e flexibilidade, buscando incentivar a inovação. Em segmentos submetidos a rápidas mudanças estruturais, asseguram Possas, Ponde e Fagundes (1995, p. 110), “a flexibilidade nos meios de regulação tem ainda o sentido de evitar situações de definição prematura e possivelmente irreversível, quer das estruturas de mercado envolvidas, incluindo suas delimitações verticais, quer das tecnologias adotadas”.

A equação é ser flexível a ponto de sustentar a continuidade do aprendizado e sinergia entre as firmas e rígido para minimizar a incerteza. Deveria a regulamentação priorizar o estabelecimento de formas de contemplar o pluralismo de acesso, a diversidade de opiniões e afastar a concentração, o que muitas vezes contraria a racionalidade econômica empresarial, mas atende aos anseios de construção de uma sociedade plenamente democrática.

## **Considerações conclusivas**

A combinação de duas barreiras, a tecno-estética e a político-insitucional, como sustentáculos da liderança das companhias culturais, em especial as de televisão, mostra que, na conquista e manutenção das posições principais, as organizações devem conjugar elementos de diferentes ordens, aliando pontos de domínio mais técnico, aquilo que é popularmente conhecido como competência, com outros de perfil político, ou seja, de relacionamento privilegiado com organismos pretensamente públicos. Em um e outro caso, ou seja, direta ou indiretamente, está na base, para a conquista dessas barreiras, a quantidade superior de capital, mas não é só isso, envolve ainda sua melhor gestão, contando tempo de atuação no mercado e domínio de conhecimento privilegiado. A taxonomia foi elaborada tendo em vista as especificidades das firmas que trabalham no campo comunicacional, sendo a principal delas o fato de que os bens simbólicos atuam sobre o imaginário dos receptores.

Dito de outra forma, deve-se considerar que há uma relação com a subjetividade do consumidor, mas deve-se reconhecer ainda que esta subjetividade é construída na formatação sócio-econômica atual, numa relação direta com o processo de consumo, inserido ao fim, como meta principal, em meio aos produtos culturais. Sendo assim, também se deve admitir que, nas contemporâneas sociedades capitalistas complexas – ante a profusão de mercadorias, produzidas por várias e até por uma mesma corporação, devido à possibilidade crescente de criação de versões, pelos recursos tecnológicos disponíveis, que facilitam tal expediente –, as empresas dos demais ramos econômicos tendem a aproximar-se da forma de

circulação dos produtos não-culturais. Com isso, embora as barreiras apresentadas visem o conhecimento de indústrias culturais, é possível projetar-se o papel da barreira tecno-estético no conjunto das atividades econômicas, o que pode ser uma porta de ingresso para outras investigações.

É necessário ainda ratificar que, quando a luta competitiva redundando em erguimento de barreiras, ocasiona a derrubada dos alicerces anteriores, no caso de mercados já anteriormente dominados. Isso mostra o caráter não-definitivo de toda posição empresarial, já que a alternância das primeiras colocações tende a ocorrer, embora cada período de liderança em regra estabeleça-se como longo, caracterizando o oligopólio. Os momentos de transição dos primeiros lugares corporativos via de regra são precedidos por fases em que a disputa entre as companhias aumenta consideravelmente, até ser erguido um novo arranjo. As mudanças são mais possíveis nas fases de modificações de padrões tecnológicos e alterações drásticas de políticas econômicas, mas podem ocorrer devido a questões próprias da empresa líder, que, por má gestão, pode entrar em processo de decadência e abrir espaço para outro concorrente. Nesses interregnos, movimentos não-hegemônicos podem habilitar-se a ocupar novos espaços junto à sociedade, conhecendo a atuação das líderes, somando e subtraindo caminhadas.

## Notas

<sup>1</sup> Até pelas características especiais das indústrias culturais, que buscam uma fidelização cujos resultados não raro são obtidos a médio ou longo prazos, podendo refletir-se em outras áreas de um mesmo grupo.

<sup>2</sup> Torna-se a capitalização um fator importante em praticamente todas as áreas, como no mercado de TV paga, onde outras determinações condicionam a oligopolização, nomeadamente as barreiras estético-produtiva e político-institucional. As ondas de fusões e decorrentes conglomerados atuais atestam que o negócio mídia hoje movimenta um total de recursos muito alto, o que se torna uma barreira.

<sup>3</sup> Vinheta é um recurso produzido por diversos meios que serve para ressaltar ou anunciar os segmentos da programação de um canal, inserida em aberturas, encerramentos, chamadas e intervalos durante e entre os programas.

<sup>4</sup> Pode-se distinguir quatro formas gerais ou atitudes de regulamentação. A atitude ultraliberal preconiza um mercado audiovisual totalmente privado – como os norte-americano e brasileiro, com uma pequena cadeia pública –; a atitude liberal é marcada pela coexistência dos setores público e privado, com missões, instrumentos de financiamento e normas próprias de

cada um, necessitando de um mecanismo de regulação relativamente complexo, como no caso inglês; a atitude de competição entre dois setores prevê a disputa entre o privado e o público, com recursos de financiamento e regras de atuação quase idênticas nas práticas cotidianas, como na França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia; e a atitude apoiada na noção de serviço público e sob a égide do monopólio estatal é a que predominava anteriormente na Europa, que desenvolveu as TVs da maior parte dos países europeus. Uma variante extrema desta forma de televisão é a que imperou nos países do Leste Europeu, em que a identificação entre serviço público e aparelho de Estado foi máxima. *Ibid.*, p. 105.

<sup>5</sup> A pluralidade de posições acirra-se nas sociedades complexas, onde o número de membros dos legislativos dilata-se e os interesses tornam-se difusos, conquanto também cresça a tendência de autonomização dos eleitos e a maioria conservadora.

## REFERÊNCIAS

- AJELLO, Barbara. La televisione como “ipermedium”. *Problemi dell' Informazione*, Roma, n. 1, p. 26-30, mar. 1996.
- ALMEIDA, Gilberto. Lógica econômica na TV: o eventual papel político da TV. In: LAURINDO, Rosimeri; TEIXEIRA, Tattiana. *Temas em comunicação e cultura contemporâneas*. Salvador: Graphite, 1998. p. 31-44.
- BAIN, Joe. *Barriers to new competition: their character and consequences in manufacturing industries*. Cambridge: Harvard U. P., 1956.
- BOLAÑO, César. Economia e televisão: uma teoria necessária. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Economia política das telecomunicações, da informação e da comunicação*. São Paulo: Intercom, 1995. p. 9-37.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BUSTAMANTE, Enrique. *La televisión económica: financiación, estrategias y mercados*. Madrid: Gedisa, 1999.
- CHESSAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORN-REVERE, Robert. *Economis and media regulation*. In: ALEXANDER, Alison; OWERS, James; CARVETH, Rod (Eds.). *Media economics: theory and practice*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1993. p. 71-90.
- DERMATTE, Claudio; PERRETTI, Fabrizio. *L'impresa televisiva*. Milano: Etas Libri, 1997.
- HERSCOVICI, Alain. *Economia da cultura e da comunicação: elementos para uma análise sócio-econômica da cultura no “capitalismo avançado”*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Valor e preço de mercado: dinâmica concorrencial, equilíbrio “gravitacional” e regulação “imperfeita”*. *Cadernos de Economia*, Vitória, n. 14, p. 1-20, mar. 1997.
- LASAGNI, Maria Cristina; RICHERI, Giuseppe. *Televisione e qualità: la ricerca internazionale, il dibattito in Italia*. Roma: RAI, 1996.
- LEMOES, Augusto Jefferson; SCHYMURA, Luiz Guilherme. *Associações entre empresas e a legislação antitruste: o caso brasileiro*. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 52, n. esp., p. 127-135, 1998.
- LEROY, Dominique. *Economie des arts du spectacle vivant*. Paris: Economica, 1980.

MIGUEL DE BUSTOS, Juan Carlos. Economía industrial del sector de la comunicación: una aplicación metodológica a los grupos de comunicación europeos. 1992. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Facultad de Ciencias Sociales y de la Infomacion, Universidad del País Vasco, Bilbao.

MOSCO, Vincent; HERMAN, Andrew. Critical theory and eletronic media. *Theory and Society*, Amsterdam, v. 6, n. 10, p. 869-896, 1981.

MURDOCK, Graham. Redrawing the map of the communications industries: concentration and ownership in the era of privatization. In: FERGUSON, Marjorie (Ed.). *Public communication – the new imperatives: future directions for media research*. London: Sage, 1990. p. 1-15.

POSSAS, Mario Luiz. *Estruturas de mercado em oligopólio*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

\_\_\_\_\_; PONDE, João Luiz; FAGUNDES, Jorge. *Regulação da concorrência nos setores de infra-estrutura no Brasil: elementos para um quadro conceitual*. São Paulo: BNDES, 1995.

POSSAS, Mario Luiz; FAGUNDES, Jorge. Competition, strategic behaviour and antitrust policy: an evolutionary approach. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 111-143, jan./mar. 1998.

SÁ, Nelson de. Nova velha mídia. *Folha de S. Paulo*, 18 nov. 1999.

SÁNCHEZ-TABERNERO, Alfonso. Programación. In: \_\_\_\_\_ et al. *Estrategias de marketing de las empresas de televisión en Esapaña*. Navarra: Eunsa, 1997. p. 51-94.

SCHYMURA, Luiz Guilherme. Barreiras à entrada: o caso do setor de creme dental brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 551-566, out./dez. 1997.



# A ECONOMIA POLÍTICA DA INTERNET E SUA CRISE

*César R. S. Bolaño\**

*Marcos V. Castañeda\*\**

[bolano@ufs.br](mailto:bolano@ufs.br)

[marcos@eptic.com.br](mailto:marcos@eptic.com.br)

## I. Economia Política da internet

Surgida no período da Guerra Fria como uma rede que interligava núcleos de pesquisa de algumas universidades americanas a órgãos de inteligência militar e empresas que forneciam alta tecnologia de defesa ao Departamento de Estado do governo dos EUA, com o intuito, único até então, de disponibilizar comunicação permanente entre esses órgãos, a fim de manter a segurança nacional contra um possível confronto com a União Soviética, a internet acabou tomando dimensões mundiais e conecta hoje praticamente todas as redes de computadores do mundo.<sup>1</sup> Para chegar a isso, entretanto, sofreu importantes modificações na forma de exploração em relação à sua origem. Antes utilizada basicamente para fins estratégicos militares, a rede, ao longo dos anos, passa a ser explorada comercialmente, parecendo implicar importantes mudanças no conjunto da economia capitalista, a ponto de gerar especulações sobre a transição para uma “nova economia”, uma “economia digital”, baseada nas transações virtuais.

---

\* Professor do departamento de economia da Universidade Federal de Sergipe. Orientador do projeto de pesquisa “Tecnologias da Informação e da Comunicação: a problemática da convergência audiovisual-telecomunicações-informática”, financiado pelo CNPq.

\*\*Bolsista CNPq.

O desenvolvimento da internet, na verdade, está inserido nas grandes transformações por que passaram os diferentes setores das comunicações desde a reforma da radiodifusão europeia dos anos 80 e a reestruturação global das telecomunicações dos 80 e 90, ligados à passagem a um novo modelo de regulação, mais adequado à nova estrutura do capitalismo, gestada ao longo da crise do padrão de acumulação do pós Segunda Guerra Mundial. As comunicações em geral adquirem um papel central no novo padrão de acumulação que se desenha. Dan Schiller situa a questão no interior da reviravolta na economia das telecomunicações em nível global nos anos 90, assim sintetizada:

In primo luogo, il boom nella costruzione delle reti è stata di un' ampiezza quale non si era mai vista al mondo. Le vecchie reti sono state migliorate per essere in grado di gestire nuovi servizi, mentre a ogni livello nascevano sistemi di grande capacità, dai circuiti locali alle reti globali. Non meno significativa è, tuttavia, una seconda caratteristica del regime che vediamo affermarsi. I detentori del potere politico hanno abbandonato, nello stesso momento e in tutto il mondo, il principio del servizio pubblico a favore di una concezione di mercato, e hanno acconsentito a una politica di integrazione delle reti su scala transnazionale. I controlli di interesse pubblico su questa importante infrastruttura sono venuti meno, e si sono accentuate le disparità in materia di accesso. (Schiller, 1999, p.10)

A internet, para o autor estaria catalisando uma transição de época, de natureza político-econômica, em direção a um “capitalismo digital”, a partir da sua subordinação a uma lógica de mercado. De fato há uma mudança fundamental na organização da internet quando se passa de uma lógica estatal-militar-acadêmica, segundo o modelo clássico norte americano de inovação puxada pelo complexo industrial-militar, a partir de demandas do Departamento de Estado, para outra, acadêmico-mercantil, a partir da privatização geral de meados da década de 90 (Bolaño, Herscovici e Vasconcelos, 2001).

Não se trata meramente da passagem de uma lógica estatal para outra privada, mas, por um lado, de uma economia pública, centrada no investimento estatal, para outra de mercado, de acordo com diferentes modalidades de mercantilização e, por outro, de uma lógica política militar, de defesa, para outra, de privatização, regulação e globalização econômica, de apoio à reestruturação capitalista e à manutenção da hegemonia norte-americana nas relações internacionais no campo econômico. Um movimento geral que se inscreve na transição do mundo da Guerra Fria para o modelo imperial de soberania de que falam Negri e Hardt em seu *Império* (2000).

No primeiro capítulo do seu livro, Dan Schiller traça o percurso histórico do desenvolvimento e privatização das redes telemáticas, especialmente a internet, nos EUA, dos anos 50 aos 90. A lógica estatal da liberalização a partir dos 70 é bem resumida pelo autor no seguinte trecho:

Verso il 1970, le pressioni lobbistiche per assicurare cambiamenti parziali alla regolamentazione nel breve periodo, si trasformarono a poco a poco in una pianificazione strategica di lungo termine. Fu in quegli anni che i responsabili manageriali e i burocrati governativi riconobbero che in un settore così arcano della politica economica la posta in gioco era altissima, e che conservare la preminenza delle multinazionali americane nel promettente settore informatico avrebbe potuto far rinascere la potenza politico-economica degli Stati Uniti, ora in declino. In tal modo l' impatto della liberalizzazione portò a una vasta ristrutturazione delle infrastrutture informatiche del mondo. (Schiller, 1999, p. 16).

Um momento crucial desse processo, como sabemos, foi o da reforma das telecomunicações nos EUA, em 1984, com o desmembramento da AT&T, que deslanchará todo um movimento posterior de liberalização e privatização em escala global, sob pressão do governo norte-americano e de instituições internacionais como o Banco Mundial, o FMI e a OMC (Bolaño, 1997, 2000). A forma abrupta da ruptura do antigo modelo nos EUA, na Inglaterra e nos países do chamado Terceiro Mundo, inclusive o Brasil – apesar do atraso com que o processo se deu neste país, em comparação com outros da América Latina – contrasta como o caráter lento e fortemente controlado das mudanças ocorridas na Europa continental.

A vitória da internet, em 1995 (Phan e Nguyen, 1999; Bolaño, Herscovici e Vasconcelos, 2001) e do projeto das *Global Informational Infrastructure* (GII), de Clinton e Al Gore, acabará minando a resistência da Europa, que virá a liberalizar o setor das telecomunicações de forma mais incisiva, procurando, em contrapartida, inserir-se mais competitivamente na “nova economia” e no processo de desenvolvimento tecnológico de características muito especiais, como é o da internet. O atual debate sobre o padrão da TV digital mostra claramente que as pretensões hegemônicas européias (e japonesas) na matéria não desapareceram com o encerramento, no início dos 90, como consequência justamente da expansão do paradigma da digitalização, da discussão sobre a televisão de alta definição.

Esta busca de competitividade por parte da Europa, de qualquer forma, se dá caracteristicamente no terreno da retomada da hegemonia americana

que, questionada no momento do início da crise, nos anos 70, se recomporá, durante o governo Reagan, nos campos monetário, político e militar, permanecendo uma dúvida a respeito da economia real, dado o avanço alcançado pela Alemanha e o Japão, principalmente, nos setores automobilístico e eletroeletrônico. A mudança do padrão de desenvolvimento que se processará de forma acelerada, justamente no momento em que, restaurada a hegemonia do dólar, a crise afeta sobretudo o Japão, mas também a Europa, fortemente impactada pelo desemprego e pelo complexo processo de reunificação da Alemanha, essa mudança será comandada mais uma vez pelos EUA, particularmente a partir da instalação da política de reestruturação do governo Clinton.

Assim, o projeto europeu de Sociedade da Informação, em contraposição, como seria previsível, à perspectiva liberal anglo-saxônica da “nova economia”, não é outra coisa senão a forma da Europa inserir-se nesse grande jogo em que a iniciativa cabe aos EUA, cujas indústrias de telecomunicações, informática e de produção de conteúdos, para não falar nas biotecnologias, deverão comandar amplamente o novo padrão de acumulação. O desenvolvimento das infra-estruturas telemáticas, nessas condições, se solidariza com o das redes empresariais, ligadas à evolução do capitalismo no período e à globalização, levando à transformação da economia mundial da qual a internet é elemento central, ao estruturar o que Schiller chama de capitalismo digital, operação que envolve mudanças importantes em todos os setores da economia das comunicações.

Sem entrar, por outro lado, em considerações sobre as lógicas sociais e os modelos de financiamento da internet, discutidos em Bolaño, Herscovici e Vasconcelos (2001), é importante lembrar que, do ponto de vista das possibilidades que a tecnologia abre, o compartilhamento da informação se abre numa dupla perspectiva: a comercial – de interesse imediato do Estado (ao menos dos países centrais, muito especialmente os EUA) e do mercado – e, uma outra, de trocas lingüísticas no interior do mundo da vida. O desenvolvimento histórico da internet, em que a lógica comercial vai-se tornando progressivamente mais importante, não chega a eliminar a outra que, ao contrário, aparece como atrativo fundamental para a conexão dos indivíduos, que pagam às companhias telefônicas e aos provedores de acesso, ou aceitam receber publicidade em troca de acesso barato ou gratuito, em busca, não apenas de conteúdo comercializado

e facilidades de negócios, mas também da possibilidade de comunicação à distância e daquilo que os italianos chamam de *condivisione*.

Há, portanto, uma contradição na estrutura do sistema, comparável àquela presente em todo desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, que se manifesta hoje no processo de crescente subsunção do trabalho intelectual no capital (Bolaño, 2001), ligado também ao desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação e às redes telemáticas. Trata-se, na verdade, de dois movimentos absolutamente complementares. À intelectualização geral do trabalho e sua organização em rede corresponde uma intelectualização e conexão também do consumidor à rede global. O modo de consumo, como o modo de produção, torna-se mais comunicacional e informático, alterando as relações sociais e a própria estrutura do mundo da vida de amplas camadas da população mundial incluída nos processos de reprodução do capital. Mais informação e comunicação, no mundo do trabalho e no mundo da vida, pode tornar-se, sob determinadas condições, mais informação e comunicação a serviço de um projeto libertador, alternativo, anti-capitalista.

Não é esta, entretanto, a tendência hegemônica, mas a constituição de uma Economia do Conhecimento, centrada na subsunção do trabalho intelectual e a privatização dos saberes, através do desenvolvimento de sistemas de patentes e de propriedade intelectual, afetando o conjunto dos sistemas nacionais de educação, ciência e tecnologia.<sup>2</sup>

No caso do funcionamento concreto das relações entre Estado, Universidade e mercado subjacentes ao desenvolvimento da internet, desde a sua origem, a relação mercantil entre o setor militar e os laboratórios acadêmicos constitui a base para a subsequente privatização da rede, que significa, por sua vez, a passagem definitiva para uma outra lógica, puramente comercial, como a da venda de patentes ou de mercadorias, ou de audiências, no mercado publicitário.

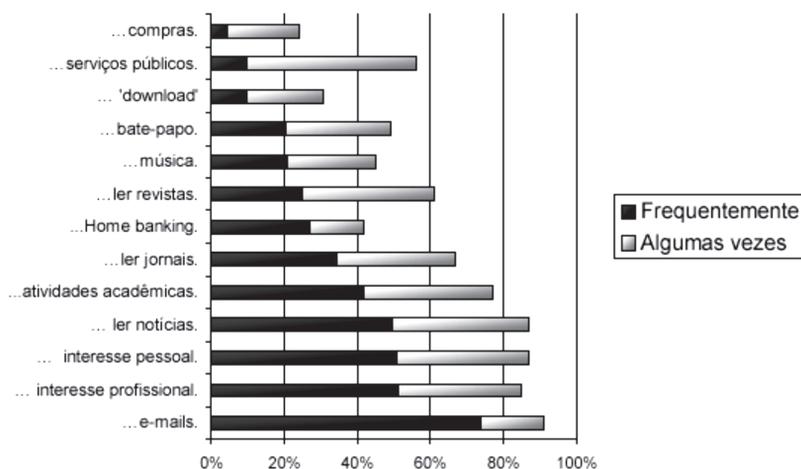
Mas como o mercado não pode substituir a Universidade<sup>3</sup> e o Estado, visando desenvolver novas aplicações para a internet, como a tele-medicina ou as bibliotecas digitais, um grupo de 34 universidades americanas formou, em outubro de 1996, o Comitê Geral de Trabalho da Internet 2, a fim de viabilizar o desenvolvimento de uma nova rede acadêmica. Em janeiro de 1997, mais de 100 universidades já estavam trabalhando, em conjunto

com centros de pesquisa, indústrias e agências do governo, a fim de desenvolverem novas tecnologias de rede para a realização de avançadas aplicações na internet,<sup>4</sup> possivelmente privatizáveis também no futuro.

Isto demonstra, por outro lado, a importância da demanda que o público universitário exerce sobre a internet. Assim, para além dos modelos da internet de massa e do e-business (Bolaño, Herscovici e Vasconcelos, 2001), há toda uma demanda pública, que não se limita aos estudantes, professores e pesquisadores universitários, mas engloba também os movimentos sociais, ONGs e a administração pública, cujas necessidades de comunicação telemática são muito diferentes daquelas puramente comerciais que predominam hoje na internet. Evidencia-se, assim, a continuidade do interesse do Estado no sistema. Por trás da privatização, espreita, como é comum, a soberania.

No que se refere aos consumidores, observa-se no Brasil, por exemplo, onde cerca de 12 milhões de pessoas têm acesso à rede, sendo apenas metade delas considerados “usuários ativos” (dados da Nielsen/NetRatings-agosto de 2001), que os serviços comerciais do tipo compras e *home-banking*, figuram entre aquelas atividades praticadas com menor frequência entre os internautas que acessam a rede, no mais das vezes, (1) para entretenimento e informação, (2) por interesse pessoal ou profissional e, principalmente, (3) para troca de e-mails. (Gráfico 1).

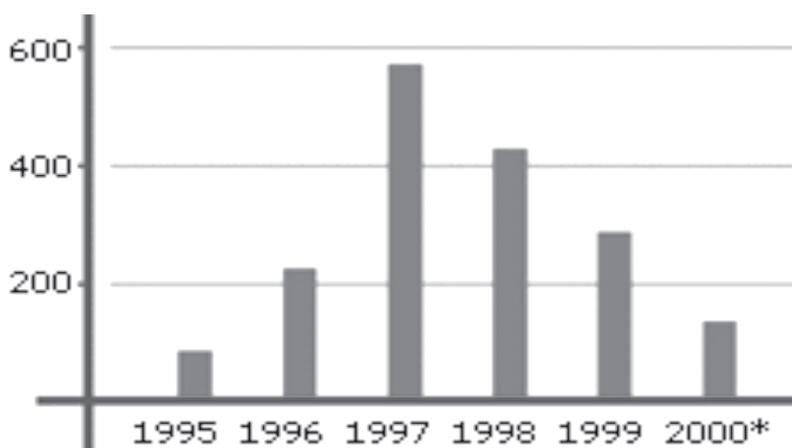
Gráfico 1  
Atividades praticadas na Internet



Fonte: Pesquisa InternetPop Set/00

Isto não impede, evidentemente, o crescimento do número de provedores de acesso à internet no país, chegando a existir, em 1997, quase 600 no território nacional. Esse número foi diminuindo significativamente a partir de 1998, como se pode observar no gráfico 2, o que demonstra um processo de concentração rápido e acelerado em que, aqueles que conseguiram se manter no mercado, passaram a investir cada vez mais em infraestrutura e em conteúdo. O UOL, por exemplo, maior provedor privado do país, comprou da Embratel, em março de 1998, o primeiro *link* de 34 Mbps existente na América Latina. Hoje, existem cerca de 150 provedores operando no mercado brasileiro. O quadro 1 relaciona aqueles que possuem mais de cinco pontos de presença em mais de um estado, classificados como “provedores nacionais” pelo *site* Index Brasil.<sup>5</sup> Destacam-se aqueles ligados a grandes grupos da mídia tradicional (como o UOL, ligado ao Grupo Folha e Abril e o Nutecnet, do Grupo RBS).

Gráfico 2  
Evolução do Número de Provedores no País



Fonte: Abranet - <http://www.abranet.org.br>

Quadro 1

**PROVEDORES NACIONAIS**  
**Redes com mais de 05 pontos de presença, em mais de um estado**

America Online	<a href="http://www.americaonline.com.br/">http://www.americaonline.com.br/</a>
BR Home Shopping	<a href="http://www.brol.com.br/">http://www.brol.com.br/</a>
Compuserv	<a href="http://www.compuserv.com.br/">http://www.compuserv.com.br/</a>
Disway	<a href="http://www.disway.com.br/">http://www.disway.com.br/</a>
EasyWay – UOL	<a href="http://www.ez.com.br/">http://www.ez.com.br/</a>
Elógica	<a href="http://www.elogica.com.br/">http://www.elogica.com.br/</a>
Enetec	<a href="http://www.enetec.com.br/">http://www.enetec.com.br/</a>
Hydra Net	<a href="http://www.hydra.com.br/">http://www.hydra.com.br/</a>
Iconet	<a href="http://www.iconet.com.br/">http://www.iconet.com.br/</a>
Locasite Internet Services	<a href="http://www.locasite.com.br/">http://www.locasite.com.br/</a>
Mandic	<a href="http://www.mandic.com.br/">http://www.mandic.com.br/</a>
MtecNet	<a href="http://www.mtecnet.com.br/">http://www.mtecnet.com.br/</a>
Matrix	<a href="http://www.matrix.com.br/">http://www.matrix.com.br/</a>
NeoSystem	<a href="http://www.neosystem.com.br/">http://www.neosystem.com.br/</a>
Netway	<a href="http://www.netway.com.br/">http://www.netway.com.br/</a>
PSInet	<a href="http://www.psi.com.br/">http://www.psi.com.br/</a>
SANET - South American Network	<a href="http://www.sanet.com.br/">http://www.sanet.com.br/</a>
SOL - SBT On Line	<a href="http://www.sol.com.br/">http://www.sol.com.br/</a>
Terra - ZAZ – Nutecnet	<a href="http://www.zaz.com.br/">http://www.zaz.com.br/</a>
Uninet	<a href="http://www.uninet.com.br/">http://www.uninet.com.br/</a>
UOL - Universo Online	<a href="http://www.uol.com.br/">http://www.uol.com.br/</a>

---

Fonte: IndexBrasil.net ([www.indexbrasil.net/ispnetbrasil/index.html](http://www.indexbrasil.net/ispnetbrasil/index.html))

É importante notar ainda que até maio de 1998 esse mercado era totalmente dominado pelo capital nacional. A partir de então, diversos grupos de outros países passam a investir no mercado brasileiro. Entre os principais movimentos, podemos citar a compra do controle do Mandic pelo grupo argentino Pescarmona e o negócio realizado pela Microsoft (EUA), que se apropria de 11,5% da Globo Cabo, numa transação de

U\$\$ 126 milhões. Alguns dos principais provedores brasileiros, a fim de ampliar sua área de atuação e disponibilizar mais conteúdo, passam então a aliar-se a pequenos provedores locais. Além disso, há uma significativa queda nos preços dos serviços de acesso e inclusive o surgimento de provedores que disponibilizam acesso gratuito, ainda que esse último tipo de negócio não se tenha desenvolvido, após 1995, da forma avassaladora que alguns analistas do mercado esperavam.

Em nível internacional, essa tendência à concentração, foi definitivamente confirmada, em janeiro de 2000, nos EUA, quando a AOL compra o controle acionário do Grupo Time Warner, por U\$\$ 184 bilhões, gerando a maior empresa de comunicação do mundo, avaliada em cerca de U\$\$ 350 bilhões na Bolsa de Nova York. Pouco tempo depois, em 15/12/2000, foi firmada a fusão entre Vivendi, Seagram e o Canal Plus, formando o segundo maior conglomerado do mundo nesse setor. Dele fazem parte, além dos grupos citados, Cegetel, o Havas e a Universal (filmes e música) (Schiller, 2001, p. 8).

Em suma, o setor se concentra para poder explorar, de forma economicamente eficiente, um mercado consumidor restrito, ainda que composto por indivíduos pertencentes às camadas de renda mais elevada. Em todo caso, o uso que essas camadas fazem da rede, como vimos, está mais relacionado, ao que parece, a interesses profissionais, ligados ao trabalho intelectual e de comunicação interpessoal, informação e lazer que ao comércio. Este é um aspecto importante do problema, que é preciso ter em mente na análise da crise.

## **II. História Econômica Recente da Internet**

A Internet, rede que liga praticamente todas as redes de computadores do mundo, teve sua origem, ao final dos anos 60, na Califórnia, como vimos, com fins estratégicos militares, sendo que nos seus 20 primeiros anos de existência foi operada sem nenhuma exploração econômica que lhe permitisse um auto-financiamento, mantida com orçamento público, tanto do próprio governo americano, através de órgãos que tinham algum

interesse no desenvolvimento da rede, como por instituições de pesquisa e fomento à ciência. Em sua fase inicial, portanto, a rede teve um avanço lento e gradual, dependente sobretudo das instituições de pesquisa, que tinham por tarefa a criação de equipamentos e linguagens específicas.

Os diversos centros de pesquisa financiados pelo governo norte-americano foram então ligados a instalações militares e a empresas fornecedoras de equipamentos de defesa a fim de garantir a constante comunicação entre esses órgãos, gerando, assim, uma primeira rede de computadores que seria o protótipo do que conhecemos hoje como internet. Tal rede foi criada em 1969, pela Agência de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos E.U.A (ARPA), sendo então denominada *ARPAnet*. Esta cresceu rapidamente e já em 1972 conectava 40 localidades diferentes.

Nessa fase inicial, ainda de caráter experimental, surgem também diversas e importantes tecnologias de armazenamento, transmissão de dados em rede, além dos protocolos de comunicação *TCP/IP* (*Transmission Control Protocol/Internet Protocol*) que definem o endereçamento e o envio de dados entre computadores<sup>6</sup>. Já em 1979 foram surgindo outras pequenas redes, como por exemplo a *Usenet*, criada por estudantes da Universidade da Carolina do Norte, que a utilizaram para formar um grupo de discussão *on-line* sobre computadores. Assiste-se, então, ao surgimento de redes com fins diferentes daqueles inicialmente propostos pela *ARPAnet*. Em 1980, a *National Science Foundation* (*NSF*), cria uma rede científica, a *CSnet*, e em seguida lança, juntamente com a IBM, uma rede voltada para assuntos não científicos: *BITnet*. Mais tarde, em 1987, o governo norte-americano, preocupado com a concorrência internacional na área da informática, designa a *NSF* para a construção de uma rede que interligasse diversos centros de supercomputação de todo o país, surgindo assim a *NSFnet*. A *ARPAnet* foi então sendo gradativamente substituída pela nova rede, até ser desativada em 1990. Um ano depois, a *CSnet* também é extinta, sendo suas atividades absorvidas pela própria *NSFnet*.

Surgiam, paralelamente à *NSFnet* - que restringia o acesso a seu *backbone* a atividades relacionadas sobretudo à pesquisa - pequenas redes comerciais que ofertavam serviços a empresas ou mesmo ao público, como por exemplo a *PSInet* e a *UUnet*. Finalmente, em 1992, o Congresso

norte-americano autoriza a utilização do *backbone NSFnet* para fins comerciais, o que foi fundamental para integrar as pequenas redes ao maior e mais importante *backbone* do país até então, dando impulso à internet da forma como conhecemos hoje.

Até o fim da década de 80, o número de computadores conectados à rede era pequeno, ainda que crescendo sempre a taxas extremamente elevadas, como se pode observar no Quadro 2. Em dezembro de 1987, o número de *hosts* chegou a 28174, contra os 5089 de novembro de 1986, apresentando uma taxa de crescimento superior a 450% em pouco menos de um ano, refletindo as medidas adotadas pelo governo norte-americano a fim de ampliar a rede daquele país.

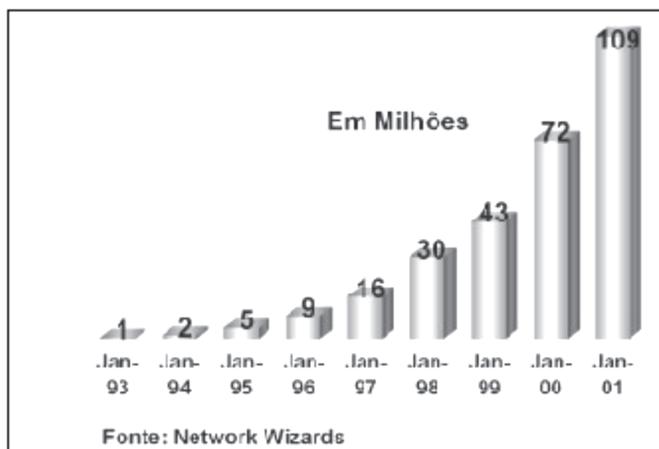
Quadro 2  
Número de hosts no mundo (1969-1989)

Data	Hosts	Data	Hosts
Dez/69	4	Mai/82	235
Jun/70	9	Ago/83	562
Out/70	11	Out/84	1024
Dez/70	13	Out/85	1961
Abr/71	23	Fev/86	2308
Out/72	31	Nov/86	5089
Jan/73	35	Dez/87	28174
Jun/74	62	Jul/88	33000
Mar/77	111	Out/88	56000
Dez/79	188	Jul/89	130000
Ago/81	213	Out/89	159000

Fonte: Hobbes'Internet Timeline Copyright ©  
(<http://orbita.starmedia.com/~hobbestimeline/>).

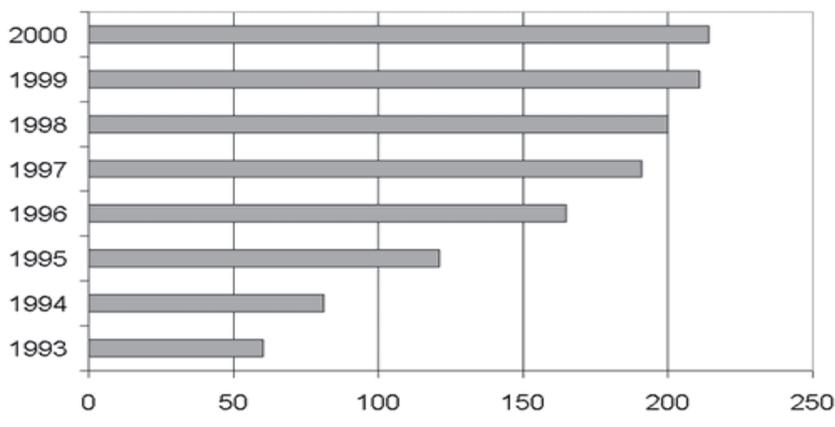
Na década de 90, a internet toma outras proporções. Em 1993 já existia cerca de 1 milhão de computadores ligados à rede saltando para mais de 109 milhões em janeiro de 2001, o que significa um crescimento médio de 80% ao ano. (Gráfico 3)

Gráfico 3  
Crescimento da Internet (1993-2001)



Além disso, observou-se um crescimento de 256% no número de países que se conectaram à rede, saltando de algo próximo a 60 em 1993, para 214 no final de 2000 (Gráfico 4).

Gráfico 4  
Número de países conectados à Internet mundialmente desde 1993



Fonte: ITU Telecommunicationindicators update, 2001.

O Brasil, apesar de ter iniciado a utilização da rede tardiamente, apresenta elevadas taxas de crescimento quanto ao número de *hosts*. Em 1996, existiam 20 mil no país, número que se elevou para mais de 876 mil em 2001, levando o Brasil a ocupar a décima primeira posição entre os principais países segundo número de *hosts*. Como se nota no Quadro 3, que mostra a situação dos vinte países que se destacam no contexto mundial, se considerarmos apenas as Américas, ficamos em terceiro lugar, atrás apenas dos EUA e do Canadá. O quadro expressa a liderança absoluta dos EUA no que se refere à conexão em rede. A Europa, por sua vez, apresenta-se como o continente mais “conectado” do mundo.

Quadro 3

Países	Posições				Número de Hosts				Taxa de Variação (%)			Participação Jan/2001	
	Jan 01	Jan 00	Jan 99	Jan 98	Jan 01	Jan 00	Jan 99	Jan 98	00/01	99/00	98/99	% Líderes	% Mundial
<b>EUA</b>	1º	1º	1º	1º	80.557.512	53.167.228	30.488.568	20.623.323	51,5	74,4	47,6	76,6	73,5
<b>Japão</b>	2º	2º	2º	2º	4.640.863	2.636.541	1.687.534	1.168.960	76,0	56,2	44,4	4,4	4,2
<b>Canadá</b>	3º	5º	5º	5º	2.364.014	1.669.664	1.119.172	839.141	41,6	49,2	33,4	2,3	2,2
<b>Reino Unido</b>	4º	3º	4º	4º	2.291.369	1.901.812	1.423.804	987.733	20,5	33,6	44,1	2,2	2,1
<b>Alemanha</b>	6º	4º	3º	3º	2.163.326	1.702.486	1.316.893	994.926	27,1	29,3	32,4	2,1	2,0
<b>Itália</b>	6º	9º	11º	12º	1.630.526	658.307	338.822	243.250	147,7	94,3	39,3	1,6	1,5
<b>Austrália</b>	7º	6º	6º	6º	1.615.935	1.090.468	792.351	665.403	48,2	37,6	19,1	1,5	1,5
<b>Holanda</b>	8º	7º	7º	8º	1.309.911	820.944	594.129	381.172	59,6	38,2	55,9	1,2	1,2
<b>França</b>	9º	8º	9º	9º	1.229.763	779.879	488.043	333.306	57,7	59,8	46,4	1,2	1,1
<b>Taiwan</b>	10º	11º	13º	13º	1.095.718	597.036	308.676	176.830	83,5	93,4	74,6	1,0	1,0
<b>BRASIL</b>	11º	13º	17º	19º	876.596	446.444	215.086	117.200	96,4	107,6	83,5	0,8	0,8
<b>Finlândia</b>	12º	10º	8º	7º	771.725	631.248	546.244	450.044	22,3	15,6	21,4	0,7	0,7
<b>Suécia</b>	13º	12º	10º	10º	764.911	594.627	431.809	319.065	28,5	37,7	36,3	0,7	0,7
<b>Espanha</b>	14º	14º	18º	15º	663.553	415.641	264.242	168.913	59,6	57,3	56,4	0,6	0,6
<b>México</b>	15º	16º	24º	30º	559.166	404.873	112.620	41.655	38,1	259,5	170,3	0,5	0,5
<b>Noruega</b>	16º	16º	12º	11º	525.030	401.888	318.631	285.338	30,6	26,1	11,3	0,5	0,5
<b>Áustria</b>	17º	21º	22º	21º	504.144	274.173	143.153	109.155	63,9	91,8	31,1	0,5	0,5
<b>Suíça</b>	18º	19º	18º	20º	461.456	306.073	224.350	114.810	50,8	36,4	95,4	0,4	0,4
<b>Dinamarca</b>	19º	17º	14º	16º	435.556	336.928	279.790	159.358	29,3	20,4	75,6	0,4	0,4
<b>Belgica</b>	20º	18º	19º	23º	417.130	320.840	165.873	87.938	30,0	93,4	88,6	0,4	0,4
<b>Total dos 20 Países Líderes</b>					104.877.307	69.157.102	41.259.790	26.268.531	51,7	67,6	46,0	100,0	95,7

Network Wizards - Compilado: DSI/MCT

É em vista do surgimento desse novo mercado em expansão que a internet passa a ser percebida como grande potencializadora das empresas da chamada velha economia. As operações comerciais na internet são normalmente classificadas em dois grupos: *business to consumer* (B2C) - operações que se realizam entre empresas e consumidores - e *business to business* (B2B) - os negócios

realizados entre as próprias empresas. Ambos formam o que se conhece por *e-business* (negócios eletrônicos). Surgem ademais, sobretudo na segunda metade da década de 90, diversas empresas virtuais, que teoricamente não possuem estrutura física, desempenhando todas as suas funções na rede.

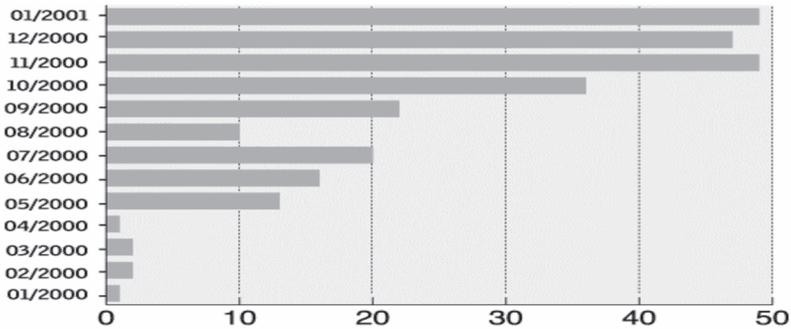
O importante potencial econômico da rede levou a um grande crescimento dos investimentos em tecnologias da informação e da comunicação e a um significativo crescimento dos negócios medidos pelo índice Nasdaq, composto pelos papéis das empresas de alta tecnologia - como as de biotecnologia ou os portais de internet - negociadas na Bolsa de Valores de Nova York. Todas as empresas de pesquisa de internet chegaram a apresentar números fabulosos. Pequenas empresas virtuais, criadas por estudantes universitários, com uma idéia criativa e praticamente nenhum capital, eram negociadas a preços elevadíssimos. O índice Nasdaq atingiu ganhos de 150 pontos em apenas uma semana e um crescimento de quase 50% em apenas 6 meses, fechando com o recorde histórico de 5.049 pontos no dia 10 de março de 2000.

## A crise

Mas nesse mesmo mês de março do ano 2000, a euforia da rede mundial veio a comprovar-se em grande medida especulativa. As avaliações desconsideraram sistematicamente a lucratividade, privilegiando indicadores de inovação, agilidade e tráfego. A Amazon.com, por exemplo, que vinha apresentando grandes prejuízos, chegou a valer, pela cotação de suas ações, mais que a Boeing. O mercado parecia ser promissor e muitas empresas virtuais iniciaram suas operações com grandes investimentos em infra-estrutura e serviços, o que ocasionou, na mesma proporção do grande *boom* da rede, uma crise sem precedentes. O que se observou com o índice Nasdaq, a partir do dia 13 de março, foi uma decadência gradual, chegando a operar com 2300 pontos no dia 20 de dezembro de 2000, ou seja, uma queda de algo mais de 50% de seu recorde. Percebeu-se, a partir de então, o declínio dos investimentos nas empresas “pontocom”, gerando um enxugamento do setor, com o fechamento de diversos empreendimentos e inúmeras demissões. Pesquisa feita pela empresa eMarketer revela o número de empresas do setor que fecharam no período de janeiro de 2000 a janeiro de 2001 (Gráfico 5)

Gráfico 5  
**Quantas se foram**

Numero de empresas ponto com que fecharam suas portas, no mundo inteiro, entre janeiro do ano 2000 e janeiro de 2001

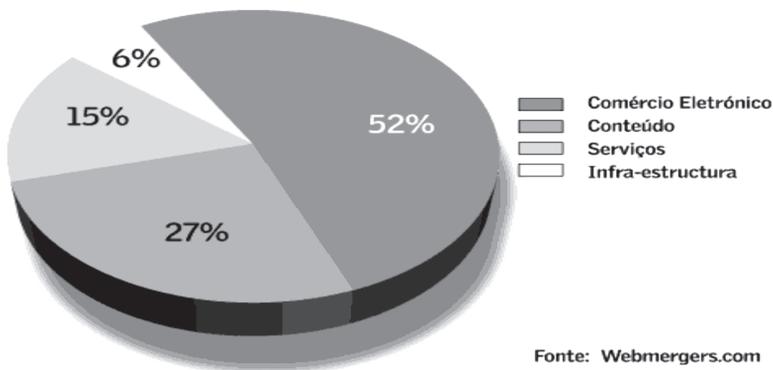


Fonte: ITU Telecommunicationindicators update, 2001.

No total, de acordo com a pesquisa, foram 270 empresas que fecharam suas portas nesse período, sendo que a maior parte aconteceu no último trimestre do ano 2000. Os setores que mais sofreram com a crise da internet foram os de comércio eletrônico e infra-estrutura, que representaram quase 80% de todas as falências ocorridas na indústria da internet (Gráfico 6)

Gráfico 6  
**Quem se deu mal**

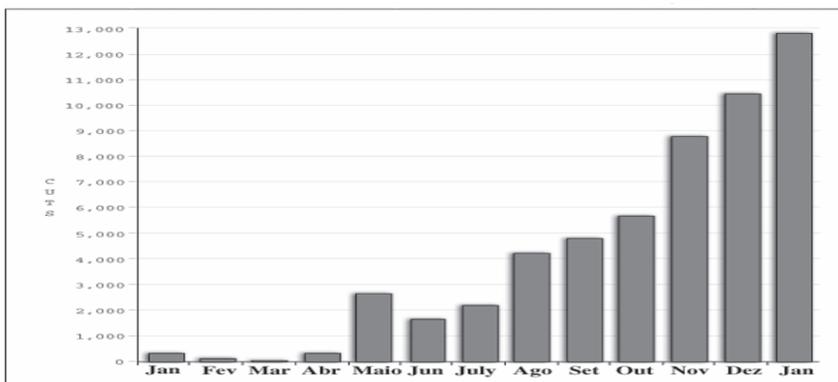
Qual setor teve mais empresas que fecharam as porta - em %



Fonte: Webmergers.com

A reestruturação do setor também não poupou os empregos. Somente em janeiro de 2001, segundo dados da empresa Challenger, Gray and Christmas, foram mais de 12.800 demissões nos setores de internet e tecnologia, representando um aumento de 23% em relação a dezembro de 2000, que já havia apresentado um recorde histórico de 10.459 demissões. O Gráfico 7 mostra o crescimento das demissões no período de janeiro de 2000 a janeiro de 2001.<sup>7</sup>

Gráfico 7  
Demissões nas empresas Pontocom  
Janeiro 2000 Janeiro 2001



Fonte: Challenger, Gray & Christmas, Inc.

A maior parte das demissões, que até então estavam concentradas nos setores relacionados ao comércio eletrônico, passaram, sobretudo no fim do ano 2000 e início de 2001, de acordo com os consultores da Challenger, a afetar os setores que trabalham com construção e manutenção de plataformas tecnológicas das empresas de internet, de onde se pode concluir que a reestruturação do setor apenas se iniciou no ano de 2000 e provavelmente continuará por um bom tempo.

### III - Considerações Finais

Alguns analistas acreditam que a internet, da forma que se apresenta atualmente, está morta. Segundo a *Forrester Research*, por exemplo, a causa do fim dos negócios na rede é o fato de o acesso à internet estar limitado no

presente à população que dispõe de pelo menos um computador. Em contrapartida, os autores acreditam no desenvolvimento de uma internet “extendida”, através da utilização de outros meios de conexão, como a TV e o telefone celular, ampliando, no limite, a conectividade a cada um dos bilhões de *chips* fabricados anualmente, além do desenvolvimento de novas aplicações e produtos de consumo, como alternativa à crise que abala o setor e pode vir a dar um novo impulso à internet em todo o mundo (Forrester Research, 2001). A previsão dos autores é a de um crescimento sustentado consistente, ainda que num nível inferior ao do período 1990-2000, a partir de 2003, como se depreende do Gráfico 8.

Gráfico 8



Fonte: Forrester Research, maio de 2001

No texto, disponível gratuitamente na rede, os pesquisadores da *Forrester Research* não esclarecem como chegaram a esses resultados, de modo que não é possível avaliar concretamente as projeções. É possível, não obstante, levantar questões teóricas sobre alguns pressupostos a partir dos quais se define a tendência apontada pelos autores.

É interessante lembrar, em primeiro lugar, o velho debate entre informáticos e engenheiros de telecomunicações a respeito da forma da convergência, com os primeiros defendendo a importância da distribuição da inteligência por toda a rede, enquanto os segundos defendiam a centralização, associada à disseminação em massa de “terminais burros”, de baixo

custo. Por trás de cada uma dessas duas perspectivas está uma determinada posição em relação à função social e ao modelo econômico que o novo meio de comunicação deveria adotar. No primeiro caso, o sistema estaria centrado na autonomia de usuários com um nível de renda e conhecimento mínimos, excluindo uma parte significativa do público, enquanto que, no segundo, uma extensa utilização das redes telemáticas seria possível, ao se reduzir o custo de acesso, numa perspectiva de universalização semelhante ao que ocorria tradicionalmente com o setor de telecomunicações.

A vitória do primeiro modelo reforçava o processo global de transformação da esfera pública, no bojo da reestruturação capitalista ainda em curso, corroborando as tendências à segmentação, flexibilização etc., contra o antigo paradigma da massificação, para usarmos uma dicotomia amplamente divulgada no campo da economia das comunicações. Mas essa vitória, para impor-se de forma cabal e definitiva, pressupõe duas condições importantes: a aceitação do processo de exclusão por parte da sociedade, com a abolição de princípios amplamente difundidos, como os de universalização e de serviço público e, por outro lado, que a parcela de público com acesso às redes estivesse suficientemente interessada na sua utilização, a ponto de garantir o seu financiamento.

A primeira condição foi preenchida com certa facilidade no momento de hegemonia do pensamento liberal durante os anos 80 e 90, mas a segunda não está até hoje resolvida. Toda a discussão subjacente ao relatório e toda a perplexidade do mercado em relação à crise da internet decorrem justamente da incapacidade que o modelo de uso e financiamento derivado da aplicação do paradigma informático tem enfrentado. Por isso, após o boom especulativo da Nasdaq, o mercado se apressa em encontrar alternativas ao modelo.

Mas, neste ponto, duas possibilidades muito diferentes devem ser colocadas. Por um lado, como fazem os autores, é possível pensar em uma reforma do modelo sem alterá-lo fundamentalmente, ampliando as possibilidades de uso do público já inserido, que poderia ser ampliado por meio de uma estratégia de acesso através de outros aparelhos diferentes do computador, mais baratos, num sentido próximo à perspectiva dos engenheiros de telecomunicações. Neste caso, seria preciso iniciar a discussão pela questão do uso social<sup>8</sup> e desembocar na análise do modelo econômico capaz de rentabilizar os investimentos necessários.

Não duvidamos da competência de incontáveis economistas em realizar estudos e consultorias a respeito, mas isso não resolve o problema central da lógica social e dos modelos de regulação e financiamento que lhe são inerentes.<sup>9</sup> Mas há uma segunda possibilidade, mais próxima da forma tradicional, sobretudo na Europa, de organização dos sistemas de comunicação anterior às reformas do audiovisual e das telecomunicações: o da retomada do conceito de serviço público universal, entendendo-se a comunicação como um direito de todo cidadão.

Podemos chamar esta segunda possibilidade de social-democrata – por oposição àquela liberal, hegemônica no longo período de implantação da rede –, adequada ao momento de saída da crise, em que a política neoliberal deve ser substituída por formas mais construtivas de administração do capitalismo.<sup>10</sup> Nessas condições, uma perspectiva menos excludente de organização do sistema exigirá políticas públicas ativas de democratização do acesso à rede, o que inclui não apenas o fornecimento de acesso a baixo custo às infra-estruturas telemáticas universalizadas, mas também, entre outras condições, a reforma dos sistemas de ensino, com o objetivo de garantir a socialização do capital cultural indispensável à apropriação massiva das novas tecnologias, condição básica de competitividade na chamada sociedade da informação.

## Notas

<sup>1</sup> O surgimento da rede no Brasil deve-se, sobretudo, a iniciativas isoladas de algumas universidades e centros de pesquisa que, em 1988, já possuíam pequenas redes que as interligavam aos EUA. Em 1989, o MCT lança o projeto da RNP, que tinha por objetivo principal a concepção de uma rede nacional no âmbito acadêmico. Em 1991, a RNP inicia a construção do primeiro *backbone* nacional, que em 1993 já conectava onze estados do país. No período de 94 a 96, dá-se início à fase II da RNP, com o intuito de ampliar a capacidade da rede. Em 1995, mais precisamente em maio, essa infra-estrutura da RNP, antes restrita ao meio acadêmico, amplia seus serviços dando início à utilização comercial da internet no país. Vale ressaltar que essa “privatização” da rede, ao contrário do que ocorreu nos EUA, deu-se, no Brasil, como se fosse algo natural, sem maiores discussões sobre serviço público, universalização ou os termos que tradicionalmente animam o debate político nacional sobre comunicação. O Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações, muito ativo nas discussões legislativas no período que antecedeu a promulgação da Lei de TV a Cabo, em 1995, não se colocou o problema e, logo após, se desestruturou, voltando a rearticular-se

somente a partir de 2001. Somente na elaboração do Livro Verde sobre a Sociedade da Informação no Brasil, a questão chega a ser posta em alguns dos grupos de trabalho, refletindo-se, ainda que timidamente, na redação final. (Takahashi, 2000, Bolaño e Sicsu 2001, Bolaño, 2000) De acordo com o Comitê Gestor da Internet no Brasil, existem hoje seis *backbones* de abrangência nacional: RNP, Embratel, Banco Rural, Unisys, Global-One e IBM. À RNP agregam-se ainda algumas redes regionais e governamentais estaduais que juntas formam a estrutura atual da Internet no país. Para mais informações consultar *site* da RNP ([www.rnp.br](http://www.rnp.br))

<sup>2</sup> O setor das biotecnologias é o melhor exemplo desse movimento atual, fortemente subsidiário da expansão das tecnologias da informação e da comunicação, explicitando o estágio avançado de socialização da produção atingido pelo capitalismo hoje e, portanto, a possibilidade objetiva de sua superação (Bolaño 2001 b).

<sup>3</sup> Marcos Barbosa de Oliveira aponta que “a mercantilização da tecnologia apóia-se no sistema de patentes e data da época em que elas viraram mercadorias; a mercantilização da ciência está em curso no momento, fazendo parte da essência do processo de reforma neoliberal imposto à Universidade” (Oliveira, 2001, p. 9). Neste último caso, há uma “tecnologização” da pesquisa universitária, que “consiste na valorização do potencial tecnológico das pesquisas como critério para a distribuição de recursos, em detrimento do ideal da ciência pura, do conhecimento como um fim em si mesmo e, num plano ainda mais concreto, nas campanhas para incentivar os pedidos de patentes por parte dos pesquisadores universitários” (idem, p. 10). O autor lembra o caráter de bem público do conhecimento científico, tradicionalmente acessível de forma gratuita a qualquer indivíduo suficientemente instruído para entender os códigos específicos de cada disciplina e, citando W. O. Hagstrom, insiste no caráter não mercantil, de dom, do desenvolvimento científico. Assim, no caso dos manuscritos submetidos a revistas científicas, há uma troca, não de mercadoria, mas de reconhecimento social por informação. No entanto, “o fato de que o conhecimento científico ainda não seja patenteado não significa que ele não é – ou não está sendo – mercantilizado. Embora a divulgação dos resultados da pesquisa continue sendo uma relação não mercantil, isto não vale para os processos de produção do conhecimento científico na Universidade” (idem, p. 12). Fazendo uma analogia com o caso de um produtor rural independente que comercializa seus produtos com atacadistas que os revendem aos feirantes e quitandeiros, o autor sugere que “na produção, e na etapa inicial de circulação do conhecimento científico, tudo se passa como se os pesquisadores fossem os produtores diretos ..., a Universidade o atacadista, e o Estado, como representante da sociedade, o comprador final. Ou, melhor dizendo, esta é uma das diretrizes da reforma que está sendo imposta à Universidade, consequência da compulsão capitalista ... a transformar tudo em mercadoria” (idem), materializada nos métodos quantitativos de avaliação impostos aos pesquisadores, que vão no sentido de justificar a produção universitária através do estabelecimento de “um valor monetário para aquilo que produz, o qual, comparado com os recursos que recebe, vai dizer se a sociedade está fazendo um bom negócio” (idem, p. 13).

<sup>4</sup> O Brasil insere-se nesse projeto, através das universidades, pelo acordo de cooperação de tecnologias para a educação, assinado em outubro de 1997, em visita do presidente americano ao país. É, entretanto, em março de 2000, através do *Memorandum of Understanding* (MoU), projeto assinado pela RNP e a *University Corporation for Advanced Internet Development* (UCAID), que o país vira parceiro definitivo do projeto Internet 2. O lançamento do novo *backbone* da RNP, a RNP2, em maio de 2000, interligando os 27 estados brasileiros a uma

velocidade de até 155 Mbps deu mais condições ao país para a realização de uma conexão com a rede americana. Em agosto de 2001 é feita então a primeira conexão, através do projeto *Americas Path* (AMPATH), disponibilizando um *link* de 45 Mbps. Outro passo importante a ser dado pelo Brasil é a conexão do *link* internacional de 155 Mbps, que o país dispõe desde janeiro de 2001, ao principal *backbone* da Internet 2, o Ambilena. (ver [www.rnp.br/rnp2](http://www.rnp.br/rnp2))

<sup>5</sup> Uma relação completa dos provedores que operam no país pode ser encontrada no endereço <http://www.indexbrasil.net/ispnetbrasil/index.html>.

<sup>6</sup> Outros protocolos, como por exemplo, o x.25, desenvolvido na Europa nos anos 80, foram criados causando uma certa disputa com os EUA em torno do padrão a ser adotado em nível mundial para a comunicação entre computadores, que poderia “dividir o mundo em redes de computadores não comunicáveis.” (Castells, 2000, p.79). Prevaleceu, entretanto, o protocolo TCP/IP que, juntamente com outros sistemas e linguagens como *html*, *http*, *url* e finalmente o *www* (criado em 1990 no *Centre Européen pour Recherche Nucleaire* – Genebra) configuraram a internet atual.

<sup>7</sup> Nesse contexto, observa-se uma migração dos capitais de risco a uma área ainda pouco explorada: a biotecnologia. Em entrevista à *Gazeta Mercantil* (23/01/2001) Marília Rocca, diretora-geral da Endeavour (ONG americana que atua no mercado brasileiro assessorando empreendedores), afirma ser o setor de biotecnologia “o mais promissor para o investimento de risco”, pois são, de acordo com a avaliação da Endeavour, as empresas desse setor as que apresentam o maior potencial de geração de emprego, riqueza e inovação tecnológica na atualidade. As possibilidades de investimentos nesse setor são bastante diversas: vão desde pesquisas sobre o genoma até atividades consideradas milenares como é o caso da fitoterapia. Para se perceber o grande potencial desse setor, Marília observa que somente nos anos de 1999 e 2000 foram investidos cerca de U\$ \$60 bilhões na área, o que para ela torna o setor ainda mais promissor. (GM 23/01/2001)

<sup>8</sup> Avaliando, por exemplo, o interesse de uma dona de casa de classe média em ter acesso à internet através da geladeira ou do aparelho de micro-ondas, ou analisando que tipo de utilidade poderia ter para um motorista o acesso à rede através do automóvel, levando-se em consideração, ademais, o impacto que a troca do automóvel ou da geladeira teria sobre o orçamento doméstico.

<sup>9</sup> Em Bolaño, Herscovici e Vasconcelos, 2001, são propostos os elementos necessários para essa discussão.

<sup>10</sup> Haveria, evidentemente, também uma terceira alternativa, socialista, que pressupõe uma total ruptura com o sistema de comunicação em vigor, eliminação de todos os oligopólios e auto-determinação do mundo da vida. Tomando a atual conjuntura do sistema como pressuposto, limitamos nossas especulações aqui, por comodidade, às soluções possíveis no interior do capitalismo.

## REFERÊNCIAS

- BOLAÑO C. (1997) (org.). *Privatização das Telecomunicações na Europa e na América Latina*. Aracaju, EDUFS, 1997.
- \_\_\_\_\_ (2000). *Notas sobre a Reforma das Telecomunicações na Europa e nos EUA até 1992*. EPTIC On Line, Textos para Discussão, [www.eptic.he.com.br](http://www.eptic.he.com.br).
- \_\_\_\_\_ (2001). *Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva*.
- \_\_\_\_\_ (2001 b) *Economia Política e Conhecimento: alguns elementos teóricos para o estudo do desenvolvimento das biotecnologias*. (mimeo).
- BOLAÑO, C. e SICSU, A. (2000). Sociedade da Informação, Setor Produtivo e Desenvolvimento Regional. CD-Rom do Congresso da ANPEC de 2000, Campinas.
- BOLAÑO, C., HERSCOVICI, A. e VASCONCELOS, D. (2001). *Economia Política da Internet*. Aracaju, mimeo.
- CASTELLS, M. (2000). La era de la Información. Vol. 1, La Sociedad n Red, Segunda Edición. Alianza Editorial, Madrid.
- FORRESTER RESEARCH (2001). *O “x” da próxima onda*. Disponível na Internet via [www.thestandard.com.br](http://www.thestandard.com.br).
- KNAPP, L. (2001). *Biotechnology toma espaço da Internet*. Gazeta Mercantil, São Paulo, 23/01/2001.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT (2001). *Estatísticas da internet comercial*. In *Internet Comercial: Conceitos, Estatísticas, Aspectos Legais*. Disponível na Internet via [www.mct.gov.br](http://www.mct.gov.br).
- NEGRI, A. e HARDT, M. *Império* (2000) E. Record, São Paulo, 2001.
- OLIVEIRA, M. B. (2001). *A ciência que queremos e a mercantilização da universidade*. In: Loureiro, Isabel M. e Masso, Maria C. S. (org.), *Tempos de greve na universidade pública*. Original gentilmente cedido pelo autor
- PHAN, D. e NGUYEN, Godefroy Dang (1999). *Economie des télécommunications et de l’Internet*. Disponível na Internet via WWW. URL: [www-eco.enst-bretagne.fr/biblio/ecotel.pdf](http://www-eco.enst-bretagne.fr/biblio/ecotel.pdf).
- SCHILLER, D. (1999). *Capitalismo Digital*. Università Bocconi Editore, Milano, 2000.
- \_\_\_\_\_ (2001). *Un predador en la era de Internet*. Le Monde Diplomatique.

Edición Española. Ano VI n° 64, febrero 2001, p.8.

TAKAHASHI, T., (2000) (Coord. Geral). *Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil*.

## Periódicos Consultados

Gazeta Mercantil (todos os números de jan./1998 a dez./2000)

Info Exame (diversos números)

Internet Business (diversos números)

## Sites

[www.embratel.com.br](http://www.embratel.com.br)

[www.gazetamercantil.com.br](http://www.gazetamercantil.com.br)

[www.eptic.he.com.br](http://www.eptic.he.com.br)

[www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br)

[www.mc.gov.br](http://www.mc.gov.br)

[www.mct.gov.br](http://www.mct.gov.br)

[www.cg.org.br](http://www.cg.org.br)

[www.ibope.com.br](http://www.ibope.com.br)

[www.itweb.com.br](http://www.itweb.com.br)

[www.idgnow.com.br](http://www.idgnow.com.br)

[www.nua.ie](http://www.nua.ie)

[www.idc.com](http://www.idc.com)

[www.anpi.org.br](http://www.anpi.org.br)

[www.indexbrasil.net](http://www.indexbrasil.net)

[www.revista.unicamp.br](http://www.revista.unicamp.br)

[www.thestandard.com.br](http://www.thestandard.com.br)





# O BRASIL NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: BASES PARA UM ESQUEMA DE ANÁLISE

*Othon Jambeiro\**

[othon@ufba.br](mailto:othon@ufba.br)

A análise do desenvolvimento da Sociedade da Informação, num determinado estado-nação<sup>1</sup>, torna necessários, em primeiro lugar, a identificação dos elementos estruturais desse novo tipo de sociedade, e o reconhecimento e estudo do cenário em que eles operam. Em segundo lugar, é igualmente indispensável discutir alguns dos postulados constitutivos de uma visão atualizada e dinâmica da Sociedade da Informação, considerada como expressão transnacional mas com recortes nacionais. Esses postulados são essenciais para que se possa compreender como aqueles recortes conseguem flutuar soberanamente, enriquecendo-se na permanente e vertiginosa correnteza de tecnologias, processos e produtos, de onde e por onde fluem oceanos de informação.

Entre estes postulados estão a imprevisibilidade dos caminhos que a inteligência humana fará os elementos estruturais da Sociedade da Informação seguirem; a incontrollabilidade dos conteúdos que circulam, sob várias formas, através dos serviços de informações e comunicações; a inevitabilidade de ação pública no setor, não necessariamente do poder executivo, mas certamente com o respaldo dos poderes públicos;

---

<sup>1</sup> Professor titular do Instituto de Ciência da Informação da UFBA. E-mail: [othon@ufba.br](mailto:othon@ufba.br)

a indutibilidade necessária, por parte dos governos, no sentido de encorajar e fomentar a produção de conteúdos que dinamizem, fortaleçam, preservem e globalizem a identidade e a cultura nacionais de cada estado-nação. Voltaremos a eles adiante.

E, finalmente, é necessário que tenhamos proposições objetivas, consistentes com o cenário real de nossas relações econômicas, políticas e culturais com o mundo, no novo contexto internacional. Isto é essencial para que nossa identidade nacional, nossos modos de agir, ver, sentir, expressar, construir nossas vidas possam beneficiar-se da aceleração, globalização e acirramento do cruzamento de culturas nacionais. É também crucial para que nossa compreensão da Sociedade da Informação reflita, a um só tempo, a contemporaneidade de nosso pensamento e a realidade objetiva em que as relações entre os grupos de interesse nacionais e internacionais, governos e pessoas se dão, nos dias de hoje.

Este texto sintetiza o primeiro momento de uma pesquisa sobre infraestrutura, regulação e serviços de informação no Brasil. Originalmente isolada, abrangendo o trabalho de um bolsista-pesquisador e três bolsistas de Iniciação Científica do CNPq, ela hoje se associa a uma outra investigação, mais ampla, comparativa entre Salvador e Austin (Texas, USA). Esta última é financiada pela Capes e abriga quase duas dezenas de estudantes – professores e estudantes - das áreas de Informação e Comunicação, da Universidade Federal da Bahia e da Texas University at Austin. Além de mapear, inclusive geograficamente, a infra-estrutura e os serviços existentes nas duas cidades, ambas as pesquisas estão analisando, cooperativamente e sob variados prismas, ações afirmativas de inclusão digital, produção de conteúdos, de acordo com sua natureza e objetivos, e os efeitos e desenvolvimentos da regulação das condições de produção e consumo de serviços de informação.

As bases conceituais aqui postas, sobre as quais se propõe deva ser desenvolvido o esquema de análise da pesquisa, buscam estabelecer balizas que delimitem os trabalhos, no intuito de assegurar a objetividade da investigação e a acuidade de seus resultados.

## Os Elementos Estruturais

São três os pilares que constituem a infra-estrutura da Sociedade da Informação, a saber: a Informática, na sua dimensão de produtora de *softwares*; a estrutura de Telemática, enquanto rede de telecomunicações computadorizada, interligada nacional e internacionalmente; e a indústria de equipamentos eletro-eletrônicos. Sobre essa infra-estrutura operam os serviços de comunicações e informações, os primeiros interligando pessoas e equipamentos e os outros produzindo, organizando, guardando, disseminando conteúdos. Dentre os últimos, destacam-se os serviços informativos e culturais (Internet, museus, arquivos, bibliotecas, editoriais impressos, eletrônicos e virtuais, publicidade, jornais, revistas, rádio, cinema e TV). Vejamos como se caracterizam.

A indústria da informática tem crucial importância porque todas as áreas do conhecimento requerem a cada dia maior utilização de seus produtos. Pode-se dizer que muitas atividades produtivas são hoje inteiramente dependentes deles. O desenvolvimento da Telemática – a junção de telecomunicações com informática – tornou inclusive as telecomunicações dependentes da informática, como, por exemplo, para operar sistemas de comutação entre centrais telefônicas. Embora haja grande interdependência, os *softwares*, associados aos vários tipos de *hardwares*, tornaram-se as forças principais na gestão de processos informacionais e comunicacionais. Os primeiros se traduzem de forma lógica, os outros de forma física, mas não se realizam uns sem os outros.

No que se refere à rede de Telemática, duas características são a ela essenciais: capacidade para transmitir sinais eletrônicos – voz, vídeo, dados, gráficos, música, textos – inclusive simultaneamente. No mundo contemporâneo essa infra-estrutura alcançou um nível em que pode acomodar os serviços de redes inteligentes, particularmente os que requeiram intensa interatividade e imagem de alta definição. Nos últimos anos passou por alterações estruturais em todo o mundo, em função de sua importância estratégica para o desenvolvimento econômico. A idéia dominante tem sido a criação de uma “*worldwide information superhighway*”, considerada vital tanto para a consolidação de um mercado global quanto para a criação de uma

sociedade civil internacional. Não importa a natureza do produto ou serviço, se material ou virtual, e qualquer que seja seu caráter – político, científico, ideológico, econômico, literário ou artístico – tudo tende a circular, incontrolada e incontrolavelmente, por esta via universal de informação.

A indústria de equipamentos eletro-eletrônicos é essencial à operação dos serviços de informação e comunicações. Seus produtos estão agrupados em quatro categorias:

1 - transmissores, que ligam os terminais de telecomunicações intra e entre áreas locais, regiões e países, e que consistem de três principais tipos de tecnologia: a) cabos e fios; b) radioemissores; e c) satélites. Cada um tem vantagens comparativas sobre os outros, dependendo do serviço e das circunstâncias. Em termos gerais, o mais sofisticado produto de transmissão, no momento, é o cabo de fibra ótica, que permite melhor qualidade interativa, alta definição de som e imagem e velocidade de transmissão muito maior que os demais tipos. Fios de cobre e cabos coaxiais têm resistido, até aqui, ao avanço da fibra ótica, graças ao contínuo desenvolvimento das técnicas de compressão de conteúdos e ao alto preço desta fibra.

2 - comutadores, que conectam os terminais de entrada e saída de informações, e implementam as complexas instruções gerenciais associadas aos serviços de rede inteligente.

3 - terminais – rádio, TV, computador, telefone – por onde circula informação, tanto em termos de geração quanto de captação, armazenamento, seleção e difusão. A crescente convergência tecnológica entre eles faz com que os terminais estejam integrando, cada dia com mais perfeição, suas capacidades intrínsecas. Isso está permitindo a consolidação da tendência ao uso de um só equipamento para recepção e transmissão de voz, dados, imagens, por meio de serviços, integrados ou não, de telefonia, TV, rádio, e internet.

4 - suportes materiais de informação, como discos, fitas, disquetes etc.

Da operação regular e integrada dessa infra-estrutura depende a existência da Sociedade da Informação.

Os serviços de comunicações e informação, por sua vez, podem ser divididos em:

1 - Serviços postais e de telefonia e outros a eles associados, voltados tradicionalmente para a comunicação interpessoal, isto é, de uma para outra pessoa, de um para outro equipamento. O desenvolvimento tecnológico permite hoje o uso da telefonia também para comunicações intergrupais, isto é, de uma ou mais de uma pessoa para várias pessoas. Incluem-se aqui também os serviços de transmissão de dados.

2 - Serviços de produção de informação, a saber: rádio, TV, jornais, revistas, publicidade, editoriais impressos, audiovisuais e eletrônicos, entidades públicas e privadas de informação e inteligência.

3 - Serviços de gestão de informação, compreendendo a guarda e a criação de condições para a recuperação da informação, por meio de classificação, catalogação, indexação, normas, rotinas e manuais, de alcance nacional e internacional: bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, centros de referência, sites na WWW, *data centers*.

Sobre a infra-estrutura e os serviços pairam regulações dos estados nacionais, de variado grau de interferência governamental, além de planos, programas, priorizações e investimentos dirigidos. A regulação da infra-estrutura e dos serviços visa, normalmente, demarcar a intervenção do Estado e a liberdade de ação das entidades públicas e privadas que atuam no setor. O objetivo é assegurar o cumprimento de alguns pressupostos básicos esperados pela sociedade. Entre eles podemos destacar:

1. Liberdade de Informação, significando, inclusive, estimular a criação e a gestão de instrumentos que possam fortalecer o livre e equilibrado fluxo de informação, facilitar sua circulação e reforçar a contribuição da informação para o desenvolvimento da economia, da política, da ciência, da tecnologia, da cultura e das artes. Aqui se colocam também os serviços de produção e de gestão da informação, no sentido de que cabe ao Estado ter e gerir políticas específicas para bibliotecas, arquivos e museus, radiodifusão, cabodifusão, difusão via satélite, imprensa, indústrias fonográfica, cinematográfica e editorial, jornalismo, publicidade. Tais políticas devem coibir o abuso e o mau uso destes serviços; assegurar a diversidade de fontes, opiniões e pontos de vista, a proteção da privacidade, a competição, o não monopólio ou oligopólio; e a livre circulação das

informações relativas às ações desenvolvidas em nome do Estado, pelos poderes executivo, legislativo e judiciário.

2. Qualidade e extensão dos serviços postais e de telefonia e outros a eles associados, de tal forma que seu acesso seja universal, inclusive em termos de preços.

3. Proteção à Propriedade Intelectual, isto é, cabe ao Estado criar e gerir instrumentos para regular a proteção do *copyright* e de patentes, para indivíduos e empresas.

Para assegurar esses pressupostos o Estado assume papéis variados e simultâneos, a depender das circunstâncias e dos contextos econômico, político e tecnológico:

Estado Proprietário, no que se refere, por exemplo, a bibliotecas, centros de documentação, ao espectro eletromagnético e às emissoras de rádio e TV que explore diretamente.

Estado Promotor, porque traça as políticas, os planos e as estratégias públicas para o desenvolvimento do setor, faz inversões na infra-estrutura, e concede incentivos e subvenções.

Estado Regulador, na sua função de fixar regras de instalação e operação de infra-estruturas e serviços, a fim de que sejam eliminados os desequilíbrios e as incertezas nefastas ao investimento e à atuação empresarial, assim como à ação das organizações sociais.

No último papel, o de regulador, o estado elabora e aplica políticas e polariza o processo de regulação do setor, diretamente ou por intermédio de órgãos estatais ou para-estatais por ele instituídos. Ele constitui e gere um conjunto de mecanismos de organização e controle, legitimados por meio de leis, decretos, portarias, regulamentos e outros atos e ações de natureza legal, administrativa e técnica. Tudo isso faz com que o processo regulatório seja definido como o permanente confronto de interesses, predominantemente políticos e econômicos, entre grupos da sociedade, intermediado pelo Estado. Embora regulação seja um assunto relacionado à economia e à política, no que se refere ao campo da informação é também uma questão de cultura,

de liberdade de expressão e de direito à informação. Por isso, a regulação deste campo é muito sensível ao regime político do país, à sua política econômica, ao grau de liberdade e mobilização da sociedade civil, e à capacidade de formulação de propostas e influência dos grupos sociais envolvidos.

De qualquer forma, o que se espera é que as políticas, estratégias e regulações do estado, das empresas e das organizações sociais visem a evolução da Sociedade da Informação por um caminho em que o resultado alcançado reflita as circunstâncias, prioridades e valores de cada estado-nação, dentro de um quadro de cooperação e compatibilidade internacionais.

## O Cenário

Tracemos agora o cenário em que estão operando as relações entre os grupos de interesse das sociedades mundial, nacional e local, em função do controle dos serviços e dos elementos estruturais da Sociedade da Informação.

Três tendências interrelacionadas parecem direcionar fortemente aqueles serviços e elementos estruturais e condicionar as negociações de interesses dos vários grupos econômicos, culturais e políticos:

I – formação de conglomerados de empresas, estimulada por desregulação e competição, num crescente mercado mundial, interligando numa mesma corporação desde empresas internacionais até pequenos negócios de caráter local;

II - globalização do mercado da produção intelectual, com grande número de produtos simbólicos marcados por uma cultura de consumo internacional; e

III - privatização, caracterizada pela predominância de interesses privados – em detrimento do interesse público - controlando as empresas e instituições na área das comunicações e da informação.

A primeira tendência, a de formação de conglomerados, tem levado a que as empresas que operam no setor de informação e comunicações sejam objeto de transações de compra e venda como quaisquer outras empresas

comerciais ou industriais. Independentemente de leis e normas governamentais, ou mesmo estimuladas por elas, um mercado mundial de corporações operando no setor foi estabelecido e a propriedade concomitante de variadas e numerosas empresas tornou-se uma situação comum e normal no mundo empresarial e financeiro. Em decorrência, emergiu um crescente grau de integração de propriedade entre aquelas indústrias, particularmente com relação a jornais, revistas, livros, provedores de internet, concessionários de telefonia e transmissão de dados, companhias fonográficas e cinematográficas, TV aberta, à cabo e via satélite. Esse fenômeno tem provocado muitos realinhamentos organizacionais, com grandes e multifacetados complexos de serviços informativo-culturais fundindo-se entre si.

Quanto à segunda tendência - a de globalização do mercado da produção intelectual - é fato que, dentro do quadro de mudanças estruturais porque vem passando o mundo, a globalização de padrões de produção e consumo de bens materiais e simbólicos vem se expandindo. Tal situação tem se acentuado principalmente em função das necessidades de produção em escala, para atender os ditames da economia de mercado. Daí porque certos produtos, com características passíveis de aceitação em mercados geograficamente expandidos - ou, *in extremis*, globais - passam a ser concebidos e produzidos de maneira a atender as expectativas desses mercados. Em muitos casos o produto continua o mesmo, embora gerado para mercados diferenciados. Não se muda a natureza do produto, apenas busca-se realçar aspectos, valores, formas que lhe são atribuídos, para os quais estão voltadas - por natural evolução ou intencional domesticação - as aspirações, desejos, sonhos do mercado.

Enquanto processo de desenvolvimento de complexas interconexões entre sociedades, culturas, instituições e indivíduos, a globalização estimula e favorece a remoção dos nossos relacionamentos e de nossas referências de vida, de contextos locais para contextos nacionais e internacionais.

No que se refere à privatização, pode-se afirmar, em primeiro lugar, que o desequilíbrio mundial da riqueza, associado à crescente imprescindibilidade da informação para os processos produtivos e a geração de empregos, tem fortalecido a posição das empresas. Nos dias de hoje, o acesso a avançados serviços de informação e a equipamentos de informática e telecomunicações de última geração tem vitais implicações

econômicas para o desenvolvimento dos países. Por essa razão a maioria deles tem estabelecido políticas para o favorecimento e estímulo à privatização desses serviços e equipamentos, como meio de atrair capitais para a expansão e melhoria da qualidade do setor.

A base ideológica dessas tendências está em que a informação, as comunicações, os mídia, a informática e a indústria eletro-eletrônica passaram a ocupar um lugar central no processo de acumulação de capital. O efeito imediato desta evolução foi a revisão das leis, decretos e regulamentos que normalizavam o setor. A isto se deu o nome de desregulamentação ou re-regulamentação. Sob a influência desta – e da privatização, que lhe dá consequência – com considerável assistência dos estados nacionais, a tecnologia aprofundou e estendeu a habilidade das empresas para tornar mercadorias os produtos da Telemática – que são, em essência, informação sob variadas formas. Na evolução do processo, as tecnologias de informação passaram a funcionar como valiosos instrumentos de superação de impedimentos históricos, particularmente de tempo e espaço, para a expansão do capital, sem que este, amparado pela desregulamentação e privatização, corresse o risco de perder o controle central do processo.

Fator altamente significativo nesse cenário é o desenvolvimento científico e tecnológico vertiginoso da informática, das telecomunicações e da eletrônica. Isso está provocando uma explosão mundial da circulação da informação via cabo, microondas e satélite, e de equipamentos multimídia, os quais têm aperfeiçoado as possibilidades de o consumidor escolher, acessar e usar incontáveis e multifacetados serviços de informação. Se a última década do século XX foi caracterizada pela internacionalização das comunicações em rede, aumentando o uso da telefonia e serviços a ela ligados, os primeiros anos do terceiro milênio deverão consolidar os serviços de informação e comunicações, associados à indústria da informática, como os principais motores do desenvolvimento econômico, social e cultural.

Associado àquele fator está o fenômeno da conglomeração nos setores de informática, eletro-eletrônica, serviços informativo-culturais e telecomunicações, impulsionado pela dinâmica e racionalidade da economia capitalista internacional. Esse fenômeno está levando as corporações a interconectarem tecnologias, capital, recursos humanos e materiais,

cujos limites de convergência não podem ser ainda previstos. Esta é uma das razões pelas quais a estrutura das indústrias e serviços de informação, eletrônica e comunicações - e seu status legal e institucional nas políticas públicas - tem estado em acelerado processo de mudança.

A convergência tecnológica vem eliminando os limites entre os meios, tornando-os solidários em termos operacionais, e erodindo as tradicionais relações que mantinham entre si e com seus usuários. Na verdade, com a tecnologia digital torna-se possível o uso de uma linguagem comum: um filme, uma chamada telefônica, uma carta, um artigo de revista, qualquer deles pode ser transformado em dígitos e distribuído por fios telefônicos, microondas, satélites ou ainda por via de um meio físico de gravação, como uma fita magnética ou um disco. Além disso, com a digitalização o conteúdo torna-se totalmente plástico, isto é, qualquer mensagem, som, ou imagem pode ser editada e alterada, parcial ou totalmente, tanto na forma quanto no conteúdo.

Ela também tende a cancelar a validade de fronteiras entre diferentes tipos de produtos intelectuais e serviços informativo-culturais, e a suprimir as linhas divisórias entre comunicação privada e de massa, entre meios baseados em som e em vídeo, entre texto e vídeo, entre as imagens baseadas em emulsão e as eletrônicas, e mesmo a fronteira entre livro e tela. Uma das maiores conseqüências disso é a observável tendência de integração de diversos aspectos das políticas públicas para informática, eletrônica e telecomunicações, com alguns aspectos das políticas relativas aos mídia e à cultura. A Internet, a imprensa, a indústria gráfica, o rádio, a televisão, a biblioteca, as telecomunicações e a informática estão ficando mais interconectadas e interdependentes, de tal forma que uma política de governo para uma delas pode ter significativas implicações para as outras.

Em síntese, os elementos estruturais da Sociedade da Informação enfrentam hoje, entre outros, dois fortes condicionantes de natureza tanto conceitual quanto contextual: em primeiro lugar, uma retirada progressiva do estado, em benefício do interesse privado e mercantil, facilitando a acumulação de capital e a mercantilização dos espaços informacionais e culturais; em segundo lugar, uma instrumentalização direta das ações públicas em favor dos grupos empresariais, em prejuízo do interesse público e da democratização dos serviços informativo-culturais.

É importante ressaltar que as formas de atuação do estado com relação aos elementos estruturais e aos serviços da Sociedade da Informação são cruciais, vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos, organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior dos Estados-Nações quanto fora de seus limites institucionais. Foram as políticas seguidas pelos estados-nações do mundo ocidental que levaram, contemporaneamente, o conhecimento e a informação a serem crescentemente apropriados como mercadorias para venda e lucro. É da mesma fonte, portanto, ainda que sustentada por uma nova sociedade civil, de dimensões nacional e multinacional, que deverão sair as estratégias e caminhos para a democratização da informação.

Por fim, afirme-se que o conceito de sociedade mundial não anula a existência de sociedades particulares, estados-nações, com cultura, tradições e etnia próprias. Pelo contrário, os indicadores de renascimento e fortalecimento do nacionalismo, sob comando étnico, religioso ou cultural, levam à afirmativa de que haverá tantas sociedades da informação quantas sejam as sociedades. Porque cada uma delas quererá e deverá usar os elementos estruturais e as oportunidades de serviços de informação para atender suas específicas necessidades prioritárias, e assim modelar seu futuro. Neste sentido, a construção de uma abrangente sociedade mundial da informação deverá implicar na expansão das oportunidades de cada sociedade particular para realçar sua distinção.

## Os Postulados

Pelo menos quatro postulados parecem destacar-se no cenário contemporâneo que acabamos de caracterizar. Eles são centrais, no sentido de que condicionam o desempenho das sociedades nacionais no embate transnacional contemporâneo, que edifica novos elementos culturais, deforma e acelera processos econômicos, políticos e sociais latentes, e pode fazer ruir pilares significativos das sociedades e de suas culturas e identidades nacionais.

O primeiro deles é a imprevisibilidade dos caminhos que a inteligência humana fará os elementos estruturais da Sociedade da Informação seguir. O vertiginoso desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicações tem sido um poderoso instrumento para a rotinização, reorganização e automatização do trabalho intelectual. O fenômeno tecnológico tem operado como liberador de energia cognitiva, que pode ser aplicada na área de conhecimento de cada ser humano, não importa seu nível de educação. O mesmo fenômeno também disponibiliza um fantástico arsenal de ferramentas de concepção e desenvolvimento de produtos e processos, o que torna impossível prever os conteúdos e as formas que tomarão, assim como a maneira como os elementos estruturais se organizarão e se relacionarão entre si e com os usuários.

O segundo é a incontrolabilidade dos conteúdos que circulam, sob várias formas, através dos serviços de informações e comunicações. É da própria natureza dos elementos estruturais da Sociedade da Informação, sobretudo pelo avanço extraordinário da convergência tecnológica entre informática, comunicações e eletrônica, a incontrolabilidade da produção e circulação de conhecimento. O desenvolvimento tecnológico equilibra a equação social inventando dispositivos de relativo controle de consumo, pelo menos enquanto se necessita de máquinas lógicas para acessar o conhecimento circulante. Mas o fato incontestável é que a incontrolabilidade da produção e circulação do conhecimento é parte constitutiva, estruturante mesmo, da cultura do homem. O que ocorre, agora, é que as tecnologias de informação e comunicações potencializam, realizam e radicalizam a aspiração libertária do ser humano.

O terceiro é a inevitabilidade de ação pública no setor, regulando a organização, a gestão e a produção, na intenção de garantir a liberdade, o atendimento do interesse público, a ordem democrática, os valores morais e éticos, a livre competição e a busca contínua da universalização da produção e consumo dos serviços de informação e comunicações. Isso leva qualquer política ou projeto de regulação dos setores de informação e comunicações a ser concebido como parte e não todo, no sentido de que somente poderá se realizar se for negociado e estiver integrado aos propósitos, ações e missões das instâncias de governo, organizações sociais, partidos políticos, agências reguladoras e empresas nacionais e multinacionais que, de alguma forma, interferem nos

serviços de informação e comunicações. A política que tenha sido ou seja traçada para um destes setores condicionará, inevitavelmente, se não todas, parte substancial das diretrizes e ações que se estabeleçam para os outros.

E, por fim, o quarto é a indutibilidade necessária, por parte dos governos, direta ou indiretamente (por intermédio de agências específicas, democraticamente constituídas), no sentido de encorajar e fomentar a produção de conteúdos que dinamizem, fortaleçam, preservem e globalizem a identidade e a cultura nacionais. Não se trata, evidentemente, de ação indutora imposta, mas sim resultante de diálogo aberto, pelo qual se possa identificar e priorizar o que e como atender as várias nuances de nacionalidade, inclusive como meio de sedimentação da nacionalidade como um todo. O mercado livre, globalizado, é uma força cujo direcionamento no interior de cada país se faz de acordo com as possibilidades maiores de lucro rápido e vultoso. A uniformidade e a banalização dos valores culturais, sua reinterpretação pela via mercantil e a simplificação de suas complexas, históricas e ricas articulações internas e externas são conseqüências esperadas – e já constatadas – da ação deste mercado falsamente livre, subordinado à economia global. A indução de programas e projetos de ação, e o envolvimento neles dos sistemas formais e não-formais de educação, organizações sociais e culturais de atuação local e regional, é fator crucial para tornar a cultura nacional capaz de dialogar com o global e dela se beneficiar.

## **A questão da Identidade Cultural**

A questão da identidade cultural, num cenário de domínio convergente dos elementos estruturais e dos serviços, na Sociedade da Informação, pede atenção especial aos agentes informativo-culturais da sociedade. Esses agentes estão agrupados em quatro grandes categorias:

1. instituições culturais, ligadas a educação, artes, cultura e ciências (escolas, universidades, galerias, bibliotecas, museus, conselhos de ciência e tecnologia, fundações culturais e de artes).

2. Indústrias culturais, relacionadas com a produção e distribuição de arte, cultura, informação, conhecimento, educação e ciência.
3. Grupos de interesse público, isto é, aqueles que lutam por políticas que favoreçam à preservação das culturas nacional, regional e local, direitos e proteção de minorias, defesa da língua pátria, inclusão social etc.
4. Profissionais que atuam no setor.

Por identidade nacional entenda-se o sentimento de pertencimento a uma particular e exclusiva coletividade, reconhecido por todos e pessoalmente significativo para cada um dos indivíduos que a compõem, com valores partilhados em termos de língua, geografia, cultura etc.

Os serviços de produção de informação podem contribuir significativamente para estabelecer uma consciência de identidade nacional, nas suas dimensões local, regional e nacional. Mas alguns destes serviços têm sido crescentemente globalizados, em termos de conteúdo e de controle económico. A televisão, por exemplo, como o meio de comunicação de massa de maior audiência, intermedia, particularmente por meio de filmes e desenhos animados, forte pressão de outras culturas sobre nossa identidade. Seu contraponto mais importante continua sendo, além dos outros serviços de produção de informação, o processo de socialização do indivíduo, por meio do uso da língua pátria, da escola, da família, da participação na vida social, cívica, política, económica e cultural, nas suas várias dimensões.

Três aspectos do modo de operação dos serviços de produção e gestão de informação devem ser estudados, com vistas à compreensão do contexto em que se situa a questão da preservação das identidades culturais:

Em primeiro lugar, as possibilidades dos diversos grupos da sociedade se comunicarem intra e entre si, e assim tornarem-se cômicos de suas identidades e de seus interesses comuns, facilitando desta maneira sua organização em função de suas necessidades, inclusive de representação cultural, social, política e económica.

Segundo, as possibilidades daqueles grupos terem oportunidade de acesso aos serviços de produção e de gestão de informação, podendo, assim, expressar-se para a sociedade como um todo, usando seus próprios valores. Isto implica, necessariamente, numa significativa alteração nas bases

conceituais da atual regulamentação dos mídia e das demais tecnologias de informação, de modo a tornar sua propriedade ou concessão acessível a grupos sociais não dominantes.

E, por último, a qualidade da representação simbólica daqueles grupos nos serviços de produção e gestão de informação. Saber como são apresentados, em termos de caracterização social, cultural e étnica é fator essencial para compreender suas possibilidades de influenciar o desenvolvimento da sociedade. Essa representação simbólica também pode sofrer o impacto de alterações que sejam feitas na regulamentação dos mídia e demais serviços de informação, sobretudo se aqueles grupos ficarem relativamente equalizados na exposição à circulação de informações e puderem atuar, também em bases relativamente igualitárias, na produção e na gestão de conhecimento.

Do ponto de vista da identidade local ou regional, a preservação e fortalecimento dos vários grupos sociais, através dos serviços de produção e gestão de informação, dependem de que esses serviços venham a dedicar, em primeiro lugar, atenção às informações, controvérsias, opiniões, aspirações e ações afirmativas locais e regionais; e, em segundo, apoio aos interesses locais, em conflito com interesses externos, particularmente em assuntos como meio ambiente, investimentos, criação de empregos, negócios etc. Políticas e ações afirmativas certamente atendem às expectativas sociais, no que se refere à existência de uma sociedade mais informada, com uma democracia mais participativa e cidadãos mais socialmente responsáveis.

## Conclusão

O conteúdo dos serviços de informação - aí compreendidas a produção e a gestão - pode ser tratado de maneira tecnologicamente igual. Não importa sua natureza, as tecnologias necessárias para transformá-lo, editá-lo, transportá-lo ou armazená-lo, indexá-lo, classificá-lo ou recuperá-lo são da mesma natureza. São também intercambiáveis e conversíveis umas nas outras, embora persistam métodos e qualificações diferenciadas para os processos de concepção, produção e gestão dos vários tipos de serviços e produtos.

A expansão e a sofisticação da indústria e dos serviços têm levado ao aparecimento de formas organizacionais distintas, com aparente tendência ao

desenvolvimento de grandes bancos de dados e serviços multimídia multinacionais, tanto para o atendimento das necessidades de grandes públicos quanto para a prestação de serviços personalizados de informação, voltados para usuários de interesses específicos. Essas formas organizacionais novas exigem investimento intensivo de capital e impõem a existência de profissionais aptos para a pesquisa, o desenvolvimento e a gestão da indústria e dos serviços.

Na verdade, os fenômenos contemporâneos da globalização, privatização, liberalização estão assentados num desenvolvimento científico e tecnológico vertiginoso e convergente, intimamente vinculado ao capital internacional, inclusive no que se refere a investimentos na concepção, produção e venda de produtos e serviços. E também as práticas profissionais estão atreladas a essas condições. A convergência de capitais e tecnologias necessita de operadores, criadores, produtores, gestores que não apenas dominem as tecnologias mas sobretudo compreendam seu caráter convergente, e favoreçam seu uso pelo consumidor de modo também convergente. A convergência passou a ser, pois, além de um componente econômico e tecnológico no processo de produção, também um atributo e um condicionador dos serviços e das práticas profissionais no campo da informação e das comunicações.

Estes fenômenos são fortes condicionantes do desenvolvimento econômico, político e social, assim como da preservação da identidade cultural de cada estado-nação. Em primeiro lugar, porque as atividades das sociedades repousam cada vez mais em estruturas de informação; consolidar estas estruturas é, hoje, parte do planejamento estratégico de todas as nações, em função de sua sobrevivência e do seu desenvolvimento. E segundo, porque a possibilidade de sucesso na manutenção da identidade cultural de cada país reside, em grande medida, em conseguir-se bom potencial de produção e consumo de conteúdos que correspondam aos valores, experiências e perspectivas de seus cidadãos, na sua língua pátria.

## Notas

<sup>1</sup> Adota-se aqui o conceito de Keane (1991:142) para quem o estado-nação, centralizado e soberano, é uma comunidade nacional de sentimentos, garantida por uma força militar e interesses econômicos próprios, independente de qualquer autoridade externa e capaz de governar o território e a população sob seu domínio.

## REFERÊNCIAS

- BOLAND, JR., Richard J. **The Everyday Experience of Virtuality**. Texto apresentado no Social Study of Information Technology Workshop, Londres: London School of Economics, 19-20 de Março, 2001. Disponível em [http://www.is.lse.ac.uk/Events/SSIT/boland\\_abs.htm](http://www.is.lse.ac.uk/Events/SSIT/boland_abs.htm). Acessado em 14.02.2003.
- CURRAN, J. Mass Media and Democracy: a Reappraisal. In: \_\_\_\_\_; GUREVITCH, M. **Mass Media and Society**. Londres: Edward Arnold, 1991, p.82-117.
- DAHLBOM, Bo. **Towards a Theory of Network Society – from Sociology to New Informatics**. Texto apresentado no Social Study of Information Technology Workshop. Londres: London School of Economics, 19-20 de março, 2001. Disponível em <http://www.is.lse.ac.uk/Events/SSIT/dahlbom.htm> Acessado em 14.02.2003.
- DUNN, Donald A. Developing Information Policy. In LAMBERTON, Donald M. **The Economics of Communication and Information**. Cheltenham, U.K.: Edward Elgar, 1996, p. 21-38.
- FERGUSON, Marjorie. Foreword. In \_\_\_\_\_ (ed). **Public Communication - The New Imperatives**. Londres: Sage, 1990, p.ix-xiii.
- KEANE, John. **The Media and Democracy**. London: Polity Press, 1991.
- SMITH, Anthony. **The Age of Behemoths - The Globalization of Mass Media Firms**. New York: Priority Press Publications, 1991.
- VITRO, Robert. Towards a Knowledge-based Development Strategy. **Update**, n.29, 1987, New York: United Nations Centre For Science and Technology for Development.
- VITRO, Robert. La Indústria de la Información. Negócio de la Democracia. **Manejo de la Información**, Buenos Aires, vol. 5, n.45, 1994.





# MEDIAÇÃO DO TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO: flexibilidade e reestruturação produtiva no Brasil

*William Dias Braga\**

wdb@domain.com.br

## Introdução

A pesquisa tem por objetivo analisar uma parcela da produção dos discursos sobre o trabalho veiculados pela mídia eletrônica e pelas ações da Social Democracia Sindical – SDS, central sindical ligada ao PSDB, estudando a construção das estratégias discursivas da mídia eletrônica (TV) sob as novas demandas do capital para a flexibilidade do trabalho (e das leis do trabalho) e a reestruturação produtiva no Brasil a partir de dois casos: a CAT – Central de Apoio ao Trabalhador, que busca atender à população de baixa renda oferecendo mão-de-obra desqualificada e barata para o mercado, e o projeto “Um Rio de Oportunidades: Novos Empregados, Novos Empresários”. O estudo apresenta ainda os novos tipos de vínculos estabelecidos entre o mundo do trabalho e o da reprodução da força de trabalho, salientando a decomposição do aparelho hegemônico de Estado e a emergência de novas formas de gestão e de organização do trabalho.

Poucas forças sociais exerceram tanta influência sobre a evolução das atividades laborais no século XX quanto a mídia. Sem dúvida, mais do que qualquer outra, foi ela que determinou o aprofundamento da divisão social do

---

\* Doutor em Comunicação e Cultura. Jornalista e Professor-Adjunto da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ.

trabalho e o crescimento astronômico do distanciamento entre tarefa e recompensa, com grandes abismos não só entre a remuneração do trabalho e a do capital, mas também entre as de diferentes trabalhos. Neste último caso, mediante ponderações absolutamente estranhas ao resultado efetivo da produção de bens materiais e imateriais. A ponto mesmo de criar novas categorias de “trabalho”, cuja ponderação pelo resultado efetivo na produção desses bens talvez se avizinhasse de zero (lembramos a definição que a economia nos dá para “bem”: tudo aquilo que satisfaz uma necessidade humana, material ou imaterial).

Tomemos, portanto, como ponto de partida de reflexão, o fato de que a mídia provocou e provoca uma nova dinâmica no conceito “trabalho”. Desde a mais tenra idade, o espectador é bombardeado com mensagens que determinam em boa parte o processo de recorte de mundo com que elabora suas primeiras categorias de linguagem, e que mais tarde condicionam o uso discursivo do conceito “trabalho”. Não é por outra razão que, na maioria das vezes, a palavra é enunciada entre nós sem um sorriso no rosto, traduzindo antes um sentimento de fardo do que de algo que “dignifique o homem”. Algo com que preocupar-se, penoso. Aliás, quando a palavra “trabalho” é enunciada em tom de alegria, é muito provável que o contexto – seja numa roda de conversa, seja num produto da indústria cultural – gire em torno do pícaro, do herói-macunaíma, assustado com a perspectiva de trabalhar ou vangloriando-se de não precisar fazê-lo.

A mídia – notadamente a TV, o jornal impresso e a internet – tem contribuído para promover o espaço de disputas e negociação de sentidos hegemônicos sobre o papel dos setores público e privado na definição de políticas para o mundo (cada vez mais precário) do trabalho, espaço permeado pela veiculação dos discursos oficiais, dos discursos concorrentes e sinérgicos sobre educação e sociedade industrial, dos discursos apropriados pela mídia sobre as relações entre técnica, educação e produtividade e ainda sobre a mundialização do capital e a necessidade de eficiência técnica, qualidade de produtos e serviços e cumprimento de metas e prazos. Estes contextos e instrumentos simbólicos fundam a análise dos processos culturais marcados pelos discursos tecnocientíficos no campo do trabalho, processos intimamente vinculados com o poder econômico, as lutas sociais, as relações sociais e as formações de classe.

A mídia tem operado os discursos para instaurar o consentimento operário às novas estratégias do capital, oferecendo as condições políticas e ideológicas para o desenvolvimento da parceria entre capital e trabalho na produção. Empresas de comunicação amplificam os discursos sobre a necessidade de eficiência técnica e de qualificação para o trabalho, produtos e serviços de qualidade e cumprimento de metas e prazos. Esses discursos representam o mundo precário do trabalho e apresentam a “real” necessidade de uma nova forma de organização do (e para o) trabalho.

Com a instauração de novas categorias do capital simbólico (ecologia e meio ambiente, economia auto-sustentável, qualidade de vida, “capital saber”) surge a demanda por uma nova força de trabalho, mais qualificada e voltada para o racionalismo da técnica. Testemunhamos a emergência e constituição de um operário de sentidos atravessado pela ideologia cientificista e pelo fetichismo tecnológico, mediado pelos discursos televisivos e afetado pelo espaço-tempo do trabalho, instância privilegiada em que se originam as múltiplas *formas de mediação* e de consumo de bens simbólicos.

Nos últimos quinze anos assistimos à definitiva instalação das práticas transnacionais. Temas como internacionalização da economia e globalização (e sucedâneos como qualidade, qualidade total, eficiência, eficácia, efetividade, normatização e seus predecessores japoneses, como *jit*, *kanban* etc), foram emoldurados por uma “nova lógica” de consumo: a das redes planetárias de informação e de comunicação.

O conhecimento científico revela-se misturado aos interesses privados e se torna cada vez menos sinônimo de bem geral e de razão universal. A ciência globaliza-se à medida em que globalizam-se os produtos e processos tecnológicos de empresas transnacionais que disseminam padrões similares de consumo, de organização e de trabalho. O indivíduo é levado a crer que “decide”, que “escolhe”, e não percebe que a ação básica do Estado está “encolhendo”, dando lastro à ação multinacional dos negócios e das finanças.

Em nossa sociedade reina uma divisão do trabalho – sempre reforçada pelos discursos tecnocientíficos que a mídia insiste em promover – que opõe fortemente a técnica e a ciência, o engenheiro e o “sábio”.

No capitalismo sempre se registrou a pressão institucional para intensificar a **produtividade do trabalho** por meio da introdução de novas técnicas. As inovações dependiam, porém, de inventos esporádicos que, por seu lado, podiam sem dúvida ser induzidos economicamente, mas tinham ainda um caráter natural. “Isso modificou-se, na medida em que a evolução técnica é realimentada com o progresso das ciências modernas. Com a investigação industrial de grande estilo, a ciência, a técnica e a revalorização do capital confluem num único sistema” (Habermas, 1994:72).

Tanto os defensores como os críticos da técnica partem efetivamente das suas noções fundamentais, decerto nem sempre concebidas de um modo claro: exatidão, racionalidade e progresso. Diferentes são apenas as inferências que tiram da eficácia de tais noções. Enquanto a acentuação excessiva da exatidão, da racionalidade e do progresso, segundo a visão dos amigos da técnica, suscitará, acima de tudo, a libertação do homem dos constrangimentos de todo o tipo e, por fim, um reino da liberdade – assim se pode resumir a sua concepção –, os críticos, pelo contrário, divisam aí o aparecimento de novas restrições e, por fim, de um mundo dominado por despotismos e, sobretudo, esvaziado de sentido. No entanto, esta cisão na valoração da técnica assinala apenas que ambos os lados viram algo de verdadeiro (cf. Hübner, 1993:241).

Se o novo espaço das empresas é o mundo, já não se aceitam normas antiquadas, processos arcaicos de planejamento e gestão, produtos sem qualidade, produção em ritmo descompassado, entregas fora do prazo. O arcaico e o obsoleto dão lugar aos processos e produtos *up to date*. Instigadas pela mídia – notadamente pela publicidade, pelas novelas e pelo telejornalismo –, novas demandas para o consumo e para a aquisição de saberes específicos e de papéis direta ou indiretamente enraizados na divisão do trabalho são geradas. E também velhos papéis são mantidos, alternando rupturas com a manutenção de velhos valores. Novos modelos de identidades profissionais e sociais vão se constituindo, e hoje as políticas públicas de Educação para o Trabalho ganham notoriedade, no mais das vezes, quando primeiro tornam-se públicas – através da mídia –, e só depois transformam-se efetivamente em políticas – quando reincorporadas ao discurso do Estado e às práticas empresariais.

Com o advento de um modo de produção flexível, emerge uma nova racionalização, imanente às novas tecnologias, cujas exigências são o conhecimento, a qualidade e a diferenciação dos produtos na concorrência do mercado, ao mesmo tempo que se impõe a formação de trabalhadores com uma melhor Educação básica, conhecimentos mais abrangentes do processo produtivo e domínio da organização.

## Mediações do (e pelo) Poder

Marx escreveu que o trabalho – como atividade produtiva – caracteriza a determinação ontológica da humanidade. Foi através da categoria da *alienação* que Marx, nos Manuscritos de Paris, avançou na discussão antropológica da relação homem-natureza, relação mediada pelo trabalho. A mediação – na teoria social marxista – tanto se manifesta como uma categoria que compõe o ser social (ontológica, portanto), quanto se constitui num construto que a razão elabora logicamente para possibilitar a apreensão do movimento do objeto. A mediação é entendida aqui, como uma categoria bidimensional: estrutura o ser independentemente da razão, portanto, é ontológica; e como construto da razão, se apropria do movimento do próprio ser social.

Meszáros demonstra que a atividade produtiva ocupava o lugar de mediação fundante:

A atividade produtiva é o mediador na relação sujeito-objeto, entre o homem e a natureza. Um mediador que permite ao homem criar um modo humano de existência, assegurando que ele não recuará para o estado natural, não se dissolverá no “objeto”. “O homem vive da natureza”, escreve Marx, o que significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele deve permanecer em contínuo intercâmbio para não morrer. O fato de a vida física e espiritual do homem estar ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, pois o homem é parte da natureza [...]. A atividade produtiva é, portanto, fonte da consciência, e a ‘consciência alienada’ é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho (Meszáros, 1981:76).

A passagem que já se tornou clássica: “o primeiro ato histórico do homem foi a produção dos meios que permitam a satisfação de necessidades [...] e a criação de novas necessidades” (Marx, 1988:39) expõe a

articulação ontológica da categoria de mediação com o processo histórico humano, porque evidencia o papel central da *mediação trabalho* em face da práxis histórica do homem.

Avançando na questão proposta por Marx, consideramos o espaço-tempo do trabalho como mediação fundadora do ser social, que se desdobra em mediação da reprodução e mediação da representação. A “mediação da reprodução” decorre da complexidade do processo produtivo do homem, suas relações de trabalho, bem como a esfera da reprodução propriamente dita ou a dimensão da sobrevivência. A “mediação da re-presentação” é entendida como articulada à reprodução e traduzida tanto pela consciência de si frente ao outro como pela mobilização das energias postas em movimento nas lutas e demandas individuais e coletivas, além da manifestação da cultura, da ideologia, do eu, da vida diária das relações de classe de maneira heterogênea e confusa.

Na perspectiva voltada para o conhecimento dos fenômenos da sociedade, a apreensão das leis sociais, que subjazem a tais fenômenos, não prescinde da compreensão de que estas se manifestam de forma diferenciada em todo o ser social. Nessa tarefa de determinar os processos sociais, compreender sua dinâmica específica e vincular essa dinâmica específica a outras dinâmicas específicas em outros processos sociais – traduzida aqui neste artigo pelas *formas de mediação* – torna-se evidente que a categoria de *particularidade* assume papel central na dialética do conhecimento porque ela se constitui num *campo de mediações*.

Para Araújo (2000), *mediação* designa “os fatores que permitem e promovem os fluxos simbólicos entre os agentes sociais, favorecendo e caracterizando a co-determinação e o equilíbrio de forças”.

As mediações são produzidas por um processo multidimensional e multidirecional, entre outras razões, pelo fato de que as pessoas ocupam diferentes posições sociais e lugares de fala, sendo portanto agentes de múltiplas mediações. O processo de semiose social é produto da articulação de inúmeras instâncias e fatores de mediação, cuja combinação em cada situação discursiva é particular e única.

### A construção da tipologia de mediações

permite compreender melhor como esse mercado se movimenta, por evidenciar a rede de produção dos sentidos em que os fluxos circulam ou são obstados. Permite,

portanto, avançar no conhecimento de como a sociedade organiza suas forças no contexto da geração/implantação/apropriação de políticas públicas.

Os processos de intervenção social mediados pelos “operários de sentidos” junto a mídia e ao movimento sindical são a resultante de disputas pelos sentidos hegemônicos de: modelos para o mercado de trabalho (consentimento operário às novas estratégias do capital); mecanismos simbólicos de mobilidade social; mecanismos simbólicos de inserção social; mecanismos simbólicos de controle da ascensão social; mecanismos simbólicos de controle da acumulação material; processos de capacitação; produção e circulação de discursos sobre trabalho; modelos de educação para o trabalho; discursos midiáticos sobre educação e trabalho; discursos midiáticos sobre a sociedade tecnicista; discursos midiáticos sobre o papel dos trabalhadores no mundo contemporâneo; discursos midiáticos sobre técnica, educação e produtividade; todos permeados por interesses políticos e econômicos a serviço do capital, no mais das vezes afeitos ao plano de construção do imaginário sobre a reestruturação produtiva em curso.

Dentre as mediações de *primeira ordem*, propostas por Mészáros (1995) e revisitadas por Antunes (2000), cuja finalidade é a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal, estão (1) a regulação do processo de trabalho, pela qual o necessário intercâmbio comunitário com a natureza possa produzir os bens requeridos, os instrumentos de trabalho, os empreendimentos produtivos e o conhecimento para a satisfação das necessidades humanas; (2) a organização, coordenação e controle da multiplicidade de atividades, materiais e culturais, visando o atendimento de um sistema de reprodução social cada vez mais complexo; (3) a alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra as formas de escassez, por meio da utilização econômica (no sentido de economizar) viável dos meios de produção, em sintonia com os níveis de produtividade e os limites sócio-econômicos existentes; (4) a constituição e organização de regulamentos societais designados para a totalidade dos seres sociais, em conjunção com as demais determinações e funções de mediação primárias.

O advento da *segunda ordem de mediações* corresponde a um período específico da história humana, que acabou por afetar profundamente a funcionalidade das mediações de *primeira ordem* ao introduzir elementos

fetichizadores e alienantes de controle social metabólico, com o apoio sistêmico dos discursos sobre capital e trabalho na mídia. O capital nada mais é do que uma dinâmica, um modo e um meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco de estruturas institucionais e de práticas sociais consolidadas. Para Antunes

É um sistema de mediações claramente identificável, o qual em suas formas convenientemente desenvolvidas subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais - das relações de gênero familiares à produção material, incluindo até mesmo a criação das obras de arte - ao imperativo absoluto da expansão do capital, ou seja, da sua própria expansão e reprodução como um sistema de metabolismo social de mediação. (Antunes, 2000:20-21).

Mészáros (1995), afirma que as condições necessárias para a vigência das mediações de segunda ordem, que decorrem do advento do sistema de capital, são encontradas por meio dos seguintes elementos: (1) a *separação* e *alienação* entre o trabalhador e os meios de produção; (2) a *imposição* dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder separado que exerce o *mando sobre eles*; (3) a *personificação* do *capital* como um valor egoísta - com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas -, voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital; (4) a equivalente *personificação do trabalho*, isto é, a personificação dos operários como *trabalho*, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante.

Assim, ao passo que cada uma das formas de *mediação de primeira ordem* é alterada e subordinada aos imperativos de reprodução do capital, o *sistema de mediação de segunda ordem* tem um núcleo constitutivo formado pelo tripé *capital, trabalho e Estado*, tornando-se o mais poderoso e abrangente sistema de metabolismo social. As funções produtivas e de controle do processo de trabalho social continuam sendo radicalmente separadas entre aqueles que *produzem* e aqueles que *controlam*, a exemplo da distinção entre o intelectual e o operário, entre cabeça e mão, entre criação e execução, exemplos tão oportunamente difundidos pela mídia para fazer ferver o *melting pot* da consciência de classe, das situação e posição de classe, das formações de classe.

Neste ponto, é importante deixar claro que **mediação se opõe ao imediatismo e faz parte de sistemas mais amplos e de processos de compreensão intersubjetiva**; mediação é tomada aqui como processo de elaboração do pensamento, pelo qual o pensamento generaliza os dados apreendidos pelos sentidos, aproximando-se das noções de apropriação e consumo, e também como processo criativo mediante o qual se passa de um termo inicial a um termo final, pressupondo a idéia de processo, elaboração, decorrência (de tempo). Mediação designa, para nós, **a resultante da permanente negociação de sentidos no espaço-tempo do trabalho para a construção de identidades**; por outras palavras, o processo resultante das forças sociais de sentidos operadas pela sociedade e que convergem no (e emergem do) campo do Trabalho.

A mediação do trabalho é, portanto, ontológica, fundadora do ser social, dos processos e dinâmicas sociais, bem como é fundada por eles. Neste artigo apresentamos a mediação do trabalho, e para tanto caracterizamos os discursos que fundam a mediação sobre o trabalho – na mídia e nas ações da Social Democracia Sindical – o que denominamos “mediações do (e pelo) poder”.

## **Mídia e reestruturação produtiva**

O processo de reestruturação produtiva no Brasil caracteriza-se mais pela adoção de inovações organizacionais (“toyotismo restrito de escritório” ou “*desktop-toyotism*”) do que tecnológicas, sobretudo no setor que dirige seus produtos aos mercados internacionais. Os impactos daí resultantes no processo de trabalho (menos monótono, de difícil organização, de maior intensidade e ritmo, sustentado por novos conteúdos técnicos) e nas relações de trabalho (mais competitivas, de menor coesão intraclasse e de forte cooperação com a empresa) encontram-se fortemente ancoradas nas novas formas de organização da produção e de gestão do trabalho difundidas pela mídia e pelo “sindicalismo de parceria”. As estratégias de comunicação para a reestruturação produtiva no Brasil estão sustentadas pela caracterização do trabalho como processo de “precariedade”

e “flexibilidade”, com jornadas prolongadas e de fortíssima intensidade, e marcadas pelos conceitos cada vez mais difundidos de “cooperativas”, “autonomia”, “qualificação”, “empregabilidade” e “espírito empreendedor”, para que os trabalhadores possam responder às demandas de um sistema cada vez mais restrito e competitivo.

A introdução das novas tecnologias quase nunca implicaram a alteração na organização gerencial do trabalho para instaurar, no plano da produção, o consentimento operário às novas estratégias de acumulação capitalista. O impulso em direção à modernização tecnológica e organizacional irradiou-se para outros segmentos produtivos a partir das empresas mais diretamente vinculadas ao mercado externo. No caso brasileiro, esse quadro se aplica no plano da organização do trabalho e nos discursos midiáticos sobre o trabalho. Programas jornalísticos televisivos, colunas e editoriais de jornais impressos especializados em economia e política, sítios de jornalismo online e portais de comunicação amplificam os discursos sobre a necessidade de qualificação técnica para o trabalho, apresentam e representam o mundo precário do trabalho, demonstram a necessidade de uma nova forma de organização do (e para o) trabalho.

A crise do capitalismo brasileiro, ao longo dos anos 80 e 90, prejudicou a constituição de um horizonte de valorização para os investimentos na produção, impedindo que o novo complexo de reestruturação produtiva assumisse uma intensidade e amplitude que significasse um salto qualitativo na ofensiva do capital na produção (o desenvolvimento do que denomina-se “toyotismo sistêmico”). A instabilidade de políticas econômicas tem impedido os investimentos, inovações e difusão das tecnologias, mas a ampla produção, circulação e consumo dos discursos sobre técnicas organizacionais parece ter vindo para ficar.

A crise do capitalismo brasileiro deu impulso a um novo surto de reestruturação produtiva no país (que assumiu a característica fundamental de um toyotismo restrito) mas, todavia, apresentou obstáculos ao seu próprio desenvolvimento, ampliado na direção de um toyotismo sistêmico. É a partir dos anos 90, sob a era neoliberal, que se instaurou, de modo persistente, um novo modo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, vinculado à mundialização do capital, permitiu o surto de reestruturação

produtiva, desdobrado nos anos 80, assumindo nova característica – o toyotismo sistêmico, com avanço significativo na automação microeletrônica.

É a partir da década de 90 que se anuncia, com maior intensidade, a importância da parceria capital e trabalho, da “concentração social”, incorporada até mesmo por partidos da esquerda social-democrata. A crise das estratégias de classe no Brasil sob a era neoliberal é impulsionada pelo novo cenário de ofensiva política e ideológica do capital, principalmente nesse momento em que nos encontramos às portas de eleições presidenciais, em que estão sendo discutidas, de forma incansável, as possíveis saídas para a crise estrutural do capitalismo.

Antunes (2001, ed. eletr.) assinala que paralelamente ao desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista “deu-se um agudo processo político e ideológico de social-democratização da esquerda, e a sua conseqüente atuação subordinada à ordem do capital”. Para o autor, esta acomodação social-democrática atingiu fortemente o sindicalismo de esquerda, “que passou a recorrer, cada vez mais freqüentemente, à institucionalidade e a burocratização que também caracterizam a social-democracia sindical”. Com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins dos anos 70, e a conseqüente crise do *Welfare State*, deu-se um processo de regressão da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O projeto neoliberal passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nas periferias, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo classista, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados e animosidade direta contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital. (cf. Antunes, 2001, ed. eletr.)

A partir dos anos 90, o novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil apresentou novas possibilidades objetivas para a constituição de uma hegemonia do capital na produção. O padrão de *acumulação flexível* articula um conjunto de elementos de *continuidade* e de *descontinuidade* que

acabam por conformar algo *relativamente* distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo freqüentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O “trabalho polivalente”, “multinacional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade o disciplinamento da força de trabalho, para implantar formas de capital e de trabalho intensivo.

Se no apogeu do taylorismo /fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” merecem destaque, e são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de *menor* contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade com menores custos. Combinam-se processos de *downsizing* das empresas, um enorme enxugamento e aumento das formas de superexploração da força de trabalho. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva estão presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo, *ainda dominante*, também vem se mesclando com novos processos produtivos, com as formas de acumulação flexível e vários elementos oriundos do chamado toyotismo, do modelo japonês, que configuram as tendências do capitalismo contemporâneo.

As transformações neoliberais tendem a debilitar a luta de classes na produção, tendo em vista que, ao constituírem um novo (e precário) mundo do trabalho, atingem o sindicalismo de classe. O cenário político torna-se propício à investida do capital na captura da subjetividade operária.

Os departamentos de Recursos Humanos das grandes empresas deram início a programas de qualificação e requalificação profissional, desenvolvimento gerencial, treinamento *on job*, capacitação técnica, administrativa e gerencial, ênfase na comunicação e solução de conflitos, negociação sindical e técnicas voltadas para a “reengenharia ocupacional”. As estratégias de racionalização de custos implicaram não só na preparação do *animus* operário, através de programas de RH, mas na efetiva redução da jornada de trabalho, salários ou simplesmente demissões.

O que se observa ao longo dos anos 80 e 90 é a maior proliferação do conjunto de métodos (e técnicas) organizacionais inspirados no toyotismo, adaptadas às condições do capitalismo brasileiro – flexibilização, terceirização, subcontratação, *just in time*, *kanban*, *kaizen* (melhorias contínuas), *team work*, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), Controle Estatístico de Processo (CEP), Controle de Qualidade Total (CQT), entre outros, constituindo o ambiente para que os trabalhadores sejam permanentemente instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a incrementar a performance e a produtividade das empresas, convertendo-se nos instrumentos do capital para apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que as práticas fordistas desprezavam. Surgidos no cenário industrial nos anos 80, elas vieram a proliferar, mais ainda, sob a era neoliberal.

Esse novo choque de competitividade tende a se incorporar ao horizonte do capital, com maior amplitude (e intensidade), com as exigências de qualidade e produtividade, impulsionando a indústria brasileira para a concorrência no mercado internacional, principalmente no plano regional, com a necessidade crescente de criar novos métodos de produção, novas tecnologias e novos tipos de controle do trabalho, capazes de instaurar uma nova hegemonia do capital na produção.

Em primeiro lugar, mais do que nunca, como exigência do complexo de reestruturação produtiva, é preciso buscar o consentimento operário, um dos principais requisitos para a obtenção de qualidade e produtividade na era da mundialização do capital. É preciso investir na captura da subjetividade operária, integrando-a aos valores da sociedade, em geral, e da empresa, em particular;

demonstrando a centralidade da luta ideológica no campo da produção, com o capital procurando deteriorar os impulsos classistas intrínsecos à situação objetiva do trabalho assalariado. Nesse sentido, o papel da mídia e da central sindical, objetos desta pesquisa, têm papel fundamental e preponderante.

## **Sindicalismo de parceria e consentimento operário**

Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (*partnership*), ou mesmo em um “sindicalismo de empresa”.

No campo do sindicalismo de parceria encontramos a Associação Nacional dos Sindicatos Social Democratas – que responde pelo nome de Social Democracia Sindical - SDS –, criada em São Paulo em julho de 1997, hoje a segunda maior central sindical do país, que reúne mais de duas mil entidades, entre sindicatos, cooperativas de trabalho, confederações, federações e outras associações espalhadas por todo o Brasil, representando cerca de 14 milhões de trabalhadores. A SDS é uma central sindical filiada ao PSDB, partido do governo de FHC, que ao longo de oito anos no poder fundou os pilares de sustentação dessas mutações no processo produtivo e uma de suas últimas cartadas, ao final do mandato, foi a luta incansável pela desregulamentação dos direitos do trabalho, bem herdada pelo governo Lula e assumida sob a ótica do Fórum Nacional do Trabalho, com novos matizes.

O objetivo da SDS é “a conscientização, mobilização, integração, coordenação, defesa e representação dos direitos políticos, econômicos, sociais e humanos dos trabalhadores ativos e inativos que partilham os valores e fundamentos da Social Democracia, integrantes de categorias profissionais organizadas em sindicatos, organizações não governamentais e outras entidades para defesa dos interesses da população”.

A SDS propõe-se, ao menos em tese, a combater as desigualdades sociais e a implementar formas de regulação social e política que reordenem as relações entre o Estado, o Capital e o Trabalho no cenário interno da globalização. Em sua Carta de Princípios, A SDS firma-se como porta-voz da “crescente angústia social”, que “nasce forte e combativa, **flexível na suas ações e negociações**, mas intransigente nos princípios que fundamentaram sua criação”.

A SDS propugna o “resgate do ser humano”, que hoje encontra-se, de acordo com a Carta de Princípios da central sindical, “premido pela necessidade de inovação tecnológica sistemática e por uma violência competitiva (econômica e humana) sem precedente, que diluem a consciência coletiva, exaurem as formas de organização social tradicionais, ampliam a fragmentação e a exclusão social e, sobretudo, fazem naufragar os valores e princípios que fundamentavam o pacto social e as formas de organização político administrativas”.

A constituição da Frente Social Democrata de Sindicatos, cuja meta inicial era elaborar estratégias destinadas a reduzir a pobreza e enfrentar as tendências concentradoras e excludentes do processo econômico globalizado, originou-se a partir de dissidência político-partidária e dos modos de organização sindical, traduzidas, em outros termos, por “questionamentos e interrogações quanto a temporalidade e objetivos reais do novo padrão de acumulação do capital e seus reais compromissos no atendimento das necessidades primordiais da coletividade humana”, tendo como um de seus princípios básicos “a prevalência do interesse coletivo sobre o individual e **em conformidade com fundamentos da economia social de mercado**”.

A Social Democracia Sindical baseia sua atuação no sindicalismo-cidadão, que não defende apenas as melhorias salariais dos trabalhadores, mas também a melhoria de vida dos trabalhadores como cidadãos, que devem ter acesso à Saúde, Moradia e Educação de qualidade. Cidadania, conceito-chave enunciado pelo império retórico para persuadir qualquer audiência, nos discursos da SDS toma a forma de Sindicalismo Cidadão. O “sindicalismo cidadão” tem como objetivo, no âmbito da Social Democracia, “o resgate da cidadania do nosso país” (sic). Ser cidadão, exercer o direito de ser cidadão,

nas pistas enunciativas de Enilson Simões de Moura, o Alemão, presidente da SDS, é, dentre outros, **“ter trabalho e renda”**, “ter mecanismos para que nossos filhos possam freqüentar uma escola e efetivamente aprender. (...) Lamentavelmente, a dívida social que se acumulou nesse país se transformou numa tragédia difícil de ser resgatada. Nós temos uma certeza: ela só será resgatada com a nossa participação ativa, com a nossa força, com a nossa organização.”

Organização e força são atributos que parecem não faltar a central sindical. No segundo semestre de 2001 o governo montou uma operação de guerra para aprovar o projeto que torna acordos entre empregados e patrões mais fortes que os termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Contou, para isso, com as ajudas da Força Sindical e da Social Democracia Sindical. Ao tempo em que caravanas de sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) manifestavam-se no desembarque do aeroporto de Brasília e na frente do Congresso Nacional, os dirigentes da Força Sindical e da Social Democracia Sindical (SDS) bati- am de porta em porta nos gabinetes de deputados do PPS e do PMDB. Por causa da posição do PMDB, que se colocou contra o projeto, o gover- no de FHC não tinha mais segurança de que pudesse aprová-lo.

Em de 4 de dezembro de 2001, com 264 votos favoráveis, 213 con- trários e duas abstenções, os parlamentares da base governista aprovaram a proposta que autoriza a alteração da CLT e legitima a vigência da política neoliberal nas relações de trabalho. O projeto, que tramitava no Senado Federal sob o n.º. PLC 134/01 até dezembro de 2002, vem sendo analisa- do pela comissão de notáveis do Fórum Nacional do Trabalho, com os mesmos objetivos d’antes, mas com matizes diferenciados para a orgulho- sa convicção de estar desenvolvendo uma visão mais realista das coisas. O projeto de flexibilização dos direitos trabalhistas é parte, agora, dos ajustes estratégicos do novo governo petista. Se aprovado, o projeto irá assegurar que as condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevalecem sobre o disposto em lei, desde que não contra- riam a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde do trabalha- dor, e tudo o que está na CLT torna-se passível de acordo.

Para a SDS, a reforma trabalhista é um passo fundamental para a construção de uma nova relação de trabalho. A CLT é um importante passo para a modernização da relação entre trabalhadores e capital, mas para a SDS não é o único. Para a segunda maior central sindical do país, acordos bem negociados podem - e devem - prevalecer sobre a legislação em vigor, que ainda preserva alguns direitos dos trabalhadores.

O mais recente pacote trabalhista anunciado pela SDS (Social Democracia Sindical), central ligada ao PSDB, dá destaque à extinção da Justiça do Trabalho, sem se dar conta que decisões dessa natureza devem envolver debate com todos os agentes sociais envolvidos: centrais sindicais, entidades empresariais, magistrados trabalhistas e juristas.

No artigo “Informalidade e Novo Sindicalismo”, Enilson Simões de Moura, presidente da SDS, afirma que o mercado de trabalho informal já é maior que o formal: “Esse é um fato real, mostrado pelas estatísticas e pelo dia a dia, mas que Governo, sindicatos, estudiosos e a mídia ainda desprezam ou procuram esconder. Há uma falsa esperança de que esse quadro venha a ser revertido. O mercado de empregos formais, baseado na CLT, nunca mais voltará a absorver a maioria dos trabalhadores.” Para ele, muitos sindicatos, pela forma como estão organizados, calcados “apenas” na intermediação das relações de trabalho formal, são “animais em extinção”, que “lutam para manter o que um dia foram direitos, conseguidos com muita luta, mas que hoje se transformaram em privilégios”.

## **CAT – TV GLOBO: Parceiros na inclusão?**

Para criar mecanismos que possam “valorizar o trabalho”, A SDS constituiu, no Rio de Janeiro, a Central de Apoio ao Trabalhador – CAT, que vem sendo apoiada pela ONG Viva Rio e pela Rede Globo de Televisão. Essa iniciativa é, para Alemão, “um dos passos iniciais no sentido do resgate da cidadania”, uma vez que “a nossa voz, para ser ouvida, depende fundamentalmente da nossa capacidade de união”.

Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, a CAT atua no Estado do Rio de Janeiro, oferecendo intermediação de mão-de-obra,

promovendo cursos de qualificação profissional, orientando nos procedimentos para solicitação do seguro-desemprego, para obtenção de carteira de trabalho e para abertura de negócio próprio. O sítio na internet oferece cadastro para trabalhadores que buscam empregos e para empregadores que precisam de empregados, além de orientações sobre seguro-desemprego e informações sobre cooperativismo e mercado de trabalho. Um verdadeiro “*mercado mundo mix*” sob a ótica precária do trabalho.

Para a SDS, a intermediação de mão-de-obra é um instrumento eficaz “no combate ao desemprego” e na “triagem qualificada de recursos humanos” (sic; vide “Lista de Schindler”). Para utilizar esse sistema com bons resultados, a CAT mantém um sistema de informações que permite adequar o perfil do trabalhador que busca emprego com as vagas que são captadas no mercado de trabalho. No seu Cadastro de Trabalhadores, em <http://www.catrj.org.br>, a CAT registra dados pessoais, níveis de escolaridade e qualificação específica, experiência profissional e pretensões a cargos e salários. No Cadastro de Empresas constam as áreas de atuação, necessidades específicas quanto a mão-de-obra e as ofertas de vagas. A partir dessas bases, a CAT funciona como uma intermediária entre o trabalhador necessitado de emprego e o empregador que exige mão-de-obra “qualificada”. Basta uma única visita à sede da CAT para tornarmos-nos testemunhas oculares da precariedade do trabalho diante das intermináveis filas de desfavorecidos, desvalidos, despossuídos, desqualificados, desempregados, desamparados, destituídos, filas daquilo que parece ser um último sopro de esperança para o sonho de liberdade, filas intermináveis por semanas a fio, tendo como pano de fundo as madrugadas frias em torno (e tão somente por fora) daquela que um dia foi a residência oficial do libertador do Brasil – a Quinta da Boa Vista, presenteada a D. João VI, e que também serviu de repouso e aconchego a D. Pedro I em suas aventuras sexuais pelos túneis secretos que levavam à casa de Domitila, a Marquesa de Santos.

A Rede Globo de Televisão chancela, tanto em sua grade de programação, em particular no RJ TV 1<sup>a</sup> Edição (jornal local, veiculado no início da tarde), e em seu portal de comunicação, as iniciativas da SDS, central sindical ligada ao PSDB, partido do ex-presidente FHC,

em relação ao mundo trabalho em geral, e a oferta de empregos e a caracterização do trabalho, em particular, sob a ótica da hegemonia do capital e a falsa vertiginosidade de um progresso que nos submete por força de lei, para a precarização da existência e a revogação dos direitos a um trabalho justo e equânime.

A TV Globo mantém parceria com a SDS, através da CAT, para divulgar as vagas de empregos oferecidos na semana. Em <http://redeglobo.globo.com/rjtv/empregos.html> podemos visualizar, por exemplo, as vagas oferecidas para a “mão-de-obra qualificada” durante aquela semana em particular.

Nos planos da SDS, o evidente sindicalismo de resultados, alvo de críticas dos partidos de oposição e da CUT, local de origem e dissidência de muitos dos membros da central sindical.

## **Rio de oportunidades para novos empreendedores**

Articulado com as práticas de governo para o campo do trabalho (nos âmbitos federal e estadual) os discursos da SDS sobre o mercado de trabalho autônomo e cooperativado, aliados a oferta de empregos do mercado informal, buscam apoiar a criação de novas empresas, seja pelo desempregado que quer investir o dinheiro obtido na rescisão de trabalho, seja pelo jovem que chega ao mercado de trabalho e pretende montar um negócio próprio, em vez de procurar emprego.

Para a Social Democracia Sindical toda a tecnologia disponível para a qualificação de empreendedores é voltada para aqueles que têm algum capital, para empreendedores de classe média, deixando de lado os trabalhadores sem capital, “aqueles que estão na base da pirâmide empresarial e que representam cerca de 70% dos micro-empresendimentos, aqueles que podem ser caracterizados como nano-empresendedores, ou auto-empresendedores”. A SDS está empenhada em desenvolver e aplicar tecnologias adequadas para a criação e desenvolvimento desses auto-empresendedores, utilizando modelos já disponíveis para desenvolver o mundo do trabalho e não ficar restrito ao mundo do emprego.

Em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Fazendo o Nosso Povo Mais Feliz”), a SeTrab – Secretaria de Estado de Trabalho-RJ e o Plano Estadual de Qualificação Profissional, com o apoio do Governo Federal (“Trabalhando em todo o Brasil”), do Ministério do Trabalho e Emprego, do FAT (“Amparo ao Trabalhador”), do Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, e sob a chancela do “Avança Brasil”, a Social Democracia Sindical lançou, em 2001, o projeto “Um Rio de Oportunidades” (“Novos Empregados, Novos Empresários”).

O projeto tem por objetivo orientar o trabalhador para a criação de seu próprio negócio. O programa, que atinge a 5.000 pessoas, é pautado em “oficinas de sensibilização” e consultoria técnica. Na primeira fase, com carga horária de oito horas/aula, os professores auxiliam o trabalhador a “reconhecer” e “desenvolver o seu potencial empreendedor”. Concluída essa etapa, são selecionadas duas mil pessoas que irão continuar no curso. No segundo estágio, com 16 horas/aula, aprende-se a “implantar os seus negócios de forma inteligente”, com informações sobre melhor localização para o negócio, recursos necessários e mercado específico.

O “Rio de Oportunidades” conta com o apoio de “agentes” que mobilizam os potenciais usuários do programa através de apostilas ou cadernos que contêm o material didático necessário à implementação das mudanças. Nesses cadernos, a tipologia e o logotipo da Social Democracia Sindical – associados ao fundo azul em *dégradé* do céu pleno de oportunidades e ao amarelo do sol que nasce para todos – fazem da SDS uma central sindical iluminada pelo sol da liberdade e da democracia, e seus filiados beneficiários diretos do “calor e da iluminação da social democracia sindical” que acolhe aos trabalhadores desfavorecidos (um segmento beneficiário de vários tipos de políticas sociais específicas) mas que, paradoxalmente, no fundo, no fundo parecem ser empreendedores de grande mobilização e iniciativa.

Os discursos da SDS dão conta de que a “mobilização” é a vocação natural de todo cidadão em situação de risco. E um dos meios possíveis para se conseguir essa mobilização é enfrentar as filas longas e intermináveis da CAT ou acolher os fundamentos de “riscos controlados” do projeto “Um Rio de Oportunidades: Novos Empregados, Novos Empresários”.

A mobilidade social, a inserção no mercado de trabalho e a mobilidade ocupacional parecem ser o futuro inequívoco para quem participa dos projetos ofertados pela SDS e se movimenta (ou se mobiliza) em face aos discursos sobre trabalho e educação ofertados na grade de programação, no sítio da internet e nos Cadernos SDS. O logotipo do projeto “Um Rio de Oportunidades”, um retângulo em azul claro contendo dois retângulos menores em azul escuro, nos cantos superior esquerdo e inferior direito, com as cores da campanha oficial do PSDB (azul, amarela e branca), com dizeres posicionados de forma semelhante à do programa PEGN (Pequenas Empresas, Grandes Negócios), que o slogan “Novos Empregados, Novos Empresários” complementa e amplia (fazendo crer: “associe-se ao nosso projeto para ter oportunidades na vida”), fazem do projeto “Um Rio de Oportunidades” o meio pelo qual a “mobilidade e inclusão social” sejam a resultante do novo estatuto do trabalho criado e oferecido pela SDS para o país.

## **A indefectível receita do sucesso**

**[INICIATIVA + EFICÁCIA + QUALIDADE = SUCESSO]**

Essa é a fórmula recorrente nos discursos midiáticos sobre flexibilidade do trabalho, qualificação e reestruturação produtiva no Brasil. A mediação, realizada principalmente pelos discursos televisivos, reorienta a visão de que as inovações tecnológicas são bem vistas pelos trabalhadores, que são avanços necessários e bem-vindos. Expressões como qualificação e capacitação são usadas como sinônimos para desenvolvimento profissional, bem-estar social, possibilidade de ascensão social; e mais, são usadas também – num tom de “ameaça da última chance do capital” – como sinônimo de “empregabilidade”. Se o trabalhador não se capacitar, aprimorar ou melhorar, provavelmente será (se já não o foi) retirado do mercado de trabalho.

Pautas e matérias dos noticiários e telejornais diariamente reforçam as idéias e ideais de “produtividade”, “mercado”, “público consumidor”, “produtos de exportação”, “qualidade” e “eficácia” com “iniciativas exemplares” de empregadores e empregados, esses últimos ainda mais

integrados, quando tomam a frente da fábrica ou da indústria, que passa por dificuldades financeiras e de produção, e reverterem o quadro com a criação de cooperativas de empregados empreendedores que assumem os riscos e as dívidas dos antigos patrões. O que vale é o aqui e o agora, a livre iniciativa, o espírito dinâmico e empreendedor, a vitalidade e a coragem de enfrentar desafios, com a grandeza de unir o útil ao agradável: não perder o emprego e ainda passar a ser dono de seu próprio negócio. De operário a industrial, num piscar de olhos.

Kurz (1996) afirma que a idéia cooperativista original não consistia apenas em lutar por salários mais altos e melhores condições de trabalho, “mas também em resguardar, por meio de atividades autônomas, certos âmbitos da vida pressionados pelo trabalho assalariado”. (...) “Em parte coagidas pela legislação, em parte espontaneamente, as cooperativas tornaram-se empresas perfeitamente adequadas ao mercado; não fosse assim, estariam condenadas a desaparecer pouco a pouco”. Esse embrião cooperativo foi esmagado pela expansão histórica do mercado, depois da conquista de aumentos salariais significativos e da redução da jornada de trabalho nos setores industriais. O Estado, como era de se esperar, não via com bons olhos a criação de uma esfera autônoma; seus esforços concentraram-se em transformar o cooperativismo numa atividade lucrativa, para então poder lançar impostos sobre a receita monetária resultante.

## **Aos desfavorecidos, os negócios!**

Para a SDS a qualificação profissional é um instrumento indispensável para “habilitar o trabalhador a conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho”. Em parceria com o Planfor e o Plano Estadual de Qualificação Profissional e com recursos do FAT, a SDS trata a qualificação como um “direito do cidadão”, enfocando a demanda do mercado e promovendo o desenvolvimento integrado de habilidades.<sup>1</sup>

Para negar o ócio e fazer frente às transformações econômicas e sociais, as políticas ativas de emprego da SDS atuam no sentido de aumentar as possibilidades de inclusão social através do emprego ou do negócio

próprio, podendo alterar tanto o lado da demanda de trabalho (novos postos de trabalho e frentes de trabalho) quanto o lado da oferta de trabalho (melhorar a qualificação, busca, etc.). Alguns exemplos de políticas ativas de emprego são subsídios para a geração de emprego, frentes de trabalho, geração direta de emprego pelo setor público, oferta de crédito a pequenos empregadores, incentivo ao trabalho autônomo, flexibilização dos contratos de trabalho, intermediação de mão-de-obra, treinamento, etc. O treinamento e a qualificação profissional são observados mesmo quando não há uma política de trabalho (ativa) na área.

Obviamente as políticas públicas de trabalho voltadas para a formação profissional são desenvolvidas para atender objetivos específicos e resolver problemas de funcionamento do mercado. Alguns conceitos oriundos da economia do trabalho são importantes para delimitar as possibilidades e demandas por políticas de trabalho.

Há dois modelos ideais de programas de qualificação e formação profissional. Em primeiro lugar, há os programas de formação profissional que complementam a educação básica facilitando a transição da escola para o trabalho, estes são os programas de treinamento de aprendizagem. Em segundo lugar, há os programas de formação profissional voltados para os segmentos de desfavorecidos, principalmente os excluídos e os beneficiários dos programas de *welfare*; estes são os programas de treinamento para os desfavorecidos. A SDS opera na “terceira via”, vendendo o ideário dos programas de formação profissional para os segmentos de desfavorecidos, mas oferecendo, em contrapartida, trabalho precário e estimulando a preparação para o mercado de trabalho autônomo e/ou sob a forma de cooperativas.

Os objetivos da “Qualificação SDS” são “reduzir o desemprego, qualificar mão-de-obra para um mercado altamente competitivo, desenvolver a capacidade empreendedora dos trabalhadores e contribuir para o crescimento da economia do país”. Para obter recursos do FAT, a central sindical contrata instituições de educação profissional, em parceria com organizações não-governamentais, para a consecução dos projetos e captação das verbas públicas.

Sempre é bom lembrar que qualificação profissional, em si e por si mesma, não gera trabalho, não eleva renda, não faz justiça social, nem eleva competitividade. Mas – para os técnicos do governo e para os

consultores da SDS – é ferramenta indispensável nesses processos, ideário vendido à larga, sempre integrado a outros mecanismos da Política Pública de Trabalho e Renda do partido que acolhe as iniciativas da central sindical, em especial os do seguro-desemprego, intermediação, crédito popular e demais programas de geração de trabalho e renda financiados pelo FAT ou por outros fundos públicos.

Essa integração começa a ficar cada vez mais intensificada, especialmente entre a qualificação e a intermediação, de modo que encaminhamento e inserção no mercado de trabalho sejam vistos como etapa final e necessária das ações de qualificação profissional.

(...) são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho. Um exemplo ainda mais forte é dado pela necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital. (Antunes, 2000:131)

A SDS trabalha as idéias de qualificação profissional e de formação para o mercado de trabalho, com a utilização sistemática de dois de seus produtos: o sítio CAT e os *Cadernos de Preparação para o Mercado de Trabalho Autônomo e Cooperativado e Gerenciamento de Micro e Nanonegócios* (nos moldes das ações e cadernos de treinamento do Sebrae para micro e pequenos empresários).

As primeiras pistas para entender as estratégias da SDS são ofertadas em <http://www.sds.org.br> e <http://www.catrj.org.br>, onde o mundo do trabalho é apresentado com o objetivo de legitimar, reforçar e estabilizar os discursos hegemônicos sobre cidadania, educação e trabalho, através da utilização de palavras de ordem como “sindicalismo cidadão”, “oportunidades”, “mercado de trabalho”, “qualificação”, “cooperativa”, “inovação”, “treinamento”, “qualidade”, “autonomia” e “conhecimento”.

Estão aí embutidos os conceitos de “mercado de trabalho”, “mobilidade ocupacional” e “mobilidade social”, em que a parceria da SDS com as Organizações Globo (leia-se as íntimas relações entre a social-democracia e o capital, mediadas pelo PSDB) compromete-se, em tese, a entender

o processo de geração e reprodução das desigualdades e oferecem à sociedade a oportunidade de enfrentá-las sem a ação do Estado e, assim, promover a inclusão social por seus próprios meios.

A SDS apresenta modelos de gestão do trabalho, mapeia e indica a rede de construção discursiva de uma parcela das políticas públicas voltadas para os setores da educação e do trabalho. Os processos de intervenção social nestas áreas ganham mais um mediador – a SDS, representada pela CAT e pelo sítio do RJ TV – na disputa pela estabilização dos sentidos hegemônicos, nestes tempos em que o Estado já não é mais um dos espaços privilegiados para a geração de políticas públicas para o trabalho e geração de renda.

Com quem a SDS está falando, através do RJ TV 1ª Edição? O que a grade de programação televisiva oferece? Visões de mundo, visões sobre o mundo: no campo do Trabalho, a programação apresenta práticas empresarias “bem-sucedidas”, em que trabalhadores-empresários são apresentados como “cidadãos-modelo” e o público é convocado a participar de atividades e a se responsabilizar por aquilo que é missão do Estado – a produção de políticas para a geração de emprego e renda. Em alguns momentos desqualifica-se o campo do trabalho assalariado, incentivando-se a iniciativa cooperativada e autônoma.

Com interfaces muito fortes no que tange às políticas públicas para a geração de empregos (diria direcionamento, e não geração) os programas da Rede Globo de Televisão (profissionalizantes, jornalísticos e outros) têm por objetivo preparar profissionais de nível médio para atuação em segmentos de mercado que exigem a propaganda de conceitos como “agilidade”, “eficiência”, “qualidade do trabalho”, “eficácia”, “aumento da produtividade”, “lucratividade”, “expansão”, “efetividade”, “modernidade”, “informatização”, “velocidade nos negócios” e “terceirização”. As saídas possíveis do “faça você mesmo” também estão presentes na grade de programação, reforçando a idéia de que o Estado não tem as saídas para todos os males. Programas como “Mãos a Obra”, que ensina como construir a casa própria; “Como Abrir seu Próprio Negócio”; “Profissão Empresário”; “Pequenas Empresas, Grandes Negócios”, são ofertados como “saídas possíveis” para a carência de recursos para a habitação e para a geração de empregos. No episódio 192 do PEGN,

o programa apresenta, dentre outros, os equipamentos “para a produção de acarajés, pastéis, pipoca e pizzas”, abrindo as portas da economia informal para mais uma leva de parceiros da (e na) exclusão.

As Organizações Globo estão voltando suas atenções para a instauração e manutenção das novas categorias do capital simbólico: “ecologia”, “economia auto-sustentável”, “qualidade de vida”, “capital saber”. Essa questão parece-nos central para o entendimento da modelagem da sociedade do conhecimento. Conhecimento selecionado, organizado e distribuído segundo os interesses de retroalimentação do capitalismo: investem e educam o seu futuro consumidor (e trabalhador).

O modelo privado de Educação para o Trabalho e do “capital saber” reforçam o mecanismo de movimentação ascendente às classes mais privilegiadas, que é próprio da sobrevivência do capitalismo, como ensina Marx: promove a estabilidade da ordem social e catalisa os ideais da classe trabalhadora. A SDS e seus parceiros – Rede Globo, Governo do Estado e Governo Federal – trabalham, assim, numa via de mão dupla, reforçando em seus discursos, de um lado, a idéia de um mecanismo que previne os conflitos de classe e de outro, torna difícil o desenvolvimento da consciência de classe e da organização de classe.

A mobilidade social, embora não seja explicitamente enunciada pelas ações e iniciativas da SDS, é ofertada como uma válvula de escape para controlar as tensões e pressões por mudanças político-sociais. Essa idéia de mobilidade social é mediada por um canal de televisão (concessão pública) mantido no mais das vezes por verdadeiros cartéis, empresas e entidades que notadamente são parceiras na exclusão social – bancos, indústrias, multinacionais e fundações – ou vínculos menos explícitos, mas que privilegiam a livre iniciativa, a performance, a inovação técnica e o estímulo ao produtor-empresário.

A SDS não chega a pregar a máxima de que “o Estado não pode resolver tudo sozinho”, argumento neoliberal surrado e esfarrapado, mas se propõe a apresentar os novos modelos de gestão do conhecimento nas áreas de educação e trabalho, sempre deixando evidente o papel preponderante das iniciativas pessoais no processo.

A escolarização, a educação e o próprio trabalho passam a ser responsabilidade das ações do “sindicalismo cidadão” e do “cidadão consciente de si”; retira-se do Estado a responsabilidade e o compromisso com a educação formal; fomenta-se o modelo privado de educação para o trabalho e as saídas mesmas para a falta de trabalho e de emprego. O sindicalismo de resultados tem aí desvelada sua verdadeira face, quando assume os discursos que desenvolvem e reforçam a parceria entre capital e trabalho.

### **Não hesite: (Ob)tenha êxito ou... “Exit”**

A grade de programação da Rede Globo de Televisão sempre traz à tona reportagens e programas sobre a atuação das empresas nacionais com relação à educação para o trabalho e de exemplos clássicos de empregados que “salvaram” suas empresas. Um discurso que traz embutidas questões amplas, como, por um lado, o debate sobre o papel social das empresas ou sobre a “nova cara” do empresariado nacional, preocupado com a qualificação profissional de seus empregados para competir nos mercados interno e externo, e por outro lado, o papel social do trabalhador em gerar saídas para que a empresa dê bons resultados. Mais que isso, muitas vezes a programação conclama os desempregados, subempregados e partícipes do mercado informal a fundarem cooperativas, microempresas e “nanonegócios”. Nunca é demais lembrar que é o próprio campo do jornalismo que reitera, reforça e legitima o trabalho como fundador do ser social. Lembremo-nos das reportagens – impressas ou eletrônicas – que dão crédito ao entrevistado segundo a regra “nome, idade, profissão”. Quando a personagem não está inserida no mercado formal, com participação ativa através de seu trabalho na produção de valor, nomeia-se “estudante” (está sendo preparado para o mercado), “autônomo” (não participa do mercado de forma tradicional, com emprego e renda fixa estimada), “desempregado” (está excluído do mercado, momentânea ou definitivamente) ou “dona-de-casa” (aquela que trabalha para salvaguardar o direito de seu marido e filhos ao trabalho remunerado e aos estudos).

As iniciativas da SDS – tanto no plano das redes eletrônicas quanto das ações formais de preparação para o mercado de trabalho – oferecem “saídas” para o problema do emprego, da geração de renda e da participação ativa no mercado de trabalho formal e de consumo. Através da CAT – seja no RJ TV 1<sup>a</sup> Edição e/ou via internet – e do projeto “Um Rio de Oportunidades”, a SDS funda os pilares de sua identidade. Uma identidade construída sob a égide da livre iniciativa e das regras do mercado e socialmente referenciadas pela dinâmica televisiva.

Se o novo espaço das empresas é o mundo, já não se aceitam normas antiquadas, processos arcaicos de planejamento e gestão, produtos sem qualidade, produção em ritmo descompassado, entregas fora do prazo. O arcaico e o obsoleto dão lugar aos processos e produtos *up to date*. Instigadas pela mídia, novas demandas para o consumo e para a aquisição de saberes específicos e de papéis direta ou indiretamente enraizados na divisão do trabalho são geradas. E também velhos papéis são mantidos, alternando rupturas com a manutenção de velhos valores. Novos modelos de identidades profissionais e sociais vão se constituindo, e hoje as políticas públicas para o Trabalho ganham notoriedade quando primeiro tornam-se públicas – através dos discursos da mídia sobre o trabalho precarizado –, e só depois transformam-se efetivamente em políticas – quando reincorporadas ao discurso do Estado e às práticas de empresas públicas e privadas, apoiadas por ações de centrais sindicais e organizações não-governamentais.

No caso da Social Democracia Sindical, o apoio das Organizações Globo ao projeto da Confederação Nacional da Indústria – CNI (projeto de construção de um trabalhador de novo tipo e incorporado pelo PSDB) é caminho seguro para a tentativa de construção do consentimento operário às novas estratégias do capital, oferecendo as condições políticas e ideológicas para o desenvolvimento da parceria entre capital e trabalho no campo da produção.

Brindemos, então, ao pensamento com a temperatura ideal para o exercício da crítica:

Se é um grande equívoco imaginar o fim do trabalho na sociedade produtora de mercadorias, é entretanto imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais

significados e suas mais importantes conseqüências. No que diz respeito ao mundo do trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm sido experimentadas em diversas partes do mundo onde vigora a lógica do capital. E a crítica às formas concretas da (des)sociabilização humana é condição para que se possa empreender também a crítica e a desfetichização das formas de representação vigentes, do ideário que domina nossa sociedade contemporânea. (Antunes, 2000: 16)

Não obstante, é preciso lutar contra as duas piores heranças do governo FHC: a hegemonia do capital especulativo e a precarização do mundo do trabalho, para que se possa criar as condições para o difícil trânsito a um outro modo de desenvolvimento econômico e social, com crescimento sustentado e melhor distribuição de renda, buscando a rearticulação das forças hegemônicas do Capital e do Trabalho – que geram, em conflito, a luta de classes, principal motor da História – e que têm na Indústria Cultural o principal ator da mediação tecnocapitalista da intersubjetividade humana.

## NOTAS

<sup>1</sup> O Planfor - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador é um dos mecanismos da Política Pública de Trabalho e Renda do Governo Federal, financiado pelo FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. O objetivo do Planfor é garantir uma oferta de educação profissional permanente, que contribua para reduzir o desemprego e o subemprego, para combater a pobreza e a desigualdade social, para elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo. O FAT investe em políticas “ativas” e “passivas” de trabalho, ou seja, ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada. Para tanto, o FAT financia mecanismos como o seguro-desemprego, a intermediação de mão-de-obra, o pagamento de abonos salariais, os investimentos produtivos, o crédito popular, a informação sobre o mercado de trabalho e a qualificação profissional. O Plano Estadual de Qualificação Profissional do Rio de Janeiro, que também apóia a iniciativa da SDS, contempla projetos e ações voltados à **qualificação, requalificação e reconversão profissional dos trabalhadores**. O objetivo principal é prepará-los para a busca de um novo emprego ou a permanência no mercado de trabalho, através de cursos gratuitos, nas mais diversas áreas do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho*; reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *As dimensões da crise no mundo do trabalho*. In: Olho da História – Revista de História Contemporânea, n.º 4 (ed. eletr., 2001). Dossiê: Capital, Trabalho e Revoluções na Modernidade. Disponível em <http://www.ufba.br/~revista/04antune.html>
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*; ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000 (3ª Edição).
- ARAÚJO, Inesita. *A Reconversão do Olhar*; prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2000.
- ARAÚJO, Inesita. *Mediações e Poder*. Trabalho apresentado no V ALAIC, Grupo de Trabalho Estudos da Recepção. Santiago do Chile, abril de 2000.
- BRAGA, William Dias. *O Deus Secular da Ciência e seu Filho Discurso*; a legitimação do saber científico na mídia. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1996. 210 p.
- BRAGA, William Dias. *Operários de Sentidos na Aldeia Global*; mediação do trabalho, reestruturação produtiva e construção de identidades. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2002. 360 p.
- CADERNOS da Social Democracia Sindical. *Gerenciamento de Micro e Nanonegócios*. Projeto “Um Rio de Oportunidades – Novos Empregados, Novos Empresários”. SeTrab-RJ/Planfor/MTE, 2001.
- CADERNOS da Social Democracia Sindical. *Preparação para o Mercado de Trabalho Autônomo e Cooperativado*. Projeto “Um Rio de Oportunidades – Novos Empregados, Novos Empresários”. SDS/SeTrab-RJ/Planfor/FAT/MTE, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*; a era da informação – economia, sociedade e cultura (vol. I). São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1994.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HÜBNER, Kurt. *Crítica da Razão Científica*. Lisboa: Edições 70, 1993 (Col. O Saber da Filosofia).

- KURZ, Robert. *Para além de Estado e Mercado*. In: Caderno MAIS! Folha de S. Paulo, 1996. Tradução de José Marcos Macedo. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz63.htm>
- LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos Meios às Mediações*; comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MARX, Karl. *Manuscritos de Paris (1884)*. Barcelona: Grijalbo, 1978.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, 1. I, v. 1.
- MÉSZÁROS, István. *Beyond Capital (Towards a theory of transition)*. London: Merlin Press, 1995.
- MÉSZÁROS, István. *Marx: A Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MOURA, Enilson Simões de. *Informalidade e Novo Sindicalismo*. Artigo publicado no boletim “Mercado de Trabalho: Análise e Conjuntura”, do Ministério do Trabalho e Emprego e disponível em [http://www.sds.org.br/sdsnews/mat\\_menu/novo\\_info.htm](http://www.sds.org.br/sdsnews/mat_menu/novo_info.htm)
- MOURA, Enilson Simões de. *Sindicalismo Cidadão*. Artigo publicado no sítio da SDS. Edição Eletrônica disponível em [http://www.sds.org.br/sdsnews/mat\\_menu/opinioa.htm](http://www.sds.org.br/sdsnews/mat_menu/opinioa.htm)
- SOCIAL DEMOCRACIA SINDICAL. *Carta de Princípios da SDS*. Edição Eletrônica disponível em [http://www.sds.org.br/quem\\_somos/cartprin.htm](http://www.sds.org.br/quem_somos/cartprin.htm)
- SOCIAL DEMOCRACIA SINDICAL. *Central de Apoio ao Trabalhador - CAT*. Edição Eletrônica em <http://www.catrj.org.br> e <http://redeglobo.globo.com/rjtv/empregos.html>
- SOCIAL DEMOCRACIA SINDICAL. *Estatuto da SDS*. Edição Eletrônica disponível em [http://www.sds.org.br/quem\\_somos/sestatuto.htm](http://www.sds.org.br/quem_somos/sestatuto.htm)
- VIEIRA, C.A.S., Alves, E.L.G. *Qualificação Profissional*; uma proposta de política pública. Texto para Discussão 376. IPEA, 1995.





# A IMAGINAÇÃO DE UM CONTROLE PÚBLICO A PARTIR DO REGULAMENTO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL: a utilização dos aparatos regulatórios da Agência Nacional de Telecomunicações pelo usuário-cidadão\*

Sayonara Leal\*\*  
sayonara@unb.br

Com a quebra do monopólio estatal no sistema de telecomunicações no Brasil, em 1995, houve uma reestruturação econômica, estrutural e, sobretudo, regulatória no setor. O marco regulatório do STB deixou de ser o Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, que amparava legalmente o monopólio do Estado no setor para assumir o seu lugar a Lei Geral de Telecomunicações, de 1997. O aspecto fundamental para o cumprimento das determinações dessa lei e que fixou uma nova regulamentação para o setor foi a criação de um órgão regulador setorial, a Agência Nacional de Telecomunicações-Anatel, cuja característica principal é ser um órgão autônomo e de controle público. A estrutura funcional e administrativa da agência apresenta um perfil diferenciado em termos de regulamentação no STB, sobretudo por atribuir o direito ao cidadão brasileiro de participar e intervir nas decisões da agência.

A dimensão da ação e de controle públicos trazidos no bojo de um novo marco regulatório para as telecomunicações brasileiras, como também, a redefinição do papel do Estado e a prática de políticas públicas que orientam o setor compreendem o campo temático no qual este trabalho se configura.

---

\* Este artigo é resultado de um trabalho maior de dissertação de mestrado (Faculdade de Comunicação da UnB), defendido em dezembro de 2001.

Journalista, Mestre em Comunicação pela Faculdade de Comunicação da UnB. Doutoranda em Sociologia pelo Departamento de sociologia da UNB.

Propõe-se aqui um breve percurso exploratório dos termos e limites desta nova concepção de ação pública oriunda do Estado e da própria sociedade no campo específico da dinâmica do setor de telecomunicações brasileiro.

Entendemos as presenças do Estado e da sociedade no processo de reestruturação<sup>1</sup> do Sistema de Telecomunicações no Brasil fundamentais para a edificação de um modelo de regulação do setor que tanto permita níveis de competitividade em condições isonômicas entre as empresas da área de telecomunicações, como a ampliação do acesso indiscriminado da população aos serviços básicos de telecomunicações.

## **Estado e Controle Social: uma abordagem histórico-sociológica**

O controle público-social é entendido, neste texto, como instrumento de repactuação do Estado e seus cidadãos, não somente os mais organizados, mas os “excluídos do jogo político”. No bojo da atual crise que passa o Estado e seu conseqüente processo de reforma em todo mundo ocidental, percebe-se o hiato que se coloca entre o ente estatal e a sociedade, sobretudo, quando levamos em consideração os movimentos pela sua privatização. Nesse universo, há uma natural resistência de segmentos da sociedade em aceitar políticas públicas predeterminadas para a reorganização de setores econômicos, sociais e políticos. Os três desafios, então, nesse contexto são: 1) a expansão de formas de participação dos cidadãos na formulação e no controle dessas políticas, que dizem respeito à esfera pública estatal e não-estatal; 2) não permitir que conhecimentos específicos e técnicos enfatizem diferenças e anule participações públicas e 3) a inserção de atores sociais nos espaços de negociações de políticas específicas ou setoriais que fazem parte de uma macropolítica.

O Estado é ator fundamental para permitir a transposição desses desafios, principalmente, incentivando e influenciando interações sociais de modo a ampliar o campo de atuação política do governo. Por isso, é tão relevante sua participação e presença em contextos de implementação e discussão de políticas públicas, como em agências e esfera políticas.

A construção de um controle social como instrumento ideal para aproximar Estado e sociedade e, sobretudo, criar mecanismos de defesa contra o mercado se faz a partir de uma certa tipologia, baseada em três aspectos; 1) transparência das ações públicas-estatais; 2) incentivo à criação de espaços democráticos de participação cidadã e 3) disseminação de conhecimentos e informações para alimentar essas esferas de discussão e debates, para formação de um usuário-cidadão.

Os três pontos referem-se ao fortalecimento da sociedade civil, nos termos habermaseanos, dos espaços públicos e à formação de uma nova categoria social, consumidor-cidadão. E, por sua vez, esses conceitos remetem aos princípios, historicamente, discutidos e reivindicados de democracia e cidadania. Nesse universo, a construção de um controle público-social deriva da esfera pública-não estatal e do preenchimento das lacunas entre Estado e sociedade.

Considera-se que a proposta de consolidação democrática disposta na reforma do Estado brasileiro não é possível sem haver uma reorganização do próprio espaço de atuação do controle social, ou seja, criar condições, que venham de políticas públicas, publicização de informações essenciais para a formulação de um posicionamento crítico e sua conseqüente participação nos processos decisórios que afetam o social, o político e o econômico, o tripé que repercute no público, privado e no estatal.

Então, a aproximação Estado-sociedade é o principal desafio do chamado projeto de reforma do Estado brasileiro, ou seja, não há efetiva mudança do ponto de vista qualitativo nos setores que o formam se não houver uma condução séria e enfática da participação e do controle social. É de grande importância priorizar os mecanismos institucionais e jurídicos que permitam a participação social, tanto no que se refere à formulação como à implementação de políticas públicas voltadas para as demandas sociais, políticas e econômicas.

O centro da polêmica que anima este trabalho é, justamente, a constituição e efetividade de um controle social, amparado em um modelo de regulação que aponta para descentralização normativa-regulatória no ambiente decisório do Sistema de Telecomunicações no Brasil.

## O sistema de regulação do Setor de Telecomunicações no Brasil: a tradição da não-participação pública

Falar de controle público em termos de Comunicações<sup>2</sup> no Brasil é de fato um desafio teórico e conceitual, porque simplesmente nunca existiu, efetivamente, nesse macro-setor, qualquer tipo de participação pública, previsto por seu modelo de regulação. O controle público é mais uma palavra de ordem do que qualquer outra coisa, no entanto, a partir do delineamento do paradigma regulatório para as Comunicações no Brasil, inclusive na área de telecomunicações, teremos subsídios para chegarmos a uma idéia de controle público.

O que tentamos evidenciar no momento é uma determinada facção desse “público” e destacar e considerar dele a parcela de atores que participa da sociedade civil e que não faz parte da esfera econômica. Seria o público não-estatal e não-mercado. E, assim, perceber o potencial e efetivamente a participação desses atores na participação dos processos decisórios sobre serviços prestados pelo atual sistema de telecomunicações no Brasil, inclusive daqueles serviços não-essenciais. E para isso, iremos nos apoiar nos instrumentos de participação pública no setor, dispostos no Regulamento de Telecomunicações no Brasil: Sala do Cidadão, Consultas Públicas, Audiências Públicas, Central de Atendimento ao usuário-cidadão, Comitês de Defesa dos Usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado. O mais importante a considerar dessas instâncias que permitem o controle do cidadão sobre o setor é identificá-las como expressões de chamados espaços públicos, cuja principal função é permitir a participação cidadã em processos decisórios a partir da discursividade e da ação do indivíduo.

Na tradição jurídica da regulação de organismos de regulação no Brasil nunca houve a ênfase, preocupação com a participação pública nos processos decisórios que se dão em nível do setor das Comunicações, devido à grande centralização das forças regulatórias pelo Estado. Os próprios meios impressos, jornalísticos só são objeto de leis específicas e não se submetem a qualquer tipo de organismo de regulação.

Com relação ao setor de telecomunicações, o modelo brasileiro de regulamentação oscilava, desde finais do século XIX, entre o radicalismo nacionalista do monopólio estatal rígido e o favoritismo de caráter liberalizante no

sistema de concessões que beneficiava o interesse privado, representado por empresas, sobretudo estrangeiras, abrindo o mercado de telecomunicações para essas firmas. Mas, esse meio termo jamais intimidou a participação privada no Sistema de Telecomunicações no Brasil; a regulamentação, a partir da década de 1960, com a instauração de lei específica no setor, apenas a limitava. Desde 1962, com a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações, que grupos da sociedade civil solicitam um órgão autônomo de regulação para o setor das Comunicações. A instituição do atual órgão regulador setorial para arbitrar o STB – Anatel – apesar do seu potencial de democracia e participação pública, sofre incisivos ataques e questionamentos, como a suspeita da sua inconstitucionalidade. No entanto, a agência ainda parece ser a salvaguarda para o clássico problema da centralização anti-democrática do controle das Comunicações no Brasil.

A criação da agência reguladora, com a proposta de admitir controle público, abre a possibilidade do quadro de regulação das Comunicações no Brasil apresentar uma estrutura menos autoritária, centralizado e mais democrática. Nos termos de Murilo César Ramos (1997), o que havia era uma estrutura dividida em dois modos principais de regulação: a regulamentação das telecomunicações, exercida pela empresa estatal monopolista, Telebrás, subordinada às diretrizes e metas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações e a regulação dos serviços de rádio e televisão, essencialmente a cargo do aparelho burocrático do Ministério, mas sob influência da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT).

Entre mercado e Estado, a localização de controle público não encontra lugar. A direção para uma regulação que privilegie os usuários/cidadãos está de fato nos termos da Lei Geral de Telecomunicações e na atuação fiscalizatória da Anatel.

A Anatel é criada com base no Decreto nº 2.338, de sete de outubro de 1997 que aprova o regulamento da Agência, conforme previa a Lei nº 9472, a Lei Geral de Telecomunicações.

A Agência Nacional de Telecomunicações foi idealizada para ser um órgão independente de regulação, sem amarras com o Poder Executivo, ou qualquer outro Poder do Estado, mas a Constituição brasileira não prevê um órgão independente.

A solução encontrada pelo governo foi transformar a Anatel em autarquia especial, vinculada ao Minicom, mas não tão independente do Executivo. O governo federal ficou responsável pelo Plano Geral de Outorgas, organização de mercado, além de controlar os orçamentos do órgão para o seu funcionamento. Os atos de outorgas, fiscalização e cassação serão feitos pela agência.

A Anatel foi espelhada no modelo da Federal Communications Commission-FCC, órgão regulador do mercado norte-americano de telecomunicações, fundado na tradição legal anglo-saxã. Mas, a autonomia do órgão brasileiro é relativa, à medida que a agência além de somente poder executar a política acordada entre Executivo e Congresso Nacional, está ainda submetida às diretrizes do governo, apesar da independência financeira e do livre arbítrio para planejar e alocar seus recursos sem a interferência direta do governo federal.

A determinação dos planos financeiros, organização, definição de comissão e funções comissionadas, orçamento da agência está submetida aos rigores do governo federal. O órgão tem o poder de outorga e extinção do direito de exploração do serviço no regime público. A atuação da agência está centrada sobretudo no mecanismo de fiscalização, arbitragem, regulamentação de todos os aspectos e condições de prestação de serviços de TV a cabo, radiofrequência, satélites e serviços básicos e não-básicos de comunicações em território brasileiro.

O Regimento Interno<sup>3</sup> da Agência, cuja segunda versão entrou em vigor em 1º de janeiro de 2000, é responsável pela organização e o funcionamento da Agência, devendo otimizar a exploração dos serviços de telecomunicações, em seus aspectos de regulamentação, outorga de concessão e permissão, expedição de autorização, uso dos recursos de órbita e de radiodifusão e fiscalização. No novo documento, houve a inclusão de parágrafo único que ratifica as competências da Anatel. Logo no início do documento, mais precisamente no art. 4, parágrafo VI, está previsto o ato deliberativo da consulta pública, procedimento fundamental para participação pública nos processos decisórios da agência, o ponto de partida para se pensar em controle público na regulamentação do setor. As próprias sessões devem ser públicas, além de contar com a presença do ouvidor, agente responsável pela crítica de tudo que foi acordado ou decidido, porque tratam de resolução de questões pendentes

entre agentes econômicos e entre estes e consumidores ou usuários e fornecedores de bens e serviços de telecomunicações (art. 8 do RI). No entanto, o inciso 1, do art. 9, do documento diz que “*Quando a publicidade ampla puder violar segredo protegido ou intimidade de alguém, a participação na Sessão será limitada.*”. Para essa prerrogativa é necessário ter bastante acuidade com o conceito de “proteção ou intimidade de alguém”, para avaliar quais os interesses em jogo, de acordo com a regulação o interesse público é que deve ser privilegiado e este é o ponto para efetivação de um controle público.

Houve uma mudança estrutural no texto no sentido de condensar o conteúdo do RI, em relação à sua primeira versão. Por exemplo, no art. 16 do novo documento, diz que “*reuniões destinam-se a deliberações sobre assuntos da Agência*”, enquanto o art. 17 do antigo RI, que trata da mesma matéria, determina que “*as reuniões serão destinadas ao debate e à deliberação sobre assuntos que não dependam necessariamente de sessão.*”. Os fatos ocorridos nas audiências públicas (art. 42) devem ser publicizados pela Anatel, para manter o princípio de transparência e publicidade.

Para gerir o órgão foi criado o Conselho Diretor, com quatro membros, escolhidos segundo critérios técnicos. Ainda foi prevista a criação do Conselho Consultivo, composto por doze membros do Legislativo, do Minicom e alguns representantes da sociedade civil e da iniciativa privada. Entretanto, o poder de decisão do Conselho Diretor vai até onde não contraria as atribuições previstas na Lei Geral de Telecomunicações e no Regimento Interno e principalmente, a soberania do Estado.

Ao Conselho Consultivo cabe o gerenciamento do plano de universalização dentro da Anatel, entre outras funções. Esse departamento da Agência tem uma das atribuições mais fundamentais e desafiantes que as outras seções: garantir o acesso dos usuários aos serviços básicos, tarefa que depende essencialmente da prática legal de fiscalização das atividades praticadas no setor.

A regulamentação de serviços prestados na área de telecomunicações no Brasil deverá ser pautada, segundo determinação do Art. 63, do Decreto 2338, “*nos princípios de legalidade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoabilidade, imparciabilidade, igualdade, devido processo legal, publicidade e moralidade*” (em **Lei Geral de Telecomunicações**, 1997:13).

As normas prescritas no Decreto inibem qualquer atitude por parte das novas operadoras de discriminar usuários ou prestadores de serviço de telecomunicações, devendo a Agência “(...) *verificar o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência de autorização, permissão ou concessão, especialmente as relativas à universalização dos serviços*” (Art. 64, inciso II, Idem: 13).

Os mais importantes desafios e compromissos da Anatel estão no cumprimento do referido Art. 63, que pressupõe a atividade de regulação do regimento interno do órgão e da atuação da iniciativa privada no mercado brasileiro de telecomunicações. Somando-se ao cumprimento dessas funções, devemos enfatizar a relevância de incentivar o processo democrático, previsto no Decreto que regulamenta a Anatel, que permitiria a consulta pública de minutas e atos normativos do órgão, dando oportunidade, assim, da população brasileira tecer críticas e sugestões sobre a atuação da Agência. “*Qualquer pessoa terá o direito de peticionar ou de recorrer contra o ato da Agência no prazo máximo de trinta dias, devendo sua decisão ser conhecida em até 90 dias, nos termos do Regimento Interno*” (Art. 69, Idem, p 13). No entanto, na nova versão do RI, no item, “Do procedimento normativo”, que no antigo documento consta o art. 70, inciso 1, ratificando que “*qualquer pessoa poderá formular críticas ou sugestões acerca dos projetos de atos normativos submetidos à consulta pública*”, não traz explícito a possibilidade de participação de “qualquer pessoa” no referido procedimento. Então, os mecanismos de controle público estão presentes na regulamentação do setor, embora sejam ainda manejados pelo “público” que deles têm conhecimento. A possibilidade de participação pública no processo regulatório das Comunicações está presente em muitas das seções tanto da LGT quanto do RI da Anatel.

## **Os instrumentos para o exercício do controle público no setor de telecomunicações: As manifestações de usuários-cidadãos em espaços públicos**

Para a Agência Nacional de Telecomunicações, os mecanismos aos quais nos referimos e identificamos como aqueles que abrem precedentes para um controle público na prestação de serviços de telecomunicações no Brasil são, na verdade, definidos pelo órgão como “instrumentos

bidirecionais de diálogo permanente com a sociedade”. São eles: Consulta Pública, Audiência Pública, Sala do Cidadão<sup>4</sup>, Centro de Atendimento ao Usuário<sup>5</sup>, Comitê para a Universalização dos Serviços de Telecomunicações, Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações, Conselho Consultivo e a própria Biblioteca da Anatel.

Em seu relatório de gestão, referente ao ano de 2000, essa agência avalia a sua relação com a sociedade satisfatória, a partir da utilização de vários canais de interação com o cidadão. Para a Anatel é evidente a participação do cidadão em suas atividades a partir, especificamente, da figura mediadora do Conselho Consultivo e dos Comitês para a Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

O Conselho é constituído por representantes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Poder Executivo, de entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações, entidades representativas dos usuários e de entidades representativas da sociedade civil, como participação institucionalizada.

O órgão ainda se refere como importante espaço de atuação da sociedade em suas atividades, o Comitê para a Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Esse espaço é formado por técnicos da agência, representantes dos ministérios da Saúde e da Educação, do Congresso Nacional e de segmentos organizados da sociedade. Outro Comitê que tem função de representar o interesse social é o da Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações, criado em 1999, composto por atores que vêm de órgãos governamentais, usuários e entidades de classe de prestadores dos serviços de telecomunicações.

Mas, para efeito de constatação do exercício do controle público no setor, abordamos, no momento, a utilização pelo usuário-cidadão de dois instrumentos de participação da sociedade, em especial, não desconsiderando, obviamente, a relevância das demais instâncias de representatividade de interesses públicos: as Consultas Públicas e as Audiências Públicas.

As **Consultas Públicas** têm a função de submeter minutas de atos normativos a comentários e sugestões do público em geral, ou seja, destinam-se a receber contribuições e destas se originam resoluções

e documentos consolidados que irão regular uma determinada área. Segundo informações da Agência, desde sua instalação, em novembro de 1997, foram realizadas, até julho deste ano, 306 consultas, que variam de questões simples às mais específicas, numa forma de chamamento do órgão para que os interessados participem da formulação de atos relacionados às telecomunicações. As contribuições para serem consideradas, acatadas, não acatadas ou parcialmente acatadas, se estiverem dentro do foco da consulta. O contribuinte deve demonstrar propriedades como conhecimento e precisão nas intervenções no procedimento decisório, que deve redundar num texto definitivo, uma Resolução.

Vale lembrar que a depender das demandas por maiores detalhamentos dos documentos dispostos pela Agência para consulta pública pode gerar-se uma **Audiência Pública**. Esta se traduz em evento da Consulta Pública e tem como função, também, dar vazão a manifestações orais do “público” participante tanto do processo de definição das resoluções e atos normativos como da audiência, no entanto, pode ser gerada sem o precedente da consulta pública, mas para contribuir no processo decisório do Conselho Diretor da Agência. Neste espaço é enfática a presença de fornecedores, concessionárias, empresários, advogados, bancos cujos interesses estão associados à iniciativa privada, mais especificamente, à esfera do mercado. No entanto, também identificamos a participação, menos incisiva de cidadãos, que estão atrelados a universidades e representações da sociedade civil, como sindicatos e associações.

As **Audiências Públicas** são realizadas no Auditório da Anatel. Elas são gravadas em áudio e vídeo para posterior uso da Agência. Os participantes desse evento público têm direito a comentários, somente proferidos em português. Em geral, as entidades, instituições ou pessoas físicas que tenham se inscrito previamente para participar da audiência devem utilizar os canais colocados à disposição ou no dia da audiência. As manifestações, de no máximo 15 minutos por pessoa, obedecem à ordem de sorteio de modo a garantir a igualdade de direito de todos inscritos. No entanto, não há réplica, contestação ou discussão sobre os comentários apresentados na audiência, o que compromete, em certa medida, o debate público.

As Audiências Públicas e as Consultas Públicas, de fato, podem dar vazão à ação dos indivíduos que pertencem ao âmbito do público-não estatal e não-mercado, mesmo que reunidos em estruturas coletivas. O grande desafio desse cidadão-usuário que pretende intervir e tomar parte do controle social é o entendimento da dinâmica do STB, o conhecimento de sua estrutura regulatória e saber reconhecer seus direitos de reivindicar esclarecimentos e participação no processo de regulação do setor, arbitrado pela Anatel.

Para viabilizar o nosso estudo sobre a efetividade da participação do público não estatal e não mercado nesse âmbito selecionamos seis consultas públicas<sup>6</sup> que deram origem a audiências públicas, desde a sua primeira versão em 1998, até o mês de julho de 2001, como também alguns desses eventos que não resultaram de consultas. Ao todo, a Anatel realizou sete audiências<sup>7</sup>, até a conclusão desta pesquisa.

O universo de espaços públicos, com potencial de servir como base para o controle social no Sistema de Telecomunicações no Brasil é amplo. No entanto, a partir do mapeamento dos documentos analisados, foi possível verificar que o grau de participação de atores privados nas audiências e consultas públicas é comprovadamente mais significativo do que o grau de intervenção dos agentes público-sociais. Para identificar o universo total dos agentes que participaram das audiências e consultas públicas selecionadas dividimos o público participante em quatro categorias: Público – estatal, Público-mercado (empresas privadas), Público-usuário/cidadão e Órgãos representantes de classe.

Devido à inserção maciça de representações da iniciativa privada, tanto nacional como estrangeira, nos processos decisórios arbitrados pela Anatel, distribuímos esses atores em seis sub-categorias: bancos, operadoras de telecomunicações, empresas de teleequipamentos, empresas de radiodifusão, escritórios de advocacia e consultorias. No total, cerca de 157 entidades privadas foram representadas, em diversas ocasiões, durante as audiências e consultas públicas, referidas na tabela acima, que se realizaram sob o auspício da agência reguladora. Desse universo tem-se: 14 bancos, 64 operadoras de telecomunicações, 30 empresas de teleequipamentos, 24 consultorias, 20 escritórios de advocacia e 14 empresas de radiodifusão.

Em relação aos demais atores, relacionamos 53 usuários-cidadãos, cinco associações de classe e 28 representantes do público estatal.

## Conclusão

Historicamente, na trajetória de institucionalização das Comunicações no Brasil nunca houve mecanismos dispostos na legislação de telecomunicações que apontassem para a participação da população em processos decisórios no âmbito desse macro-setor. Hoje, no entanto, apesar da total venda das operadoras de telecomunicações à iniciativa privada temos, a partir da criação da Lei Geral de Telecomunicações, que distinguiu radiodifusão de serviços de telecomunicações e do surgimento do órgão regulador setorial a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, possibilidades normativas para subsidiar a participação do cidadão brasileiro nos processos decisórios que incidem sobre o setor de telecomunicações.

É a partir desse ambiente regulatório que pautamos a nossa consideração da possibilidade de instauração de um controle social que permite ao público também participar ativamente das atividades do setor como agente regulador para além do Estado e do mercado, interferindo nos processos normativos coordenados pela Anatel.

Antes, no entanto, de nos referirmos aos espaços de atuação cidadã, vale ressaltar que essas esferas são, fundamentalmente, povoadas por grupos de interesse que representam a lógica dos interesses econômicos particularistas, sobretudo as Consultas Públicas e as Audiências Públicas. Esses grupos defendem interesses privados específicos, em geral, de organizações empresariais e ainda participam dos processos decisórios representações de interesses específicos que vêm da esfera estatal. Esses grupos de interesses têm uma visão corporativista, podem organizar-se em lobbies e se apropriam de espaços em função de suas expectativas particularistas.

A análise dos dados das Consultas Públicas e das Audiências Públicas, realizadas pela Anatel, referentes ao público que efetivamente participa desses circuitos, aponta que em grande parte, os atores que intervêm nos dois espaços são aqueles atrelados à esfera privada, impulsionado por interesses econômicos.

A participação do usuário-cidadão é mínima e tímida e sobre essa constatação, suspeitamos que qualquer cidadão só se sente apto a participar desses espaços públicos mencionados, à medida que tem acesso a informações e conhecimentos que o habilitam a tomar parte num processo decisório. Sem esses requisitos, sua intervenção em processos decisórios com forte cunho técnico é quase nula, porque é fundamental que o contribuinte tenha conhecimentos específicos sobre o tema que está em consulta pública e exposto nas audiências. Ou seja, que tenha certos conhecimentos específicos que influenciam na tomada de decisões tecno-econômicas. Essas intervenções, sobretudo por parte das empresas, obedecem a dois conceitos: os paradigmas e trajetórias tecnológicas.

No momento, a grande preocupação nossa é justamente o estabelecimento de um equilíbrio no exercício do controle da prestação de serviços públicos referentes ao setor de telecomunicações, que contemple as esferas pública estatal, pública/social e privada no processo de descentralização operacional e normativa regulatória do setor. Na visão do governo, a formulação de políticas públicas não deve ficar descentralizada, mas o que pode ser objeto de controle social é a forma de execução dos serviços públicos. Apesar das possibilidades normativas, verificadas na Lei Geral de Telecomunicações e no Regimento Interno da agência, para o exercício de um controle social sobre o que está sendo executado pelas operadoras de telecomunicações e decidido no âmbito da Anatel não é de fato uma expressão absoluta de democracia. O reconhecimento dos mecanismos de controle público no Sistema de Telecomunicações no Brasil, mapeados nesta pesquisa, ainda não revela a participação popular nesses processos, já que esse público não opina no processo de concepção de políticas públicas, tarefa exclusivamente reservada ao Executivo, mais precisamente ao Ministério das Comunicações.

## Notas

<sup>1</sup> Edith Brenac (1997), deixa bem claro que as privatizações assistidas em países latino-americanos, por exemplo, têm base nas pressões de forças capitalistas internas e externas. Na verdade, se traduziram em meio dos Estados cumprirem o receituário de organismos financeiros internacionais, FMI, Banco Mundial. O argumento neoliberal mais comum é de que a máquina estatal não teria competência administrativa e suporte financeiro para investir em

sistemas tecnologicamente mais sofisticados de telecomunicações. Com a entrada no setor do capital estrangeiro essa limitação tecnológica e administrativa seria superada, além de haver uma competitividade no setor, o que só iria beneficiar o usuário, na verdade, sobretudo o grande usuário. Mas, aqui, não vamos entrar no mérito das vantagens e desvantagens da privatização das telecomunicações, nossa preocupação é apontar qual o grau de participação do público-não estatal dentro do novo modelo de regulação do setor no Brasil.

<sup>2</sup> Comunicações, nos termos do Prof. Murilo César Ramos, pesquisador, M.D. da Faculdade de Comunicação da UnB, é um campo convergente das telecomunicações, da Comunicação Social e mais recente, das redes de informática.

<sup>3</sup> O Conselho Diretor da Anatel, segundo lhe permite a LGT (art. 22), conduz o processo de revogação do Regimento Interno da Anatel, de 17 de dezembro de 1997, a partir de comentários recebidos em consulta pública, nº 154, que recebeu comentários e sugestões para alterar o RI do órgão regulador, tendo o novo documento sido aprovado em novembro de 1999, entrando em vigor em 01 de janeiro deste ano.

<sup>4</sup> A Sala do Cidadão é um espaço público que a Anatel disponibiliza nas suas representações pelo país, cujo principal propósito é promover a interação com o usuário para assegurar um maior acesso desse ator às informações do banco de dados da Anatel.

<sup>5</sup> O Centro de Atendimento ao Usuário, serviço 0800, foi criado em 1998 e tem por finalidade servir de canal de comunicação entre a Agência e a sociedade.

<sup>6</sup> **Consultas Públicas:** 241- Proposta de Diretrizes para Implementação do Serviço Móvel Pessoal- SMP; 224- Proposta de Edital de Licitação para Exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do Público em geral – STFC; 198- Utilização de Faixas de Freqüências para Prestação de Serviços de Comunicações Móveis Terrestres; 14- Modelos de Contrato de Concessões para prestação do STFC; 291- Utilização da Tecnologia Digital na Transmissão Terrestre de Televisão; Designação de Código de Seleção de Prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado Designado ao uso do público em geral – STFC.

<sup>7</sup> **Audiências Públicas** (data dos eventos): 20/07/2000; 21/02/2000; 16/12/1999; 24/03/1998; 29/05/ 2001; 24/02/2000 (Esclarecimentos relativos à legislação do setor de telecomunicações) e 02/03/1999.

## REFERÊNCIAS

AGUILLAR, Fernando Herren. **Controle Social de Serviços Públicos**, São Paulo: Max Limonad, 1999.

BARRETO, Maria Inês. As organizações sociais na reforma do estado brasileiro. In: GRAU, Nuria e PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O público não estatal na reforma do Estado**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BRASIL. Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações. Resolução nº 001, de 17 de dezembro. **Agência Nacional de Telecomunicações**. Disponível em: [www.anatel.gov.br/biblioteca](http://www.anatel.gov.br/biblioteca), Brasília – DF. Acesso em setembro de 1997.

BRASIL. Regulamento dos Serviços de Telecomunicações. Anexo à Resolução nº73, de 25 de novembro. **Agência Nacional de Telecomunicações**. Disponível em: [www.anatel.gov.br/biblioteca](http://www.anatel.gov.br/biblioteca), Brasília – DF. Acesso em outubro de 1998.

BOLAÑO, César (org). **Privatização das Telecomunicações na Europa e na América Latina**, Aracaju:EDUFS, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Uma análise do projeto de Lei Geral de Telecomunicações**. Artigo apresentado no XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM, Santos- São Paulo, setembro, 1997b. Mimeografado

BRENAC, Edith . O Movimento da Privatização/Desregulamentação na Europa: contrastes da reestruturação da ação estatal. O exemplo das telecomunicações. In: BOLAÑO, César (org). **Privatização das Telecomunicações na Europa e na América Latina**, Aracaju-SE:EDUFS, 1997.

BRUMER, Anita e BAUMGARTEN, Maíra. Entre o cidadão e o Estado: sociedade civil e gestão pública. In: **Sociedade Civil e Estado social**, Revista semestral do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS, Ano 2 - n. 3, Porto Alegre: IFCH/UFRGS, jan/jun de 2000.

CASTEL, Robert. A escolha do Estado social. In: **Sociedade Civil e Estado social**, Revista semestral do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS, Ano 2 - n. 3, Porto Alegre: IFCH/UFRGS, jan/jun de 2000.

GARCÍA, Olga Gil. **Políticas Públicas de Regulación de Telecomunicaciones**: las instituciones políticas, sociales y económicas como condicionantes de la economía, Instituto Universitario Ortega y Gasset: América Latina Contemporânea, 1996. Mimeografado.

GRAU, Nuria e PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O público não estatal na reforma do Estado**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HILLS, Jill. **O Banco Mundial e a privatização das Telecomunicações**, 1993. Mimeografado.

LEAL, Sayonara de Amorim Gonçalves. Sistema de Telecomunicações Brasileiras Anos 80 e 90: o movimento em torno da quebra do monopólio estatal. In: **Cambiassu-Estudos em Comunicação**, São Luís, Vol. VII, n° 1, jan/jun de 1997.

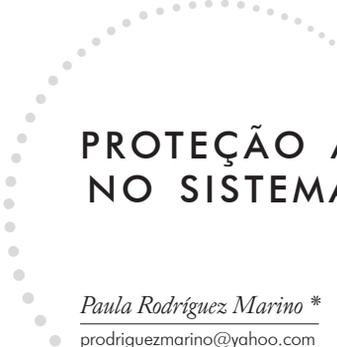
LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Ministério das Comunicações. Disponível em: <[www.mc.org.br](http://www.mc.org.br)>. Acesso em: julho de 1997.

RAMOS, Murilo César. As políticas nacionais de Comunicação e a crise dos paradigmas, Faculdade de Comunicação/UnB, Brasília, 1999.

REGIMENTO INTERNO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Resolução n° 197, de 16 de dezembro de 1999. **Agência Nacional de Telecomunicações**.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalism: as políticas sociais e o Estado democrático**, Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1995.

SORJ, Bernardo. **A nova Sociedade Brasileira**, Rio de Janeiro: Zahar, 2000.



# PROTEÇÃO À INFÂNCIA E LEGISLAÇÃO NO SISTEMA TELEVISIVO ARGENTINO<sup>1</sup>

*Paula Rodríguez Marino* \*

prodriguezmarino@yahoo.com

## Introdução

Até hoje, após a reinstalação da democracia em dezembro de 1983, a Argentina conserva a legislação de proteção a infância na radiodifusão herdada do governo militar, mesmo que neste ano um projeto para uma nova Lei de Radiodifusão tenha sido elaborada pelo Comitê Federal de Radiodifusión (COMFER) e enviada ao Parlamento.

As possibilidades atuais de legislar sobre os conteúdos nos meios de comunicação estão em relação com algumas questões ligadas aos processos econômicos (a conformação dos grupos multimeios e as sucessivas crises econômicas) e fatores políticos específicos da Argentina: por um lado, a falta de capacidade dos partidos políticos no governo para legislar sobre meios de comunicação ou sua complicidade com as pretensões dos empresários de meios de comunicação, as agências de publicidade e os produtores de conteúdos (Landi, 1989, p.176-179). Por outro, a relação complexa que se estabelece entre liberdade de expressão, censura e intervenção do Estado na sociedade civil após a última ditadura militar (1976-1983), somada à incapacidade dos organismos estatais para instalar esta discussão na sociedade civil.

---

\* Mestre em Comunicação e Informação (UFRGS). Docente de Ciências da Comunicação Social, Faculdade de Ciências Sociais (UBA).

A legislação argentina de radiodifusão e de proteção a infância é o resultado da pressão política de empresas audiovisuais e de produtores de televisão como também das exigências do mercado que tendem a favorecer as empresas comerciais. Essas pressões e dificuldades formam parte do debate, que aparece em diferentes cenários da esfera pública, sobre o vínculo entre a censura prévia, a liberdade de expressão e as obrigações e limites do papel do Estado como regulador. As decisões tomadas nos últimos vinte anos no que se refere à regulamentação dos meios de comunicação com vistas à proteção a infância não podem ser explicadas, porém, apenas do ponto de vista econômico.

## O organismo regulador

No sistema de televisão argentino, o COMFER (Comité Federal de Radiodifusão) é o organismo encarregado do vigiar o cumprimento da Lei de Radiodifusão 22.285/80, devendo, portanto, controlar o conteúdo da programação argentina, tanto nos rádios e canais privados quanto nos estatais, segundo a legislação pertinente. Assim, a programação na televisão argentina deveria ter como objetivo a o “bem comum e o progresso das pessoas”; contribuir a riqueza cultural e educativa da população e promover a participação (Ley 22.285, Art.14) que posteriormente foi anulado pelo presidente Menem.

O COMFER foi criado em agosto de 1972 durante o governo militar do Gral. Lanusse<sup>2</sup>, a pesar que não tem faculdades legislativas, mas pode propor ao Congresso Nacional linhas gerais para uma lei de radiodifusão. Tem a função de supervisionar os aspectos culturales, artísticos, comerciais e técnicos dos sistemas de radiodifusão; assim como, fiscalizar a programação emitida e de qualificar os conteúdos das emissões como “Aptas para todo Público”, “Não aptas para menores de 16 anos” ou “Não aptas para menores de 18 anos”. Este último tipo de programação não pode ser transmitido pelo sistema de televisão massiva, nem pelo sistema de televisão a cabo, exceto nos canais codificados (Ley 22.285, Art.17).

O COMFER encarrega-se de garantir também a proteção das crianças – os conteúdos dirigidos ao público infantil dependem do “horário de proteção ao menor”, estabelecido entre às 8 e às 22h. O organismo aplica sanções aos canais que violem este horário, transmitindo programação “imprópria” ou antecipando o horário de adultos (Ley 22.285/80). As violações do “horário de proteção ao menor” são consideradas “faltas graves” e recomenda-se a sanção mais severa. Também constituem “faltas graves” a transmissão, dentro ou fora desse horário, de conteúdos pornográficos, que não tenham tido qualificação prévia (Res. 0626/98).

As emissoras, os programadores, as agências de publicidade ou os produtores de televisão podem ser multados pelo COMFER e, inclusive, o organismo tem a faculdade de tirando ar aqueles programas ou publicidades consideradas inconvenientes para esse horário. (ibid; Decreto 286/81).

Como se sabe, durante a última ditadura militar (1976-1983), esse Conselho havia se transformado num dos órgãos da censura, proibindo aquilo que se considerava atentado à “moral” ou que contrariasse a política oficial do governo. Na transição democrática, no governo Alfonsín, o COMFER sofreu intervenção porque se considerava que a sua composição não era democrática. Ainda hoje, no governo De la Rúa, o COMFER mantém a figura do interventor.

## **Horário de proteção ao menor**

No “horário de proteção ao menor” das 8 às 22h, são proibidas cenas consideradas não recomendáveis para as crianças, seja devido à violência ou sexo. O COMFER cuida para que estas normas sejam cumpridas, habilitando-se, igualmente a exigir mudança de horário de determinados programas.

Nesse horário (Ley 22.285, Art.17), a programação deve ser considerada “recomendada para todo o público” (ATP). A maior parte dos canais da Capital Federal nem sempre explicitam, porém, quais são os programas que ficam fora ou dentro desta qualificação. Visto que o COMFER – e nenhuma outra instituição ou organismo- pode exercer a censura

prévia- segundo a Constituição Nacional -, é muito difícil determinar, de uma maneira geral se é ou não recomendável para todos os públicos, visto que alguns programas vão ao ar apenas depois de triados. Mas o COMFER tem a obrigação de revisar periodicamente a programação de emissoras de rádio e de televisão, estipulando que um programa seja catalogado como “não conveniente” para menores sem a presença dos pais (ATPC ) ou como “inconveniente” para menores de 16 anos.

Depois das 20 e até as 22h os programas transmitidos podem ser ATPC, ou seja, que sejam assistidos com a presença dos pais, os quais devem explicar aos pequenos telespectadores aquelas situações que forem consideradas de difícil compreensão de acordo com a sua idade. Os pais podem também decidir que as crianças assistam sozinhas ou não permitir que vejam os programas veiculados neste horário (Ley 22.285, Art. 98).

A Lei de Radiodifusão fazia referência ao Código de Ética que os programadores estavam obrigados a cumprir, especialmente para os meios de radiodifusão, caracterizados como de interesse público (Ley 22.285, Art.5) – por exemplo no caso da televisão massiva - porém, esta menção foi eliminada pelo decreto 1005/99, no segundo governo Menem (Ley 22.285 y modificaciones). Apesar do artigo eliminado ser pouco preciso sobre um presumível “sentido ético” e da “formação cívica”, ou “tudo quanto degrade a condição humana”, a liberalização econômica do governo pretendia também liberar aos proprietários de rádio e de televisão de qualquer responsabilidade no âmbito da programação.

Apesar da regulamentação da lei estabelecer a proibição de programas ou antecipações de programas destinados aos adultos no horário de proteção ao menor, uma quantidade importante de estações de rádio e televisão viola esta proibição<sup>3</sup>. Uma das polêmicas existentes diz respeito à mudança entre aquilo que na década de ‘80 considerava-se como “não apto para público infantil” e as transformações sofridas na televisão e na sociedade argentina ao longo desses anos. Essa questão integra o argumento do COMFER para modificar o Projeto de Lei Radiodifusão de algumas das subdivisões no “Horário de Proteção ao Menor”, como o início do horário “Recomendado para todas as idades” a partir das 6h da manhã e estabelecer que no horário entre as 24h e as 6h poderiam ser veiculados conteúdos “Proibidos para Menores de 18 anos” (Art.64, inciso d). Esta mudança eliminaria o Art. 17

da Lei 22.285 e imporia grandes transformações, permitindo nos canais massivos, de televisão a cabo e por satélite, material até hoje restrito aos canais codificados de televisão a cabo.

Em resumo, o “Horário de Proteção ao Menor” também tem sido muito criticado, principalmente, porque os horários em que as crianças argentinas assistem televisão tem mudado e a faixa das 8 às 22h teria deixado de corresponder às formas e aos horários em que as crianças assistem televisão atualmente. Como coloca Merlo Flores – no seu estudo sobre recepção de programas televisivos das audiências infantis em Buenos Aires – *“El tan mentado horario de protección al menor pasa también a ser una utopía ya que es de 10 a 11 de la noche el punto máximo de audiencia infantil”* (2000, p. 107).

## O guia de conteúdos

Em 18 de outubro de 2000, as novas autoridades do COMFER designadas pelo governo do presidente De la Rúa fizeram um acordo com os representantes dos meios de radiodifusão, através da Associação de Telerradiodifusoras Argentinas (ATA) e alguns produtores independentes, agrupados na Câmara Argentina CAPIT, com o objetivo de “garantir os direitos das crianças” (Guía de Contenidos, 2000) e, teoricamente, ao mesmo tempo, de assegurar a liberdade de expressão. A defesa desta última é o argumento utilizado pelo ATA – que agrupa as empresas proprietárias dos canais de televisão massiva- e por outras entidades que representam aos empresários dos meios de comunicação para evitar as diretivas do COMFER e se opor a qualquer legislação sobre os conteúdos. O acordo denominado “Guia de conteúdos” pretende incorporar as modificações às lei feitas no decorrer dos anos e a sua regulamentação, assim como, também, torná-la harmônica em relação ao estabelecido pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças<sup>4</sup> e à reforma da Constituição Nacional em 1994, que inclui o Pacto de San José de Costa Rica.

O Guia estabelece certas exigências quanto ao uso da linguagem, entendendo que devem ser evitadas as expressões interpretadas como “violentas” ou “chulas”, trazendo, assim, “problemas de compreensão” para

as crianças ou levando-as a imitar o que é visto na televisão. No horário entre as 8h da manhã e às 20h da noite as expressões “vulgares” e “chulas” não podem ser utilizadas, se sua presença não estiver justificada como “articuladoras de sentido”.

Porém, apesar do Guia de Conteúdos ser produto de um acordo entre o COMFER e os representantes dos canais de televisão massiva, não existem garantias legais que assegurem o cumprimento dos alinhamentos gerais e as recomendações, por parte dos produtores e emissoras da televisão argentina.

Além disso, existe uma grande ambigüidade naquilo que pode ser considerado como “chulo” e “vulgar”, porque esses termos não aparecem detalhados no Guia de Conteúdos. Porém, o Guia parece ser mais específico no que respeita a transmissão das cenas de sexo nos programas da televisão massiva e naqueles conteúdos que ataquem ou menosprezam algum grupo ou setor social. Sobre isto último, o Guia adverte que se devem evitar os “juízos de valor discriminatórios, de menosprezo ou agressivos em relação a algum setor social”. Isto funciona como uma advertência porque o Guia é um simples acordo e não como uma obrigação, o que dificulta que seja respeitada.

Por outra parte, o acordo que originou o Guia de Conteúdos não está desligado das relações tensas que o COMFER manteve, historicamente, com os canais de televisão massiva, em sua maioria privados, desde a metade da década de 90. Os canais de televisão privada não estão dispostos a mudar com facilidade o tipo de linguagem utilizado num programa de sucesso, da mesma forma, que as autoridades atuais do COMFER pretendem ter cuidado em atuar, novamente, como organismo de censura, como aconteceu com este organismo durante a última ditadura militar. Um dos problemas, que aparentemente não tem sido solucionado até o momento, é o do equilíbrio nas funções do COMFER entre o seu papel de “fiscalizador” dos conteúdos transmitidos e de organismo com a obrigação de elaborar o Plano Nacional de Radiodifusão e, através dele, os elementos principais para as políticas na área.

Num sentido geral, o Guia não introduz novas modificações, permanecendo com aquelas contidas na Lei 22.285/80, na sua regulamentação, nas resoluções do COMFER e nos decretos que modificaram a lei,

originados no Poder Executivo Nacional. Em termos legais, o Guia não poderia fazer mudanças e, visto tratar-se de um acordo, depende da boa vontade das emissoras para ser cumprido.

Uma das variações mais importantes que o Guia de Conteúdos introduz é a subdivisão no horário de proteção ao menor, comportando uma: “Programação Recomendada para Todo Tipo de Público” (ATP), no horário situado entre as 8 e as 20 h. e um “Horário Recomendado para Todo Tipo de Público com a Presença dos Pais” (ATPC) entre as 20 e as 22h., abarcando o que é designado como “Horário de Proteção ao Menor”. Também propõe a criação de uma faixa horária, após o “Horário de Proteção ao Menor”, das 22 as 24h. de “Programas No Aptos para Menores de 16 anos”. Estes horários foram propostos com base na qualificação dos filmes elaborada pelo Instituto Nacional de Cinematografia Argentina (INCA) que identifica os produtos cinematográficos como “Recomendado para “Todo Público”, “Proibidos para Menores de 16 anos” e “Proibidos para Menores de 18 anos”.

O Guia de Conteúdos refere-se também à representação da violência permitida no horário ATP, onde se supõe que as crianças não assistam à televisão na companhia de adultos: o conteúdo violento, neste horário, deve se apresentar de tal forma que possa ser compreendido por todo tipo de público, incluindo-se aí os menores de idade. Mas fica excluída a possibilidade de apresentar cenas violentas de forma reiterada num mesmo programa, assim como estabelecer um nexos entre violência e sexualidade, ou veicular cenas violentas no trato com menores (Guía de Contenidos, 2000).

Da mesma forma, se estabelece um aumento gradativo das cenas de violência e de sexo permitidas no “Horário Apto para Todo Público com Presença dos Pais” (ATPC) e no horário de “Programas No Aptos para Menores de 16 anos”. Assim, é possível incluir o que a Guia define como “temáticas adultas”, fazer referência ao uso de drogas, além de incluir algumas cenas violentas, – mas não está permitida a pornografia, o incentivo à prostituição ou aos comportamentos sexuais perversos.

As recomendações e considerações do Guia de Conteúdos reaparecem no Projeto de Lei de Radiodifusão -preparado pelo COMFER e enviado pelo Poder Executivo Nacional ao Congresso – como por exemplo, a subdivisão do horário de proteção ao menor (Art.64). Também

neste Projeto se estabelece que a autoridade de aplicação – o COMFER seria substituído pela Comissão Nacional de Rádio e Televisão e pelo Conselho Federal de Rádio e Televisão – pode modificar o horário de proteção ao menor em razão de transformações culturais e sociais (Art. 64, inciso E). O projeto estabelece igualmente uma avaliação qualitativa dos conteúdos da programação, segundo a subdivisão de horários mencionadas no Art.64 e semelhantes às do Guia de Conteúdos. Os critérios e a metodologia deverão, porém, ser definidos logo que seja criado o organismo fiscalizador. Prevê-se que este organismo fiscalizador elabore um Guia de Conteúdos que segundo o Projeto de Lei, deverá obter um consenso entre os representantes das emissoras, dos “usuários”, do Conselho Nacional do Menor e da Família e de especialistas da Psicologia Infantil (Art.65).

Um mês após a assinatura do acordo entre o COMFER, CAPIT e ATA, ainda eram registradas infrações da lei e do Guia de Conteúdos, por parte dos canais de televisão a cabo, canais de televisão massivos e canais via satélite. As razões podem ser múltiplas, mas um fator determina o conflito de forças a favor dos canais de televisão e prejuízo do COMFER: quase todos os canais de televisão a cabo, satelitais e massivos tem, desde abril de 1999, uma dívida acumulada pelas multas por infrações. O COMFER estendeu o prazo para cancelar estas dívidas até o último dia de 2000. Além disso, o Poder Executivo Nacional prometeu assinar um decreto flexibilizando as condições de pagamento da dívida acumulada (Moreno, 2000). Isso fez com que os canais considerassem mais simples não respeitar a lei nem o acordo e continuar acumulando dívidas que mudar a programação, para assegurar manter altos níveis de audiência e benefícios em termos de publicidade. Só a partir de janeiro de 2001 os canais teriam a obrigação de pagar o que deviam (ibid.)

## **Crianças e sexo na TV**

Na regulamentação da Lei 22.285, aconselhava-se ao programador se abster de incluir “gestos, imagens ou expressões obscenas, de sentido equívoco”, o que dava lugar, de forma ambígua, à censura. A regulamentação da

lei é imprecisa a respeito das definições positivas, cujos conteúdos são apropriados para as audiências infantis e juvenis. Essa regulamentação estabelece que devem estar “de acordo com os interesses e as necessidades das crianças e dos jovens” e que até os programas de entretenimento devem apresentar aspectos formativos (Decreto 286/81, Cap. I, Art. I, Inciso e).

Da mesma forma, são proibidos programas que contenham obscenidades. O que a regulamentação da lei pareceria excluir é a apresentação de expressões lascivas ou de perversão sexual, assim como todo conteúdo que mostrasse o triunfo do mal sobre o bem ou que pudesse ser considerado como um “ataque à natalidade” (o que é ataque à natalidade?). Mas as expressões lascivas ou as cenas de perversão sexual são vetadas, recomendando-se que sejam excluídas da programação.

Boa parte dos detentores de licença para a exploração de sinais de televisão não respeita as recomendações e obrigações que a Lei 22.285 e o COMFER estabelecem sobre o cumprimento do “horário de proteção ao menor”. O COMFER define o não cumprimento do horário de proteção ao menor como uma “falta grave” – comparando-o com um *bom pai de família* – e definindo-o como “aqueles programas que emitem cenas obscenas, de sexo explícito ou nus completos em primeiro plano”. (Res. 0626/98).

Durante os primeiros anos do governo Alfonsín, apesar da falta de discussão pública exaustiva sobre a urgência de uma nova legislação de radiodifusão, as determinações do governo para acabar com a censura imposta pelo governo militar trouxeram desacordo entre o setor público, a Igreja Católica, os partidos políticos e alguns setores das Forças Armadas (Muraro, 153-154).

No governo De la Rúa, na segunda metade de 2000, a questão das cenas de sexo na televisão reapareceu com o Guia de Conteúdos, a instalação temporária de uma linha telefônica do COMFER para receber reclamações, queixas e opiniões sobre a programação e com o Projeto de Lei de Radiodifusão elaborado pelo organismo. Estabelece-se que as cenas de sexo devem estar inseridas na trama, no argumento ou bem que devem responder a um “marco científico ou educativo ou informativo” (Guía de Contenidos, 2000). Neste sentido, pretende-se evitar as cenas de sexo não justificadas pela cadeia de eventos narrativos.

Um estudo realizado pelo COMFER na cidade de Buenos Aires e na zona metropolitana em dezembro de 2000, revelou que 65% dos entrevistados consideram o sexo como um conteúdo a ser excluído da programação no horário de proteção ao menor, ocupando o primeiro lugar entre as preocupações, ficando a violência em terceiro (Lausan; Palacios, 2000, p.15). Ao mesmo tempo, uma porcentagem de entrevistados, quase idêntica à anterior, considerou que a maior parte dos programas não respeita o horário de proteção ao menor. Entre as opções para um controle mais severo dos conteúdos da televisão está a criação de um organismo específico (segundo 38,4%), que deveria ser estatal (42,8%). Só 27,3% acreditou que a auto-regulação dos conteúdos seria a melhor opção (ibid., p.17).

Apesar dessa exigência de controle sobre conteúdos referentes ao sexo na televisão aberta, mais da metade dos entrevistados opinou que deveriam ser permitidas as transmissões de cenas de sexo explícito ou “programação para adultos” após a meia-noite, tanto nos canais massivos quanto nos canais de televisão a cabo não codificados (ibidem, p. 21).

O Guia estabelece que nos programas adequados para todas as idades a sexualidade deve aparecer dentro da trama inserida na trama, como parte do argumento ou então dentro de um “marco científico ou educacional ou informativo” (Guía de Contenidos, 2000). Além disso, o Guia estabelece que nos programas de ficção transmitidos no horário ATP, a sexualidade deve ser sugerida e não explicitada, permitindo a “participação ativa do observador, que complementa a idéia erótica, incita a atividade imaginativa, a reflexão e a elaboração evitando-se o exibicionismo e a nudez” (Guía de Contenidos, 2000).

Desta forma a ambigüidade do Guia de Conteúdos persiste sobre o que poderia ou não ser transmitido, na medida em que existem dificuldades para determinar quando uma cena de sexo pode ser considerada “necessária” ou não; também fica confuso aquilo que o Guia define como sexualidade, sem estabelecer uma distinção com as cenas de sexo propriamente ditas.

A partir das 22h, os programas passam a ser considerados não adequados para menores de 16 anos. Nesse caso, podem apresentar cenas com personagens nus, sem que, no entanto, mostrem os órgãos genitais ou

traga de conteúdos pornográficos ou cenas de sexo explícito. Este tipo de cena está excluída da programação argentina pela lei em qualquer horário, porque são consideradas como programação proibida para menores de 18 anos, que fica excluída da televisão massiva pelo artigo 17 da Lei 22.285<sup>5</sup>. Também não é permitido apresentar conteúdos considerados obscenos, nem atitudes ou condutas sexuais perversas ( Guia de Contenidos, 2000).

As restrições previstas no artigo 17 da Lei 22.285 desapareceriam com a aprovação do Projeto de Lei de Radiodifusão que está no Congresso. Ao mesmo tempo, traz a possibilidade de exibição deste tipo de conteúdo nos canais da televisão massiva- já não limitados aos canais “eróticos” codificados – a partir das 24h (Art.64). Porém, persiste a exclusão de qualquer tipo de material pornográfico nos sistemas de televisão massiva, via satélite ou de televisão a cabo não codificados (Art.55). Em linhas gerais, o Projeto não se opõe às limitações contidas no Guia de Conteúdos, a respeito da apresentação de corpos nus e de cenas de sexo explícito.

## **Crianças e violência na televisão**

A legislação argentina sobre os conteúdos na radiodifusão é menos específica a respeito da violência que com referência às cenas de sexo ou àquelas consideradas pornográficas. Em linhas gerais, ela estabelece que deve ser evitada qualquer apologia do delito ou da violência(Art. 2, inciso g).

No Guia de Conteúdos elaborado pelo COMFER, considera-se que as manifestações violentas podem responder tanto ao comportamento verbal quanto ao paralingüístico, incluindo a violência física, psíquica, emocional e sexual (Guía de Contenidos, 2000). Apesar de que, no horário ATP, compreendido entre as 8h e as 20 h, as cenas que apresentam formas de violência reiteradas ou programas que tenham a violência como eixo central não estão permitidos. A violência não pode igualmente aparecer na faixa horária seguinte, das 20h as 22h.

Os programas da faixa horária entre às 22h e às 24h, considerada como de “Programação Não Apta para Menores de 16 anos” podem conter conteúdos violentos dentro dos programas considerados com temas

dirigidos aos adultos, mas devem ser excluídos aqueles que impliquem agressões a um grupo ou setor social. As atitudes discriminatórias não são permitidas em nenhum horário, assim como qualquer comportamentos que possa resultar degradante e atente contra a dignidade dos sujeitos ou de um setor social (Guía de Contenidos, 2000)

De certa forma, esta subdivisão de horários legitima algumas representações e cenas violentas que já tinham sido veiculadas nos canais abertos de televisão na Argentina mas que não estão conforme as exigências da Lei 22.285. O argumento utilizado pelo COMFER é que a legislação não contemplava as transformações produzidas na sociedade argentina, baseada, então, no ideário da ditadura militar. Porém, é preciso considerar que o acordo de auto-regulamentação foi assinado com a Associação de Emissoras de Rádio de Televisão Argentinas (ATA) e com a Câmara Argentina de Produtoras Independentes de Televisão (CAPIT), a permissão para veicular cenas com conteúdo violento e sexual, graduado segundo diferentes faixas horárias, não é prejudicial para a indústria televisiva. Pelo contrário, a indústria televisiva procura não modificar as linhas gerais seguidas até o momento e, inclusive, têm interesse em ampliar a quantidade de cenas violentas e de sexo transmitidas após as 22h.

Esta estratégia do COMFER se manteria com a aprovação do Projeto de Lei de Radiodifusão, elaborado por este organismo em 2000 (Clarín, 2000, p.42) e enviado ao Congresso em abril de 2001. Esse projeto não introduz grandes variações na legislação a respeito dos conteúdos violentos na televisão, apesar definir com maior precisão alguns aspectos da violência. Ele estabelece, por exemplo, que nenhuma transmissão poderá conter temas que violem as disposições de proteção à infância. Da mesma forma, ficavam excluídos os conteúdos pornográficos da televisão massiva (Art.55).

## **Criança, publicidade e discriminação na televisão**

Poucas são as normas específicas sobre a restrições a publicidade, inclusive na legislação argentina que busca proteger os interesses e necessidades das crianças. A diferença de outros países, como o Canadá ou

vários países europeus, na Argentina parece não questionar-se a possibilidade de emitir publicidades para o público infantil, seja de produtos destinados a ele ou não. A Lei Federal de Radiodifusão determinava que as publicidades deviam corresponder aos “*critérios éticos e estéticos não inerentes à integridade da família e à moral cristã*” (Art.23). Porém, este artigo foi substituído pelo decreto 1005/99. Em geral, foram mantidos vários artigos restritivos da publicidade e dos conteúdos discriminatórios como constavam na versão original, exceto modificações posteriores, como as impostas pelo decreto 1005/99.

A mesma lei previa a suspensão da publicidade e a proibição de ser transmitida num período de 1 hora até 30 dias (Art.84). Ao igual que no caso de outro tipo de programação, incluso a de conteúdo discriminatório, o COMFER está obrigado a seguir diante de uma infração à lei o mesmo procedimento (“chamado de atenção”, “apercibimento”, “multa” e “suspensão” ou “perda da concessão” (Art.81).

Em geral, aplica-se à publicidade as mesmas normas que qualquer outro tipo de conteúdo da programação. A publicidade que contenha corpos nus totais ou parcialmente, cenas de sexo explícito, textos ou imagens obscenas ou pornográficas, de extrema violência ou “discriminação em qualquer aspecto”, são considerados faltas graves e não podem ser transmitidos no “Horário de Proteção ao Menor” (Res. 0626/98, Art. 5, inciso a e inciso c).

Com respeito especificamente à publicidade, a Lei 22.285 determina que as publicidades de produtos e serviços destinados às crianças ou jovens (menores de 18 anos) não devem despertar expectativas inconscientes ou abusar da credulidade (Art.4). Os programas com conteúdos discriminatórios (Res. 0626/98, Art. 5, inciso a) não podem ser veiculados durante esses horários porque sua exibição seria considerada “falta grave”, por violar a Lei de Radiodifusão 22.285.

O Guia aconselha que seja evitado um tipo de linguagem tal como “valorações discriminatórias, desclassificatórias ou agressivas para qualquer setor da sociedade”. Dentro do horário “Apto para Tudo Público” e naquele que se refere ao horário de “temáticas adultas”, não é permitido expor a intimidade das pessoas ou que atentem contra sua dignidade (Guía de contenidos, 2000).

Em horários ATPC (entre as 20h e as 22h) e “Não aptos para menores de 16 anos” (entre as 22h e as 24h) excluem-se os conteúdos que impliquem a “degradação humana”, a “morbidez” ou que constituam um ataque aos valores culturais de qualquer grupo social (ibid.) Algumas precisões podem ser encontradas no guia de conteúdos e no Projeto de Lei de Radiodifusão: os serviços de radiodifusão, básicos e complementares, devem respeitar os direitos da infância, da juventude, da velhice e das minorias (Art.3, inciso f).

Sobre a publicidade e a exclusão de conteúdos discriminatórios, o Projeto também determina que os conteúdos devem atender ao respeito e igualdade de direitos, a pluralidade de culturas existentes na sociedade argentina e “*Em especial o direito das pessoas de não serem discriminadas*” (Art.55, inciso A). Da mesma forma, indicam que não deve existir nenhum tipo de limitação específica à programação destinada a certos grupos étnicos, religiosos, sociais ou culturais, além das considerações gerais sobre a programação estabelecidos pela lei. Assim, por exemplo, é garantida a possibilidade de transmissão de programas em línguas autóctones, destinados a coletividades (Art.56, inciso D) e a obrigação de que pelo menos um dos telejornais faça uma tradução em idioma gestual para surdos ou legendado (Art. 56).

Estes aspectos tinham sido considerados, num sentido geral, pela Lei 22.285 – é também pela Lei Federal de Educação do governo Menem – no diz respeito das diferenças religiosas e dos grupos aborígenes; no Projeto de Lei do COMFER introduz-se, assim como na Lei Federal de Educação, o conceito de etnia, mas sem explicitá-lo.

## Conclusões

Na legislação da radiodifusão argentina a proteção à infância é articulada a través do “Horário de Proteção ao Menor”, mas sem ter um organismo específico para atender os conteúdos da programação infantil. Isto é produto tanto da falta de uma nova legislação como das mudanças nas concepções sobre meios de comunicação nos governos Alfonsín, Menem e De la Rúa. Estas diferenças afetaram a atuação do COMFER e possibilidade de estabelecer um controle sem censura.

O Guia de conteúdos, do mesmo modo que o Projeto de Lei de Radiodifusão, não muda muitos dos aspectos essenciais da Lei Federal de Radiodifusão elaborada durante a última ditadura militar. Não obstante, algumas questões têm sido incorporadas no Projeto<sup>6</sup>, como um maior respeito e especificidade sobre os conteúdos que atentem contra algum dos diversos grupos sociais na sociedade argentina.

A partir do caso da legislação argentina sobre o tema, pode-se afirmar que é necessário que o debate sobre os conteúdos violentos, discriminatórios ou sexuais na programação envolva diversos setores da sociedade civil. Nesta discussão o Estado não pode reagir apenas às exigências do mercado, dos programadores, das emissoras ou dos produtores de programas televisivos. É isto o que tem acontecido na Argentina durante a maior parte dos governos democráticos dos últimos vinte anos. Assim mesmo, o Estado não pode recuar e abandonar suas funções de fiscalizador, aquele que garante os direitos dos cidadãos, resistindo às pressões de grupos religiosos, partidos políticos ou associações empresariais.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo fez parte do Projeto “Legislação e Proteção a Infância no Sistema Televisivo de Seis Países”, com apoio CNPq e localizado no Núcleo de Pesquisa em Mídia no Cone Sul, FABICO- UFRGS e dirigido pelo Prof. Dr. Sérgio Capparelli (Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS).

<sup>2</sup> O COMFER foi criado a partir da Lei Nacional de Telecomunicações 19.798, que continha um apartado (V) dedicado à Radiofusão e que estava insperida e articulada pela “Doutrina da Seguridade Nacional” que promulgava a defesa da nação frente ao “inimigo interior” e o “inimigo exterior” e que foi eliminado. Os meios de comunicação deviam cumprir o papel de “proteger” o território nacional e a sociedade (Vázquez Villanueva e Vitale, 2001, p. 2).

<sup>3</sup> Em dezembro de 2000 os canais de televisão massiva tinham cometido 27 infrações – a maior quantidade era de Telefé (canal 11) e Azul TV (canal 9)- e os canais de televisão a cabo e satelital 92 (Reinoso, 2000).

<sup>4</sup> A Convenção exige aos Estados a elaborar linhamentos para proteger as crianças contra a informação e o material que seja prejudicial para elas. Assim como também, ressalta o fomento do potencial social dos meios de comunicação no desenvolvimento das crianças (Innocenti Digest 2, 1999, p. 16)

<sup>5</sup> Este artigo foi modificado em 20 de julho de 1993, no primeiro governo Menem, através do Artigo 1 da Lei 24.232 mas assim mesmo, a restrição aos conteúdos “não apto para menores de 18 anos” continua em vigência até a aprovação e regulamentação do Projeto de Lei de Radiodifusão elaborado pelo COMFER, que elimina esta proibição. Vid. Decreto-ley de Radiodifusión n° 22.285 y modificaciones, 15 setembro 1980. **Honorable Cámara de Diputados de la Nación**. Disponível em: <[http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/cceinformatica/Leyes/ley\\_22285.html](http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/cceinformatica/Leyes/ley_22285.html)>. Acesso em: 20 jun. 2000.

<sup>6</sup> O Projeto elaborado pelo COMFER continua no congresso, porém sem muitas possibilidades de ser aprovado. O governo Duhalde ainda não sancionou uma nova lei de radiodifusão, nem até hoje o governo Kirchner.

## REFERÊNCIAS

IMÁGENES y juguetes violentos. **Innocenti Digest**, Florencia, n. 2, avr. 1999, p.16.

COMFER presentó el martes proyecto de Ley de Radiodifusión. **Clarín**, Buenos Aires. 12 setembro de 2000, p.42.

ARGENTINA. Decreto 1005/99. Modificadorio de la Ley 22.285, 24 setembro 1999, **Circular ATVC**, n° 151, Buenos Aires, 30 set. 1999. Disponível em: <[http://www.atvc.org.ar/novedades/page\\_27.htm](http://www.atvc.org.ar/novedades/page_27.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2000.

ARGENTINA. Decreto 286/81. Reglamentación de la Ley de Radiodifusión 22.285, 18 fevereiro 1981, **Comité Federal de Radiodifusión**. Disponível em: <<http://www.comfer.gov.ar/pdf/28681.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2000.

ARGENTINA. Decreto-ley de Radiodifusión n° 22.285 y modificaciones, 15 setembro 1980. **Honorable Cámara de Diputados de la Nación**. Disponível em: <[http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/cceinformatica/Leyes/ley\\_22285.html](http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/cceinformatica/Leyes/ley_22285.html)>. Acesso em: 20 jun. 2000.

ARGENTINA. Ley Federal de Educación n° 24.195, 14 abril 1993. **Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología**. Disponível em: <<http://www.me.gov.ar/leyfederal/>>. Acesso em: 6 jun. 2000.

COMITÉ FEDERAL DE RADIODIFUSIÓN (COMFER). Proyecto de Ley de Radiodifusión, 12 setembro 2000. **Radio & Televisión Americana**. Disponível em: <<http://rtawww\saldos\anteley.html>>. Acesso em: 10 mai. 2001.

COMITÉ FEDERAL DE RADIODIFUSIÓN (COMFER). Resolución 0626/98, 9 outubro 1998. Disponível em: <<http://www.comfer.gov.ar/pdf/62698.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2000.

COMITÉ FEDERAL DE RADIODIFUSIÓN (COMFER), Guía de Contenidos, 18 out. 2000. Disponível em: <<http://www.comfer.gov.ar/ley/guiatv.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2000.

LANDI, Oscar. “Medios de comunicacion, procesos culturales y sistemas políticos” In: FOX, Elizabeth (ed.). **Medios de Comunicación y Política en América Latina. La lucha por la democracia**. México: Gustavo Gilli, 1989, p. 172-183.

LAUSAN, Eduardo; Palacios, Diego. Síntesis del estudio: Percepción de las características de las emisiones televisivas en la población de la Capital Federal y del Conurbano Bonaerense.

**Comité Federal de Radiodifusión (COMFER)**, Buenos Aires, dez. 2000. Disponible em: <<http://www.comfer.gov.ar/publi/pdf/capfed.pdf>> Acceso em: 12 fev. 2001.

MERLO FLORES, TATIANA. **El impacto social de la imagen**. Buenos Aires: Ediciones de la Universidad Católica Argentina, 2000.

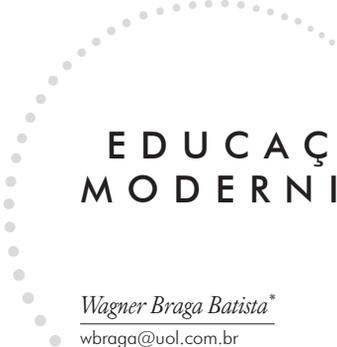
MORENO, Miriam. La TV protege pero no mucho. **La Nación**, Buenos Aires, 2 dez. 2000. Disponible em: <<http://www.lancion.com.ar/00/12/03/s01.htm>> . Acceso em: 20 jan. 2001

MURARO, Heriberto, "Dictadura y transición a la democracia: Argentina, 1973-1986" In: FOX, Elizabeth (ed.). **Medios de Comunicación y Política en América Latina. La lucha por la democracia**. México: Gustavo Gilli, 1989, p. 146-156.

REINOSO, Susana. Interés del público en opinar sobre la TV. **La Nación**, Buenos Aires, 20 nov. de 2000. Disponible em: <<http://www.lancion.com.ar/00/11/21/c08.htm>> . Acceso em: 20 jan. 2001.

ROSSI, Diego; Reffle, Verónica. **La Radiodifusión en el Menemismo. De cambios y continuidades**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1993. Mimeografiado.

VILLANUEVA, Graciana; VITALE, María Alejandra. **Supuestos Político-Ideológicos de las Reglamentaciones sobre Radiodifusión en la Argentina**. Comité Federal de Radiodifusión (COMFER). Disponible em: <<http://www.comfer.gov.ar/publi/pdf/supuestos.pdf>> . Acceso em: 10 jan. 2001.



# EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E MODERNIZAÇÃO REGRESSIVA

*Wagner Braga Batista\**

wbraga@uol.com.br

## A relevância do ensino a distância

A educação distância é atividade milenar. Sua destinação comercial tem início no século XVIII.<sup>1</sup> A restauração liberal, no último quartel do século XX, aprofunda a privatização do ensino e o uso comercial da educação a distância. Neste processo, consórcios transnacionais disputam mercados periféricos. Recorrem a diversas estratégias para consolidar sua presença em continentes e países do hemisfério sul. São beneficiados por agências financeiras multilaterais que financiam a modernização tecnológica como resposta a carências educacionais.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID e o Banco Mundial- BIRD direta e indiretamente fomentaram investimentos privados em educação. Por meio de programas focalizados direcionam investimentos governamentais para a educação compensatória. Educação voltada à atenuar conflitos, à minimizar os efeitos da exclusão social e à assegurar a governabilidade em condições adversas. Através da *Internacional Finance Corporation- IFC*, o BIRD intensificou o financiamento de empresas privadas na área da saúde e da educação.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Desenho Industrial, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Campina Grande.

Defendendo a prioridade do ensino fundamental, políticas liberais promovem o remanejamento de recursos públicos e reservam os níveis avançados para investidores privados. A modernização conservadora reclama reformas educacionais. Sob os auspícios de agências multilaterais são empreendidas por governos liberais. Seus traços são semelhantes em 22 países periféricos.

A viabilidade das propostas liberais está associada a pré-requisitos. Entre outros, ideológicos (disseminação do ensino a distância expressão de modernidade, de autonomia, de empreendedorismo, de educação continuada, de atualização permanente e de empregabilidade), políticos (exigência de dispositivos que forneçam sustentação, legitimidade e visibilidade ao ensino a distância) e econômicos (recursos públicos e privados para a implementação de programas).

Estas considerações iniciais soam como advertências. O ensino a distância é imprescindível para a expansão da rede pública. A educação pública contemporânea não pode abstrair as novas tecnologias. A conformação de implementos técnico-pedagógicos a projetos educacionais revolucionários é um desafio. Os educadores comprometidos com a educação pública não devem se furtar a enfrentá-lo. O discurso apologético, que celebra as potencialidades técnicas e não examina suas injunções socioeconômicas, bem como a postura cética, que aponta inexoráveis desempenhos do ensino a distância, inibem a intervenção crítica. São igualmente paralisantes e não contribuem para a formulação de políticas de ensino público a distância.

As políticas educacionais não são monolíticas, homogêneas ou irreversíveis. Combinam diferentes interesses sociais. São espaços de conflito social. Passíveis de rearranjos e de transformações. Contudo, a mudança de padrões educacionais não é fruto do empirismo. Demanda teorias e práticas pedagógicas consistentes. As alternativas para a educação pública exigem escrupuloso exame crítico e práticas educacionais convincentes. A execração do ensino a distância inabilita educadores e beneficia forças de mercado que apostam na sua comercialização.

## O caráter regressivo do ensino a distância

Apropriado pela ideologia liberal o ensino a distância sofre digressões. Objetivos educacionais são subordinados à lógica mercantil. O recurso às novas tecnologias canaliza o ensejo de modernização do ensino.

A restauração liberal, ao mesmo tempo em que coloca em questão a centralidade do trabalho, confere relevância às tecnologias, ao conhecimento e a educação. Sugere que as tecnologias e a educação constituem as principais alternativas para a eliminação de desigualdades sociais. Sob a influência liberal e sob os auspícios de agências financeiras multilaterais, a educação ganha destaque em programas de governo. Políticas educacionais integram-se à agenda liberal como forças impulsionadoras do desenvolvimento social. As políticas de governo exacerbam resultados educacionais. Estratégias publicitárias são acionadas com este propósito. Destacam a eficácia gerencial, a descentralização administrativa, a redução de custos, o aumento da cobertura educacional, a modernização do ensino, entre outros aspectos. Nesta inflexão, o ensino a distância aprimora o sistema educacional.

Alimentando expectativas sedimentadas no senso comum o governo capitalizou a educação. Por seu intermédio disseminou a idéia da revolução silenciosa. Face à crise econômica e à erosão do sistema educacional, o ensino a distância é utilizado em caráter instrumental. Está equacionado com políticas econômicas restritivas que impõem a redução de gastos sociais e a privatização de serviços públicos. Ao invés de modernizar o ensino está sendo acionado para mascarar suas deficiências crônicas. O seu escopo é reduzir investimentos, produzir indicadores numéricos e falsear padrões educacionais.

O uso instrumental da educação a distância tem efeitos controversos: o empobrecimento do ensino fundamental e a privatização do ensino superior. O alardeado aumento da cobertura educacional encobre a deterioração de padrões de ensino e a crescente exclusão social. No primeiro caso prevalecem critérios técnicos sobre pedagógicos, no segundo, a lógica de custos e de benefícios econômicos.

Através de estratégias publicitárias, o Governo Fernando Henrique alardeou resultados quantitativos sem correspondência com a qualidade do ensino. A publicidade entra em contradição com a realidade social: com a vexatória qualidade da educação no Brasil. Após sucessivas avaliações de organismos internacionais, Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação vê-se em situação constrangedora. Admite o baixo desempenho relacionando-o à indisfarçável exclusão social.<sup>2</sup>

Em escala mundial, consórcios transnacionais disseminam a crença na educação de alcance universal. Realizada de forma assíncrona, permanente, difundida de qualquer lugar, sem estabelecer distinções, sugere o acesso indiscriminado. Estes pressupostos levam a crer que o ensino a distância seja sinônimo de democratização educacional. Ensejando a ampliação de vagas e a oportunidade de escolhas, a privatização do ensino transforma o mercado em patamar da democratização educacional. Nesta inflexão, o direito à educação será mediado pelo poder de compra.

Neste contexto a educação a distância liga-se umbilicalmente ao comércio eletrônico. As senhas de acesso cobradas por provedoras de ensino equivalem aos carnês do ensino pago convencional. Intransponíveis sistemas de codificação desmontam a tese de que a Internet seja universo sem fronteiras. A velha lógica da acumulação de capital dá forma às redes de conhecimento e de educação. Converte a informação eletrônica em mercadoria. Infunde valor na troca de informações.

Este processo não é aleatório. As transformações da base técnica correspondem a significativas mudanças nas estruturas socioeconômicas. A dinâmica cumulativa do capital também aplica-se aos meios de comunicação eletrônica. Neste quadro acelera-se a acumulação de capital e a concentração das redes de comunicação.

## **Novas tecnologias e concentração econômica**

As novas tecnologias aceleram a circulação de capital. Aumentam o ritmo de concentração econômica. Propiciam a condensação do mercado educacional beneficiando corporações transnacionais com maiores acúmulos

técnicos e financeiros. Em todas esferas da economia observa-se a fusão de empresas. No setor de serviços a disputa por mercados periféricos aumenta a voracidade de concorrentes. Setores complementares se consorciam criando o espectro da indústria cultural ampliada. O capital financeiro funde-se com empresas de comunicação, de entretenimento, de publicidade, de educação aumentando o poderio da indústria cultural contemporânea.

As fusões envolvem empresas de entretenimento, de publicidade, provedoras de tecnologia e de comunicação social. Em sintonia com o processo de concentração da economia de mercado, ao final de 1999, a *American On Line- AOL*, maior portal da Internet funde-se com a *Time-Warner*, destacada empresa midiática. A atual fusão é desdobramento da junção das empresas *Time* e *Warner*, em 1989. À época essa operação envolveu recursos inferiores a US 8 bilhões. A *Time Inc.* tinha valor estimado em US \$ 4,2 bilhões e a *Warner Communications*, em US \$ 3,4 bilhões. A fusão atual envolve US \$ 165 bilhões.<sup>3</sup>

As novas tecnologias da informação e os serviços em linha geram modalidades de investimentos que se apóiam em avaliações e prognósticos de rentabilidade bastante nebulosos. Sem alterar consagradas leis da acumulação de capital, a nova economia exacerba o caráter especulativo dos investimentos financeiros. As empresas fundamentadas nas novas tecnologias são artificialmente valorizadas.<sup>4</sup> Graças a este expediente intensificam as operações especulativas. Aplicam-se a empresas e aos serviços por elas prestados. Estratégias de *marketing* tornam-se indispensáveis à esta dinâmica. Por meio delas, a educação reveste-se de elevado valor simbólico. O ensino a distância e provedoras de *e-learning* são supervalorizados, adquirindo alto valor de mercado. A disputa do mercado educacional aciona o processo de fusões coroado com a formação de consórcios de ensino a distância. Amplia-se a base territorial, a diversificação das esferas de atuação e a economia de escala de corporações transnacionais. A capacidade de intervenção estratégica dessas corporações aumenta extraordinariamente. Essa tendência assinalada na transição do século XIX adquire novas características na atualidade.

A abertura dos mercados periféricos propicia condições sem precedentes para a intervenção econômica das corporações transnacionais. A expansão da economia de mercado e a internacionalização dos mercados periféricos, sob o arcabouço ideológico da globalização, viabiliza novas formas de hegemonia e de dominação política, econômica, cultural e educacional. Com o concurso das tecnologias da informação e das redes de comunicação verifica-se o enlace de estratégias econômicas e educacionais. A educação a distância converte-se no domínio no qual estas estratégias intensificam-se promovendo a comercialização do ensino em escala mundial. Consórcios transnacionais expandem seu domínio sobre mercados educacionais periféricos. Valem-se do poderio econômico, da influência política e de acúmulos técnicos para intervir em políticas e programas educacionais em escala mundial.

A perspectiva de fortalecer a educação escolar não deve obscurecer a percepção destes processos. Novas práticas educacionais são exercitadas pela indústria cultural. De forma subliminar penetram no âmbito doméstico. Provocam a erosão de instituições educacionais consolidadas. Sugerem a falência da escola. Não mais por ímpeto libertário, tal como nos anos 60.<sup>5</sup> Seu escopo é desregulamentar a educação tornando-a domínio cada vez mais permeável às forças do mercado.

Dotados de elevado valor simbólico, a educação e o conhecimento viabilizam-se como capital humano. Esta estratégia de dissuasão introduz o ensino a distância no mercado de bens simbólicos.

Ainda que comportem dimensões universais, as respostas educacionais têm enraizamento em sociedades singulares. São expressões tangíveis da dinâmica social. Por meio de inúmeros artifícios a ideologia da globalização tenta erodir a História e identidades nacionais. Procura reduzir todos os processos sociais à dinâmica da expansão da economia de mercado. Sob este viés investe contra processos culturais e educacionais singulares.<sup>6</sup>

A renunciar a projeto de desenvolvimento social repercute no sistema educacional. Compromete os fundamentos e o sentido da educação. A inserção subordinada na economia global acarretou a erosão do sistema nacional de educação. Nesta via a educação brasileira tem papel subsidiário.

As políticas educacionais, ainda que não se reduzam à performance econômica, não podem prescindir de seu exame. Nesta linha de argumentação analisamos políticas econômicas de governo. Assinalamos o caráter dependente e a vulnerabilidade financeira da economia brasileira. Enfatizamos que o comprometimento externo acarreta a perda da capacidade de decisões estratégicas. Implica na renúncia à perspectiva de desenvolvimento social autônomo. Define o caráter subsidiário da educação nacional.

A desestruturação da economia tem sérias conseqüências sobre o sistema educacional. As políticas de estabilização econômica e de ajuste fiscal, servem-se de cortes em gastos públicos, para amortizar a dívida externa. A educação pública será afetada por restrições nos investimentos sociais. As reformas em andamento obscurecem a erosão do sistema nacional de educação. A propaganda governamental, realizada sob o epíteto da revolução silenciosa, o caráter regressivo das mudanças e mascara o falseamento de padrões educacionais.

## **A revolução silenciosa**

A modernização tecnológica e a primazia da educação dão a tônica do novo discurso conservador. No Brasil, a aliança liberal-conservadora que ascende ao Governo em 1994 adotará este discurso. Forças conservadoras apelam à revolução silenciosa para promover o consenso passivo. A defesa da educação torna-se um dos elementos centrais de sua plataforma política.

Sob o rótulo da revolução silenciosa, políticas liberais sugerem que as novas tecnologias e a educação tenham se convertido em motores de transformações sociais. Na prática contribuirão para promover a integração à nova ordem mundial unipolar.<sup>7</sup>

O epíteto revolucionário esconde o caráter conservador das reformas sociais. Sintonizadas com a dinâmica de expansão da economia mundial visam a integração subordinada à nova ordem mundial. Os necessários equilíbrios orçamentários e a estabilização econômica não pressupõem maiores investimentos sociais. Obtidos por intermédio da supressão de direitos implicam em drásticas conseqüências sociais. Neste contexto,

programas educacionais exercem função compensatória. Conferindo prioridade para o ensino fundamental objetivam atenuar efeitos da exclusão social. Seus desdobramentos privatizantes acarretam o desmonte do sistema nacional de educação, com sérios reflexos no ensino público superior.

A ação do governo no campo educacional, anunciada como revolução silenciosa, realiza a modernização conservadora, mantendo estáveis os níveis de exclusão social.

A escalada liberal se beneficia do colapso do socialismo europeu e da crise da dívida externa. O constrangimento financeiro aplicado a países afetados pela crise da dívida externa, compromete a ação de Estados nacionais periféricos. Dependentes de avais e de linhas de crédito de agências multilaterais curvam-se frente suas orientações..

Em nome da racionalidade administrativa, da otimização de recursos e da qualidade de serviços públicos a restauração liberal empreendeu a acelerada transferência de patrimônio social para a iniciativa privada. No Brasil, este processo resultou na drenagem de recursos orçamentários da União, dos Estados e Municípios para contemplar credores externos. A inversão de prioridades políticas implicou no financiamento de operações especulativas em detrimento de investimentos na produção industrial. Como em outros países sujeitos à influência ultraliberal houve perda da capacidade de decisões estratégicas e desindustrialização.

A ideologia da globalização fomenta a abertura de economias periféricas, a integração ao livre mercado, a competitividade externa, sinalizando o trânsito harmonioso para patamares sociais mais avançados. Nesse contexto vulgariza-se a expressão revolução de veludo. Para analistas identificados com estas mudanças, outras revoluções estariam em curso. Estavam sendo desencadeadas pelas novas tecnologias e por seu impacto na educação. Sob este prisma, a educação seria o motor da revolução silenciosa. Revolução irreversível que premia a busca de autonomia individual e a competitividade. Nessa inflexão, o mercado tornara-se o domínio no qual relações de intercâmbio adquirem vigor.

A via da modernização tecnológica com desdobramentos sobre a nova sociedade do conhecimento apresenta-se como irreversível. O determinismo tecnológico enseja a melhoria de padrões de vida em

escala global. A educação é a pedra de toque desta nova versão do determinismo tecnológico. Consistentes objeções ao determinismo são encontradas na obra de Gramsci<sup>8</sup> e de Leandro Konder.<sup>9</sup>

Transformado em carro chefe de estratégia publicitária de governo, o ensino fundamental mobiliza recursos orçamentários sem que atenda ao interesse público. O falseamento de objetivos educacionais permite que o governo celebre indicadores sem consonância com a melhoria de padrões de ensino. Esta ação incidental obscurece o fracasso das políticas socioeconômicas.

Políticas educacionais são sistematicamente apresentadas como promotoras de mudanças, sociais. Seus resultados são capitalizados e se convertem em fonte de consenso passivo. Reproduzem-se no senso comum como expressão de significativos avanços sociais. A educação torna-se a chave da redução da pobreza. Sob diferentes enfoques, ganha primazia em políticas sociais destinadas à reverter disparidades. Sob este viés desempenha papel importante nas transformações sociais. Porém seu alcance é limitado. Ainda que esteja presente em todos os processos de transformação social, por si só, não é responsável por nenhum deles.

O apelo à revolução silenciosa ou tecnológica torna-se a tônica do discurso conservador. No Governo Fernando Henrique esse discurso é marcante. Contudo, a progressão educacional é bloqueada por políticas privatizantes do atual governo.

A educação instrumental é acionada para obscurecer conseqüências da concentração econômica. Incapaz de reverter condições de vida adversas, transferem para o futuro próximo a solução de problemas sociais. Escolas precárias com educação deficiente incluem-se num cenário social que não oferece alternativas de subsistência consistentes.

A educação a distância insere-se na estratégia de falseamento de padrões educacionais, de precarização do ensino e de privatização do ensino superior no Brasil.

Evidências empíricas acusam disparidades entre estatísticas governamentais e a real situação do ensino no Brasil. Expõem a controversa política educacional do governo confrontando anúncios publicitários e a realidade social. Revelam o descompasso entre números citados e a qualidade da educação sinalizada como êmulo da revolução silenciosa.

Os resultados expressos numericamente são explorados publicitariamente no plano interno e servem para obtenção de avais externos que viabilizam o financiamento de programas focalizados na área educacional. Até o ano 2000, os financiamentos oriundos do BIRD e do BID, no setor público, concentravam-se no ensino fundamental. Em menor escala, recursos são canalizados para o ensino médio, bem como para instituições públicas de ensino superior.

Analistas financeiros assinalam que o mercado de ensino superior rende R \$ 7 bilhões anuais.<sup>10</sup> Conforme assinalamos anteriormente, através da *International Finance Corporation* – IFC, são abertas linhas de crédito voltadas a estimular a iniciativa privada no setor educacional e de saúde. A América Latina, laboratório de operações financeiras na área de educação, concentra US\$ 8,474 bilhões, 59,4% dos investimentos da IFC. A esses financiamentos se adicionam 38,8% de US \$ 21,851 bilhões de recursos de terceiros atraídos pela agência. A Universidade do Sul de Santa Catarina- UNISUL e a Universidade do Vale do Itajaí, maior rede privada de Santa Catarina, são as primeiras instituições de ensino a se candidatarem à obtenção de empréstimos. As elevadas taxas de juros e os empréstimos efetuados em dólar tornam pouco atrativo o financiamento para a empresários do setor educacional.<sup>11</sup> O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, em convênio com o MEC, também abriu linhas de financiamento para a expansão da rede privada.

A crise do ensino público superior e as indicações dos baixos padrões de qualidade da rede privada provocam mudanças nas diretrizes do BIRD. Em avaliação realizada no ano 2000, revela-se a percepção dos baixos investimentos financeiros e da reduzida participação do ensino superior no sistema educacional de países periféricos comprometendo seu desenvolvimento.<sup>12</sup> Neste cenário de barateamento da educação pública e de franca privatização do ensino superior desenvolve-se a mitologia da revolução silenciosa.

O caráter messiânico da educação foi invocado para remover desigualdades sociais.<sup>13</sup> De forma análoga à Era Vargas, o discurso governamental transforma a educação em plataforma salvacionista. Articulistas do Governo atribuem à educação papel central nas políticas distributivas voltadas à obtenção do emprego e à melhoria da renda. Esta tônica perpassa o discurso de Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação, e de Fernando Henrique Cardoso.<sup>14</sup>

O arcabouço do livre mercado fornece os contornos da valorização do conhecimento e da educação. Instrui a lógica do capital humano, do gerenciamento eficaz de recursos financeiros e da utilização de novas tecnologias da informação no campo educacional. A modernização tecnológica e o gerenciamento eficaz suprimem a dimensão política das questões educacionais. Aspectos técnicos são invocados para diluir questionamentos políticos. As tecnologias da informação ganham precedência como promotoras de mudanças educacionais.

Esta ótica incorpora velhas idéias. Revitaliza-se a idéia da onda modernizadora desencadeada pelas tecnologias da informação capazes de causar grande impacto na educação (Tofler, 1996).<sup>15</sup>

A revolução tecnológica é acionada para remover contradições da sociedade capitalista. Ressurge o conceito de pós-capitalismo. Remete-nos a uma nova sociedade do conhecimento na qual o gerenciamento eficaz, as novas tecnologias e a produtividade do trabalho instauram padrões mais harmoniosos de convivência social. (Drucker, 1976).<sup>16</sup> Observamos que formulações dos anos 70 ressurgem com grande vitalidade.

A revolução silenciosa, epíteto de programa de governo, ecoará em estratégias publicitárias. Estabelecerá sintonia entre políticas de governo e objetivos educacionais.<sup>17</sup> Fará continua alusão a êxitos no ensino básico. Enfatizará a ampliação de vagas no ensino superior.<sup>18</sup> Examinados amiúde estes diagnósticos serão fartamente questionados.

Na prática, a modernização tecnológica no campo educacional assemelha-se à modernização conservadora no campo social. Reformas com aparência progressista ocultam o caráter restritivo e regressivo das mudanças em curso.

A tecnologia, o conhecimento e a educação foram incorporados pela agenda liberal. A restauração liberal acena com promessas de mudanças ensejadas pelos benefícios tecnológicos. A restauração liberal, ao mesmo tempo em que coloca em questão a centralidade do trabalho, confere relevância às tecnologias, ao conhecimento e a educação. Sugere que as tecnologias e a educação constituem as principais alternativas para a eliminação de disparidades sociais. Sob a influência liberal e sob os auspícios de agências financeiras multilaterais, a educação ganha destaque em

programas de governo. Políticas educacionais integram-se à agenda liberal como forças impulsionadoras do desenvolvimento social. É crescente a influência liberal na UNESCO, organismo internacional que manteve sólidos compromissos com demandas de países periféricos.<sup>19</sup>

Sob o arcabouço de paradigmas técnicos e cognitivos são obscurecidas relações sociais de poder e de produção. O caráter assimétrico das relações sociais é escamoteado pelo pressuposto de que o acesso ao conhecimento torna-se canal de democratização e de superação de disparidades. Modelos sociais sinalizam a precedência do conhecimento sobre o trabalho. A sociedade da informação afirma-se como inversão de valores. A mistificação do conhecimento descolado de sua base material.

As novas tecnologias da informação, assim como o controle privado e o uso intensivo de outros implementos técnicos têm acarretado a aceleração da concentração econômica. Intensificam os fluxos de receitas e aumentam consideravelmente os ativos econômicos. Na esfera educacional, as tecnologias da informação provocam resultados análogos: concentração de benefícios e exclusão social. Esses processos são observados em dimensão planetária e em sistemas educacionais localizados.

## **A falácia da universalização de direitos educacionais**

A valorização do ensino pode estar a serviço da dissimulação de desigualdades sociais. Por si só a educação não elimina desigualdades sociais. A educação, ainda que seja fundamental, não garante a universalidade de direitos sociais. Por mais edificantes que sejam os propósitos educacionais são insuficientes para promover a justiça social. Componente essencial de padrões de sociabilidade mais justos, a educação não é a matriz da justiça social. A iniquidade social também produz valores.

O iluminismo vislumbrou a educação como sendo portadora de valores universais. Nesta acepção, o ensino, o conhecimento e a razão tornar-se-iam êmulos de uma nova sociabilidade. Ao abstrair as bases materiais da organização social o iluminismo superestimou a educação. Conferiu à educação um papel muito além de suas reais possibilidades de transformação social.

Correntes neoiluministas procuram recuperar a crença na razão e na educação. Contudo, ao tangenciarem estruturas políticas e econômicas tem desaguado no campo liberal. Professam uma nova ordem internacional infensa às estruturas de poder existentes e à acumulação de capital. A nova racionalidade comunicativa aposta na pujança das redes de conhecimento instauradas pela telemática.<sup>20</sup>

Esta lógica tem sido apropriada e instrumentalizada pelos apologistas da sociedade do conhecimento em teorias de extração liberal. Esta nova racionalidade comunicativa reveste-se de caráter instrumental e tem sido capitalizada pela ideologia liberal. A educação e o conhecimento convertem-se em fontes de uma nova ordem social que não suprime a velha lógica restritiva da acumulação de capital.

No caso brasileiro, assinalamos a substituição de veleidades desenvolvimentistas pela perspectiva de estabilização econômica adotada pelo Governo Fernando Henrique. Esta guinada é requisito para a inserção passiva na economia de mercado mundial. Têm como consequência a retração da economia brasileira.

O aparelho de Estado foi posto a serviço do financiamento da privatização da esfera pública.<sup>21</sup> Este processo não se consubstanciou no aumento da capacidade produtiva da economia brasileira. Representou o aumento da participação de corporações transnacionais e a desnacionalização da economia brasileira.<sup>22</sup>

As restrições impostas pelas metas do ajuste fiscal, fundamento da estabilização econômica, contristaram políticas sociais. As políticas de educação pública superior foram drasticamente afetadas pela redução de orçamentos. As restrições financeiras desdobraram-se no estímulo à privatização do ensino, à ampliação do mercado educacional e ao fomento de políticas de auto-subsistência de instituições públicas. A política educacional foi orientada para a definição de áreas de intervenção estratégicas. Setores educacionais mais rentáveis, graças a omissões governamentais ficam reservados para a iniciativa privada. O ensino fundamental, massificado e precário, é contemplado com programas focalizados. Nesta esfera, programas educacionais têm se viabilizado graças ao consórcio de instâncias do Estado com organismos não governamentais, empresas privadas e agências financeiras.

A expansão do ensino a distância do Brasil segue estas tendências. Bifurca-se no ensino sofisticado e privatizado destinado a elites e em programas educacionais aligeirados voltados à capacitação de professores do nível fundamental. Graças a essa clivagem, observa-se a crescente destinação comercial do ensino a distância.

A renúncia à perspectiva desenvolvimentista desdobrou-se em tendência regressiva que conduz a economia brasileira ao aumento da dependência externa, à vulnerabilidade financeira e à estagnação. Ao abdicar da perspectiva de desenvolvimento social o Governo Fernando Henrique favoreceu a implosão do sistema educacional.

O processo de internacionalização dos mercados periféricos não configura deste modo o aumento de investimentos externos produtivos. Nesta condição as economias periféricas absorvem de modo desigual as estratégias de reestruturação produtiva utilizadas em países centrais. Estas estratégias visam a compensar o declínio das taxas de lucro em escala mundial. Em nome da competitividade de empresas a reestruturação produtiva desarticula economias nacionais. Aprofunda o fosso entre setores dinâmicos integrados a economia mundial e empresas com reduzidos acúmulos técnicos e baixa capacidade de investimento financeiro. Na prática a reestruturação produtiva acelera a internacionalização da economia nacional promovendo novos padrões de consumo e elevadas taxas de exclusão social.

A reestruturação da economia pode ser caracterizada pelo elevado grau de financeirização e pelos investimentos improdutos. O deslocamento de capitais da esfera produtiva para o mercado financeiro e para o setor de serviços impõe uma nova lógica econômica. Nela a indústria de entretenimento, de cultura e de educação terá um papel chave. Será beneficiada pelas novas tecnologias da informação e pelas redes integradas de informática.

As tecnologias da informação, aptas a instaurar padrões de vida mais harmônicos, têm sido empregadas prioritariamente em estratégias bélicas, na comunicação dissuasória, em operações financeiras especulativas. Deste modo serviram à consolidação de um novo regime de acumulação.<sup>23</sup>

O novo regime de acumulação está fundado no aumento da concentração econômica, na financeirização da economia, na formação de cadeias produtivas em escala mundial, na abertura das economias periféricas, na crescente privatização

da esfera pública, na fusão de corporações transnacionais, na formação de oligopólios privados, na intensificação das trocas desiguais, na mudança da estrutura de produção de bens e de serviços, entre outros traços.

A nova ordem mundial sob hegemonia norte americana está assentada em alguns pilares fundamentais: no arsenal bélico norte americano, no poderio econômico das corporações transnacionais, na capacidade de formulação e de implementação política das agências financeiras multilaterais, nos acordos de comércio desigual engendrados pela OMC, na dissuasão midiática e no esvaziamento da ONU, transformada em supervisoras da paz armada.

Neste quadro, as políticas educacionais de países periféricos articulam-se com as diretrizes básicas de expansão da economia e da educação em escala mundial. As restrições financeiras agravam a dependência às agências de formulação multilaterais.

A educação a distância tem sido exaltada como canal de democratização do ensino. Ao longo desta narrativa assinalamos que ensino a distância realiza objetivos controversos. Esta modalidade de ensino pode ampliar o acesso à rede pública, contudo, também se presta a restringi-lo.

Em tese, as mediações econômicas e as potencialidades técnicas aumentam o raio de alcance da educação a distância. Como mediação econômica entendemos a disponibilidade de renda ou de linhas de financiamento da educação. No que tange às potencialidades técnicas, referimos, especialmente, às tecnologias da informação de base eletrônica e às redes integradas de computação. Argumentamos que na vigência da economia de mercado e face à atual exasperação liberal estas potencialidades são acionadas para criar sutis mecanismos de restrição de acesso ao ensino. Ao invés de ampliarem o alcance da educação pública, potencialidades técnicas e econômicas são canalizadas para limitar o acesso ao ensino por intermédio da sua privatização. Ao invés de reduzirem barreiras socioeconômicas servem para sofisticá-las graças aos expedientes empregados para intensificar a comercialização do ensino a distância.<sup>24</sup>

A universalização do ensino por meio da educação a distância é o alibi empregado para privatizar o acesso e para internacionalizar o mercado educacional dos países periféricos.

A ideologia da privatização educacional se reveste de apelos humanitários. A prioridade invocada para destinar recursos públicos para o ensino fundamental constrange o financiamento do ensino superior. Esta orientação não é humanitária ou filantrópica, obedece lógica da privatização do sistema educacional. Ao retirar o financiamento público do ensino superior constitui um privilegiado domínio para investimentos privados.

A privatização do ensino é lograda graças à:

- 1 – cisão e contínua diferenciação do sistema nacional de educação;
- 2 – hierarquização de níveis e de modalidades de ensino;
- 3 – crescente atribuição de valor simbólico ao ensino superior e especializado;
- 4 – formação de reserva de mercado educacional para o setor privado.

Subordinados à lógica do mercado, o exercício da democracia e o acesso à educação estão sujeitos a mediações financeiras. Implicam na transposição das barreiras socioeconômicas geradas pelo ensino pago.

Neste enquadramento a educação a distância nega suas potencialidades originais. Despoja-se de sua virtualidade crítica e transformadora. Preconizada como fonte de democratização do acesso ao ensino superior, sofre transmutação. Apropriada pela iniciativa privada ao invés de expandir a educação pública tem contribuído para a prática e a legitimação do ensino pago em instituições oficiais.<sup>25</sup> Transformados em instrumento da paulatina privatização de instituições de ensino superior públicas, projetos de ensino a distância renunciam às potencialidades socializadoras e se desdobram em suas antípodas restritivas. Destinado às elites, o ensino privado a distância beneficia-se do elevado valor simbólico proporcionado pela sofisticação tecnológica. Capitaliza o refinamento técnico em prejuízo da educação pública.

## Considerações finais

Indicadores sociais fornecem a magnitude da exclusão social. Neste quadro delinea-se o abismo tecnológico configurado pela exclusão digital, epifenômeno da exclusão social.

A exclusão digital incorpora-se como categoria central nas análises sobre a difusão das novas tecnologias da informação. Contudo, não é das mais elucidativas. As disparidades sociais não são produzidas por fatores intrínsecos às tecnologias da informação. Decorrem das formas de apropriação e dos móveis que impulsionam sua utilização social. Nesta medida as disparidades que se expressam no plano tecnológico tem raízes em outras esferas da vida social nas quais se definem as formas de apropriação, de controle e de destinação dos meios técnicos.

Na prática, a modernização tecnológica no campo educacional assemelha-se à modernização conservadora no campo social. Reformas com aparência progressista ocultam o caráter restritivo e regressivo das mudanças em curso. A revolução silenciosa é a modernização conservadora realizada sob os impulsos da ideologia da globalização. Seus promotores estão articulados por linhas de força emanadas de agências financeiras multilaterais. A nosso ver a revolução silenciosa transforma regressivamente. Seu silêncio esconde o conteúdo das reformas conservadoras. É a revolução passiva, na acepção de Gramsci. Isto é a revolução sem ruptura de estruturas de poder precedentes. Este processo configura a restauração de mecanismos de poder que servem à consolidação de estruturas políticas e econômicas. Sua meta é consolidar a hegemonia de investidores privados no campo educacional.

A modernização tecnológica e o ensino a distância convertem-se em vetores da privatização do ensino superior e especializado, bem como de internacionalização do mercado educacional brasileiro. Promovida por estratégias de alcance mundial, a educação a distância materializa a dinâmica assimétrica da economia de mercado. As dimensões excludentes são mascaradas pela ideologia do ensino a distância como canal da democratização das oportunidades de acesso ao sistema educacional. Esta ideologia sugere que uma vez superada as barreiras do acesso às tecnologias viabiliza-se a oferta de informações, o conhecimento e a educação por intermédio das redes de computadores integradas mundialmente. A ideologia da democratização omite as barreiras interpostas pelo ensino pago e pelas novas senhas de acesso ao conhecimento.

Apesar de suas inegáveis possibilidades, o ensino a distância sobre influência liberal, instaura barreiras restritivas e contribui para a internacionalização dos mercados educacionais periféricos.

## NOTAS

<sup>1</sup> “...a prioridade era o recrutamento de clientes e a maior parte dos esforços e rendimentos era destinada à promoção, em prejuízo da instrução. De 50% à 80% das taxas escolares eram normalmente investidas em campanhas de marketing direto, publicidade em revistas e jornais e na contratação e formação de vendedores que ganhavam comissão sobre as vendas obtidas. “A força de trabalho de todas as escolas é, de fato, direcionada ao desenvolvimento de seu poder de venda”, apontava, em 1926, em pleno apogeu do movimento de ensino à distância, um estudo financeiro da Carnegie Corporation. “É, sem dúvida, seu departamento mais organizado”. Noble, David. *Ensino à distância, lucros e mediocridade* Diplo, *Le Monde Diplomatique* Ano 1 n. 3 maio 2000

<sup>2</sup> “...os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), divulgados anteontem, levam a conclusões parecidas. “Estamos botando a nu a realidade educacional brasileira, que é a realidade social do País. Mas a única saída para resolver o problema da exclusão social é continuar a investir em educação e nas políticas da melhoria da qualidade e de estímulo à leitura na escola”, complementou. *Aluno termina ensino médio sem dominar escrita* O Estado de São Paulo, 6 de dezembro de 2001,

URL: <http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2001/12/06/ger018.html>

<sup>3</sup> “... loin de refléter des lois naturelles, la « nouvelle économie » traduit la capacité des groupes économiques les plus puissants d'imposer leur domination. L'accord AOL-Time Warner le confirme, qui vise à transformer la Toile en un immense supermarché virtuel, où la chasse aux clients est ouverte, permanente et libre. Cette fusion menace de happer Internet et rogne, un peu plus, le pluralisme de l'information”. Schiller, Daniel. *Internet happé par les spéculateurs*, *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 2000, p. 1, 18 / 19 URL: <http://www.monde-diplomatique.fr/2000/02/SCHILLER/13399.html>.

<sup>4</sup> “*El Financial Times* describe la fiebre especulativa de la TI como “una euforia del milenio”, y sigue señalando que, “*El Índice Compuesto del NASDAQ*, el fanal de la nueva economía, llegó a una cima de 5048,62 el 10 de marzo de 2000. Un año más tarde había bajado cerca de un 60%. El reventón de la burbuja de las .com fue sólo el comienzo del problema. El colapso de... [los valo-

res] tecnológicos, mediáticos y de las telecoms se extendió... a los operadores establecidos”. *La volatilidad de los sectores especulativos de la economía afecta a todos los sectores de la economía, así como a los fundamentos económicos del imperio. El ascenso y la caída de la economía especulativa influyen claramente las estrategias económicas de la construcción del imperio.*” Petras, James. *El mito de la tercera revolución científico-tecnológica en la era del imperio neo-mercantilista*, 27 de julho de 2001, URL: <http://www.rebellion.org/petras/revcient280701.htm>

<sup>5</sup> Illitch, Ivan. *Une société sans école*, Paris, Le Seuil, 1971

<sup>6</sup> Ramonet, Ignácio, *A tirania da comunicação*. Ed Vozes, Petropolis, 1999

<sup>7</sup> “*A revolução silenciosa está unindo o nosso Hemisfério em torno de valores comuns - democracia, mercados livres, respeito e cooperação mútuos.*” *Os discursos e a entrevista no Alvorada Íntegra dos discursos e da entrevista concedida aos jornalistas pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Bill Clinton, ontem no Palácio da Alvorada*, Estado de São Paulo, 1o Caderno, 15 de outubro de 1997, p. 6

<sup>8</sup> As críticas de Gramsci ao determinismo econômico surgem mais intensamente através da leitura da obra de Nicolai Bukharin, “*Manual Popular de Sociologia Marxista*” (1922), editado no Brasil como “*Tratado do Materialismo Histórico*”. Estão contidas em “*Cadernos do Cárcere*”, Vol I, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000

<sup>9</sup> Na obra de Leandro Konder destacamos as considerações feitas no livro “*A Filosofia da Práxis no século XX*”, Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991

<sup>10</sup> “*O Brasil tem atualmente 2,7 milhões de universitários, 70% matriculados em universidades particulares, pagando mensalidades de pelo menos R\$ 300, 00, o que representa, por baixo, R \$ 600 milhões milhões mensais ou mais de 7 bilhões / ano. (...) o Santander (...) indica que 14 % da população da população brasileira de 17 a 24 anos está na universidade. Na Argentina, essa porcentagem é de 40%. Nos Estados Unidos e Canadá, 60%. A meta brasileira é chegar a 30% em 2010. Seriam hoje 6 milhões de universitários. Está em marcha uma revolução silenciosa na universidade brasileira, que se privatiza naturalmente.*” *IFC financia universidade no Brasil*, *Gazeta Mercantil*, 2<sup>o</sup> Caderno, 16 de outubro de 2001, p. B 2

<sup>11</sup> *No forno, os primeiros empréstimos para a educação*, Gazeta Mercantil, 2<sup>o</sup> Caderno, 23 de outubro de 2001, p. B 1

<sup>12</sup> Banco Mundial. *Higher Education in Developing Countries: Peril and Promise*, Washington, The World Bank and the TaskForce on Higher Education and Society, 2000.

<sup>13</sup> O caráter salvacionista da educação em políticas sociais no Brasil é focalizado por David Plank. Apesar das profundas divergências quanto alternativas sugeridas pelo autor, sua leitura é oportuna. Plank, David, *The Means of Our Salvation: Public Education in Brazil, 1930-1995*. Westview Press, EUA, 1996

<sup>14</sup> “... graças àquilo que eu tenho chamado sempre de revolução silenciosa, que meu governo está fazendo a educação, estamos aumentando, mas, violentamente, a demanda, primeiro nas escolas primárias, depois diminuindo a evasão nas escolas, depois no sistema secundário, agora no sistema universitário (...). Tenho certeza de que um único caminho nos levará a evitar que, no futuro, pessoas de boa-fé, pessoas trabalhadoras, pessoas que têm sua vida dedicada, sejam postas no pelourinho, simplesmente pelas razões já alegadas aqui por mim. Só há um caminho para isso: é mais educação, mais educação, mais educação.. Não vai bastar o crescimento econômico. Não vai bastar a distribuição de renda. Mais educação e educação inspirada pela noção fundamental que é a consciência do que se está fazendo e uma forte motivação moral que não confunda nunca o interesse particular com o interesse público.” *Leia os discursos feitos ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso*, Folha de São Paulo, 1<sup>o</sup> Caderno, 28 de maio de 1999, p. 8

<sup>15</sup> Toffler, Alvin, *Criando uma nova onda: a Política da terceira onda*, São Paulo, Ed. Record, 1996

<sup>16</sup> Drucker, Peter, *A sociedade do conhecimento in Uma era de descontinuidade: orientações para uma sociedade em Mudança*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 3<sup>a</sup> ed. 1976

<sup>17</sup> Correa, Marcos S. *A grande revolução silenciosa*, Revista Veja, edição 1452, 10 de julho de 1996, p. 54/55

<sup>18</sup> Schwartzman, Simon. *A Revolução Silenciosa do Ensino Superior*, artigo apresentado no Seminário Sistema de Ensino Superior Brasileiro em Transformação, São Paulo, NUPES/USP, março de 2000

URL: <http://www.airbrasil.org.br/simon/portuguese.htm>

<sup>19</sup> Reconhecendo que grande parte dos países ações não terá como atingir metas sociais das Nações Unidas, previstas para 2015, o relatório afirma que as novas tecnologias são essenciais para reduzir a pobreza. Assinalando seu caráter controverso, indica que a OGM são auspiciosas para países em desenvolvimento. Observa que alguns países em desenvolvimento serão produtores de alta tecnologia porquanto outros se mantenham no atraso. A ênfase está na superação de descompassos tecnológicos. Nesta inflexão as causas das desigualdades sociais e das disparidades educacionais são obscurecidas. Relatório da Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, UNESCO 2001, URL: <http://www.unpd.org/hdr2001/french/>

<sup>20</sup> Rouanet, Sergio P. *Da pólis digital à democracia cosmopolita* Folha de São Paulo, Caderno Mais, 21 de maio de 2000, p. 15

<sup>21</sup> Oliveira, Francisco. ( entrevista ) in *Só o medo de Lula pode manter governistas unidos na sucessão de 2002*, Valor, 1<sup>o</sup> Caderno, 18 de dezembro de 2001, p. A 14.

<sup>22</sup> *Múltis crescem 146% na década liberal : Capital externo aumentou eficiência do país, mas não expandiu a capacidade produtiva ou exportadora*, Folha de São Paulo, Dinheiro, 10 de fevereiro de 2002, p. B 1

<sup>23</sup> Amin, Samir. *Capitalismo, imperialismo e mundialização* in Seoanne, José et Taddei, Emilio ( org ). *Resistências mundiais- De Seattle a Porto Alegre*. Ed Vozes, Petrópolis, 2002

<sup>24</sup> Batista, Wagner. *Educação a distância e o refinamento da exclusão social*, Anais do VIII Simpósio de de Pesquisa em Comunicação Região Sudeste, Universidade Federal do Espírito Santo, março / 2001

<sup>25</sup> A UNIREDE é um caso crítico. O consórcio formado por instituições públicas promove a prática do clientelismo e da privatização do ensino a distância através da reserva de vagas e da cobrança de taxas no Curso de Especialização em Educação a Distância, 2000.

## REFERÊNCIAS

**Aluno termina ensino médio sem dominar escrita** O Estado de São Paulo, 6 de dezembro de 2001 Disponível em URL: <http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2001/12/06/ger018.html>

AMIN, Samir. **Capitalismo, imperialismo e mundialização** in Seoanne, José et Taddei, Emilio ( org ). Resistências mundiais- De Seattle a Porto Alegre. Ed Vozes, Petrópolis, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Higher Education in Developing Countries: Peril and Promise**, Washington, The World Bank and the TaskForce on Higher Education and Society, 2000.

BATISTA, Wagner. **Do desenvolvimentismo à estagnação econômica: a erosão do sistema nacional de educação** in Educação a distância: ampliar ou superar distâncias? Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2002.

\_\_\_\_\_. **Educação a distância e o refinamento da exclusão social**, Anais do VIII Simpósio de de Pesquisa em Comunicação Região Sudeste, Universidade Federal do Espírito Santo, março / 2001.

BONEMY, Helena. **Seminário sobre perspectivas de la educación en América Latina y el Caribe** UNESCO/ OREALC ( anexo 2 ) in Schwartzman, Simon. El futuro de la Educación en América Latina y el Caribe, Santiago, UNESCO, 2001.

CORREA, Marcos S. **A grande revolução silenciosa**, Revista Veja, edição 1452, 10 de julho de 1996, p. 54/55.

DRUCKER, Peter. **A sociedade do conhecimento in Uma era de descontinuidade: orientações para uma sociedade em mudança**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 3ª ed. 1976.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, Vol I, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

**IFC financia universidade no Brasil**, Gazeta Mercantil, 2º Caderno, 16 de outubro de 2001, p. B 2.

ILLITCH, Ivan. **Une société sans école**, Paris, Le Seuil, 1971.

KONDER, Leandro. **Filosofia da Práxis no século XX**, Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

**Leia os discursos feitos ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso**, Folha de São Paulo, 1<sup>o</sup> Caderno, 28 de maio de 1999, p. 8.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva - por uma antropologia do ciberespaço**. Edições Loyola, São Paulo. Paulo, 1998.

**Múltis crescem 146% na década liberal : Capital externo aumentou eficiência do país, mas não expandiu a capacidade produtiva ou exportadora**, Folha de São Paulo, Dinheiro, 10 de fevereiro de 2002, p. B 1.

**No forno, os primeiros empréstimos para a educação**, Gazeta Mercantil, 2<sup>o</sup> Caderno, 23 de outubro de 2001, p. B 1.

NOBLE, David. **Ensino à distância, lucros e mediocridade** Diplo, Le Monde Diplomatique Ano 1 n. 3 maio 2000.

OLIVEIRA, Francisco. ( entrevista ) in **Só o medo de Lula pode manter governistas unidos na sucessão de 2002**, Valor, 1<sup>o</sup> Caderno, 18 de dezembro de 2001, p. A 14.

**ONU-Relatório da Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**, UNESCO 2001, Disponível em URL: <http://www.unpd.org/hdr2001/french/> acessado em 30 de outubro de 2001.

**Os discursos e a entrevista no Alvorada Íntegra dos discursos e da entrevista concedida aos jornalistas pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Bill Clinton, ontem no Palácio da Alvorada**, Estado de São Paulo, 1o Caderno, 15 de outubro de 1997, p. 6.

PETRAS, James. **El mito de la tercera revolución científico-tecnológica en la era del imperio neo-mercantilista**, 27 de julho de 2001, Disponível em URL: <http://www.rebellion.org/petras/revcient280701.htm>

PLANK, David **The Means of Our Salvation: Public Education in Brazil, 1930-1995**. Westview Press, EUA, 1966.

RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação**. Ed Vozes, Petrópolis, 1999.

ROUANET, Sergio P. **Da pólis digital à democracia cosmopolita** Folha de São Paulo, Caderno Mais, 21 de maio de 2000, p. 15.

SCHILLER, Daniel. **Internet happé par les spéculateurs**, Le Monde Diplomatique, fevereiro de 2000, p. 1, 18 / 19 Disponível em URL: <http://www.monde-diplomatique.fr/2000/02/SCHILLER/13399.html>

SCHWARTZMAN, Simon. **A Revolução Silenciosa do Ensino Superior**, artigo apresentado no Seminário Sistema de Ensino Superior Brasileiro em Transformação, São Paulo, NUPES/USP, março de 2000 Disponível em URL: <http://www.airbrasil.org.br/simon/portuguese.htm>

TOFFLER, Alvin. **Criando uma nova onda: a Política da terceira onda**, São Paulo, Ed. Record, 1966.





# EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS<sup>1</sup>: DIREITO DE TODOS!

*Maria de Fátima Monte Lima\**  
serra\_leoa@uol.com.br

Se entendermos que as diferentes mídias contribuem com a re-configuração dos sistemas de poder e as relações sociais, estamos em sintonia com a assertiva de que as Tecnologias da Informação e da Comunicação ao serem produzidas em centros específicos de poder são disseminadas com propósitos específicos e, disponíveis, elas expressam o paradoxo do sistema, produzindo conseqüências inauditas e contraditórias

Portanto, nesse pequeno ensaio, sinalizamos para a necessidade de refletir sobre as redes educacionais e as TIC no âmbito das políticas públicas, no sentido de buscar, no movimento contraditório da relação trabalho e capital, a construção tanto da universalidade da educação, como das redes digitais, potencializando a construção de novas alternativas sociais, a fim de que todos participem do usufruto do patrimônio histórico cultural da humanidade.

Vista como fator de cultura e de democratização na Educação, a Internet lança o grande desafio da universalização e da democratização da Educação e da Comunicação, entrecruzando a dinâmica do Estado Nacional e da Sociedade. Os caminhos da Educação e das TIC, na sociedade

---

\* Professora Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Membro do Colegiado do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe.

capitalista, hoje, denominada de Sociedade da Informação, são estabelecidos mediante os laços entre as Políticas Educacionais, as Políticas de Comunicação e as Políticas de Ciência e Tecnologia.

Nessas condições, Lima e Bolaño (2001), atentam para três questões fundamentais:

1<sup>a</sup>. A crescente importância das TIC, tornando o campo político cada vez mais dependente do espaço público organizado por esses meios;

2<sup>a</sup>. A Educação e a Comunicação devem ser pensadas como fenômenos políticos, como ação, como rede de relações sociais – transformadora ou conservadora – constituinte e constituída de significados e de poder;

3<sup>a</sup>. A defesa da necessidade de se potencializar as tendências, eventualmente, liberadoras e emancipatórias que a Internet carrega, passa por análise de diferentes lógicas sociais envolvidas na sua operação e os modelos de financiamento que as sustentam, estruturados a partir de hierarquias e dos conflitos de interesses que atravessam os diferentes campos da sociedade.

Assim, no campo da Educação e TIC se articula um sistema de rede digital e de poder, que pode ou não contribuir com o avanço de Políticas Educacionais implementadas pelo Estado Nacional, uma vez que, originário do processo de produção de mercadorias, reorganizam o modo de produção e o trabalho abstrato, transformando a informação em elemento central. Fato que abre condições inéditas para as experiências sociais em que a construção de práticas transversais e relações horizontalizadas seja o embrião da nova ordem.

## **Educação, TIC e Espaço Público na Sociedade da Informação**

A compreensão crítica do processo de mundialização do capital segundo Chesnais (1996), é importante para não declinarmos em visões romântica e alienada da relação Educação e TIC. A dinâmica fragmentária e as tentativas homogeneizantes do capital têm evidenciado no processo de “globalização” a incompatibilidade entre desenvolvimento capitalista e a sua universalidade.

Lima (2002), ao realizar a análise da sociedade capitalista alicerçada em estudos produzidos no Brasil e demais países, observa que a sociedade capitalista, no final do século XX, cria alicerces para o funcionamento e reprodução atuais do capital, o que levou alguns países, na Europa, a se organizarem, segundo suas condições históricas, construindo e implementando Políticas e Programas, dentre eles, o da Sociedade da Informação.

Na relação entre o global local, esse Programa envida esforços no processo de universalização e democratização tanto das TIC quanto da Educação, traduzido no alcance de duas grandes metas: Primeira, a necessidade de implementação de uma infra-estrutura digital, fator decisivo na reprodução do valor; suporte de uma economia da informação que hoje já apresenta sinais de declínio, haja vista, o prejuízo de U\$ 1,2 trilhão de dólares nas empresas ponto. com. de alta tecnologia, dentre elas, a ENRON, a violação dos padrões éticos, etc., sinalizando a crise financeira americana.

Segunda, a necessidade de promoção de integração social, base de legitimação do Estado e do capital. O processo de construção das condições necessárias de reprodução do sistema solicita a elaboração de um consenso social, tendo em vista *a forma autoritária da tomada de decisões no processo produtivo e de sua implementação 'consensual'* (MÉSZÁROS, 2003:20).

Ilustrando este movimento, na prática social, no Brasil, o mês de junho de 2003 foi contemplado como o mês da Sociedade da Informação, durante o lançamento do Programa Sociedade da Informação, no Rio de Janeiro. Nesse período, funcionou como a capital mundial da Sociedade da Informação e se desenvolveram atividades que contemplou desde a Reunião Hemisférica (HAB) da Comunicação para a América Latina e Caribe ICA – Instituto para a Conectividade nas Américas, a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI) – até os Novos Papéis do Setor Privado a UN ICT TF – Força Tarefa das Nações Unidas, sobre as Tecnologias da Informação. Esse evento possuiu a importância de mobilizar representantes do mundo inteiro, que colocaram em reuniões a face das TIC e as contradições do mundo globalizado através de programas, convênios, ações que vão desde o “e-commerce” à inclusão digital.

O Programa da Sociedade da Informação lançado no governo de FHC já defendia consoante com o movimento global que:

transações econômicas entre países e as interações entre os indivíduos e a comunidade tendem a ser realizadas por uma infra-estrutura global, baseada em redes de velocidade. A implantação dessa infra-estrutura é hoje estratégica para maior parte dos países e blocos econômicos que percebem um enorme potencial de aplicações para melhorar a competitividade e a qualidade de vida dos cidadãos (SOCINFO, 2000:9).

### No campo educativo deveria ser

prioritário o desenvolvimento e a implantação da Internet de nova geração no país e as Tecnologias da Informação e da Comunicação devem ser utilizadas para integrar a escola a comunidade, de tal sorte que a educação mobilize a sociedade e a clivagem entre o formal e o informal seja vencida” (SOCINFO, 2000:9 e 45).

O discurso tende a busca da universalidade das redes e da Educação, ao visar a reprodução ampliada do capital no âmbito mundial e atende aos ditames dos organismos internacionais que precisam sob a égide dos Estados Nacionais, preconizar políticas indutoras de um mundo sem fronteiras, interligado, com nações independentes e empresas sem nacionalidades, desfrutando todas dos mesmos problemas, em graus diferenciados, em constante harmonia.

Nessa direção, existe uma rede de instituições internacionais – como o Grupo de Oito (G8), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) que se organizam cada vez mais, no sentido de se constituírem uma força internacional unificada destinada a controlar, governar e administrar a vida, no planeta, em função do mercado livre e do lucro no capitalismo financeiro mundial.

Ratificando a idéia de István Mészáros (2003), quanto ao paradoxo da universalização e a presença radical da fragmentação, na raiz do atual sistema, de um lado, acontece uma mudança crucial e global na redefinição dessas agências internacionais, em especial, no Banco Mundial porém, distante da universalização e dos índices nacionais de crescimento e mais aproximadas das medidas que indicam a participação global nos mercados mundiais, o que só confirma a verticalidade das relações estabelecidas entre as nações, no sentido de manter as atuais estruturas de dominação.

De outro lado, engrossando as fileiras da esfera pública, os movimentos sociais demarcam a necessidade social de mudanças no jogo político neoliberal, surgindo como um grito no escuro contra a fragmentação da globalização e o seu discurso universal. Arrastam, no entanto, outra lógica que, na maior parte dos casos, nega o movimento global e inaugura um novo movimento do internacionalismo político, orientado por interesses comuns de trabalhadores de todos países, em defesa da Humanidade e não só da articulação em blocos beligerantes, fazendo frente aos esquemas de intercâmbio cultural e de integração econômica da globalização.

O aparecimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), no mundo, vem ocupar um espaço e tempo sociais de reafirmação da democracia. Atores importantes, no âmbito da sociedade civil, compõem diferentes expressões e singularidades em busca de um ideal comum: justiça social e preservação do planeta, em grandes linhas. Do Greenpeace aos Sem Terra, culminando no Fórum Social Mundial, seguem como força contrária e dinâmica expondo as contradições, de um poder, aparentemente, homogêneo, produzindo em sua dialética: o insurgente, o diferente, o contraditório, em suma, uma desordem transversal que busca novas formas de compreensão e de ação do real que passam, em última instância, pelas atuais conexões entre o capital e a cultura, o Estado e a Sociedade.

No coração do sistema internacional globalizado e fora do controle do Estado Nacional, observa-se uma dinâmica desigual em seus interesses, níveis e dimensões. A volatilidade do sistema expressa as contradições por ela sintetizadas em que a velocidade encontra-se mais desenvolvida em matéria financeira fazendo disto o movimento básico entre o local e o global, o regional e o global, acentuando as desigualdades, eliminando as diferenças, na ânsia de tornar-se único.

A dinâmica do capital coloca assim, sérios obstáculos à superação das desigualdades, na medida em que para Bolaño (2000), esta pressupõe solidariedades amplas e a redefinição de políticas que restituam à sociedade sua capacidade de previsão para estabelecer diretrizes de ação, como impondo a redefinição do padrão de relações entre o Estado e a Sociedade.

## **O papel do trabalho intelectual na universalização e democratização da Educação e Tecnologias da Informação e da Comunicação, enquanto rede de poderes.**

Com as suas limitações e grandezas coube ao capital industrial realizar a mudança do modo de produção. Para Bolaño (2001), tal transformação ocorreu através de um duplo movimento: por um lado, a desapropriação do conhecimento do artesão e, por outro, a sua articulação com o conhecimento, decorrente do desenvolvimento científico que se dava no campo propriamente intelectual. A aproximação do trabalho intelectual, ao modo de produção de hoje, é sem dúvida, fruto de um processo secular e afirma a sua maturidade com a presença das TIC, distinguindo-a das revoluções anteriores, à da microeletrônica, pelo fato de que o duplo processo de subsunção do trabalho intelectual atual, inclusive, o cultural e artístico, e o de intelectualização generalizada dos processos de trabalho convencionais, procuram extrair do trabalhador suas energias mentais e não necessariamente físicas, o que não representa nenhum ganho real para a classe trabalhadora, mas o seu contrário. A qualidade da transformação atual é distinta das demais porque o capital tornou-se cultura, informação.

Desse modo, no processo de mundialização financeira, as TIC são importantes por sua capacidade de trazerem a cultura para o próprio modo de produção, em cujo âmago agora se situa, tornando fundamentais, por sua vez, os conflitos que se dão na esfera cultural, inclusive, pelo caráter mediador cultural que possui o trabalho intelectual diante da importância da cultura.

A generalização do conceito de trabalho intelectual e de suas especificidades na atual etapa de transformações por que passa o sistema capitalista global, pode ser útil no debate das TIC nos diferentes processos políticos e sociais, inclusive, na universalização e democratização da Educação, na medida em que as redes digitais mundiais estão de fato, paulatinamente, constituindo um ciberespaço, no qual a sociedade civil se articula, abrindo possibilidades de ação criadora e política, que de fato sofre o bloqueio do sistema, construído como uma teia extremamente hierarquizada e assimétrica, além do seu caráter restrito a uma parte da pequeníssima parcela da população mundial, algo bastante similar à estrutura do ensino brasileiro, induzindo-nos a lutar pela sua universalização.

Nesta arena, o papel do trabalho intelectual e das TIC é definidor, pois dois elementos se apresentam nesta dinâmica. Primeiro, o trabalho intelectual é humano e isto dificulta uma subordinação total e completa aos ditames da produção de mercadorias, embora, tudo seja feito para anulá-lo esta é mais uma contradição do capital, que se traduz na *dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo* (MÉSZÁROS,2003:20). Este seu caráter específico é o elemento necessário ao processo de mediação que, dirigido para a legitimação das relações sociais capitalistas, abre possibilidades de ações liberadoras.

Segundo, as TIC são convergentes, o que as tornam fator de produção do capital globalizado e permite adequarem-se à hierarquia do sistema capitalista e se estruturam de forma anárquica e caótica o que favorece a construção de práticas horizontais, cooperativas e de solidariedade das relações sociais.

Nelson Preto (2001), enfatiza que a mundialização da cultura traz para ordem do dia, a dimensão cultural associada ao processo de mundialização econômica e que muitas vezes não é considerada adequadamente, quando essa dimensão é responsável pela instauração de formas simbólicas, dos significados e das significâncias que permeiam as TIC.

## **Educação e Novas Tecnologias : potencializações**

De modo geral, merece destaque especial, no processo de transformação do trabalho e da cultura, a questão da participação, produção e socialização de conhecimentos na rede Internet, a qual se encontra ligada, diretamente, ao processo mais amplo de universalização e democratização do ensino público e das Tecnologias da Informação e da Comunicação, assim como, à realização da dinâmica das culturas nas esferas públicas e educativas.

Nesse universo, o trabalho intelectual, a partir da utilização das TIC, objetivado no trabalho pedagógico, passa então a se configurar em uma das preocupações sociais para com a Educação, no século XXI. Daí a necessidade de que não venha a prevalecer o controle das informações e dos conhecimentos, no processo de trabalho escolar, só pelo Estado e pelo capital, A participação da sociedade é imprescindível à universalização da Educação e das TIC.

É verdade que, na Sociedade da Informação, o uso da Internet na formação dos educandos, enquanto aprendizes e produtores de conhecimentos, pode quebrar o silêncio escolar e vir a instaurar a convivência diária com a diversidade social e cultural, em ebulição, no século XXI, e ainda pode estabelecer laços entre coletivos inteligentes, via redes educacionais e digitais. Empreendimento que supõe as ações de operacionalização, referentes à implantação de uma infra-estrutura necessária ao funcionamento das redes, em especial, da Internet e uma nova proposta educacional que oriente e fundamente as relações de aprendizagem, produto das transformações do trabalho e da cultura na sociedade.

Lima (2002), entende a rede como um espaço singular de investigação diverso e plural, convergente e interdisciplinar enlaçando campos de conhecimentos diferentes e divergentes que produzem as condições de elaboração e gestão de novas políticas e práticas educativas nas esferas local e global, construindo/destruindo, afirmando /negando identidades culturais. A Internet deve emergir no seio das Políticas de Educação e TIC, pela amplitude de sociabilidade, que este artefato favorece e por seu caráter inovador e criativo, alicerçados em uma estrutura anárquica. Neste sentido, as possibilidades de aprendizagem conferidas pela rede às organizações coletivas são consideradas elementos estruturantes. As instituições públicas escolares, principalmente, as bibliotecas virtuais e tradicionais, as associações sociais, as Organizações Não-Governamentais (ONG) e as demais instâncias da sociedade formam uma teia de sociabilidades que, se devidamente, equipadas e socializadas mediante o exercício de Políticas Públicas adequadas, podem garantir a participação das pessoas na Internet, ampliando, infinitamente, as possibilidades de sociabilidade e o poder educativo da rede.

Como fator de cultura e aprendizagem, a democratização da Internet se constitui na oportunidade que a Educação tem de viabilizar a criação e recriação de novos conhecimentos e de aprendizagem à medida que a ação e o pensamento humanos irão assumindo novas formas e novos conteúdos na rede, fruto de mudanças substantivas nas técnicas de produção, as quais provocam alterações nas subjetividades.

A linguagem, por exemplo, ao ser construída no embate coletivo, assume a expressão da sociedade dos meios de comunicação, constituente e constituída de significados e de poder, em que a imaginação e a imagem ganham tempos virtuais, vindo a sinalizar um novo processo de aprendizagem. Isto significa, que o constante movimento das capacidades cognitivas e sociais supõem implicações subjetivas. É possível que uma nova forma de ver o mundo esteja sendo construída pela via da Informática e não simplesmente a ocupação de um posto de trabalho.

A escola deve conceber os meios de comunicação e de informação como aliados do processo educativo, usufruindo de sua capacidade de aprender e ensinar de modo criativo e coletivo, em que o elemento fundante seja a singularidade e não a desigualdade. A escola deverá transformar o exercício único de transmitir/assimilar conhecimentos e repetir atitudes/habilidades ampliando, assim, seu universo cognitivo com o ato de conhecer/produzir/comunicar saberes e conhecimentos na convivência com as diferentes culturas, raças e classes sociais através das redes.

Movimento que quebraria a prática identitária e minimizaria a hierarquia, consolidando a autonomia do trabalho pedagógico, a competência científica e a dignidade profissional ao ratificar, cada vez mais, via eletrônica, não apenas a subsunção objetivada pela trabalho intelectual, mas também, a possível autonomia que a subjetivação carrega.

Nesta mesma direção, a formação do profissional da Educação deve considerar, no seu cotidiano, as questões estruturais ligadas, diretamente, aos campos da cultura e do trabalho, à compreensão da produção e da circulação das TIC, assim como, a sua inserção no processo de organização do trabalho docente.

Nesse contexto, a Educação a distância se amplia no mundo e, no Brasil, apesar de todo descompasso, vem aderindo-a, paulatinamente, através das atuais práticas instituídas, quer seja no âmbito do Estado, do mercado e da Sociedade. O governo atual, através do Ministro da Educação, tem se colocado, em seus discursos, muito a favor deste processo educativo e aponta para um considerável investimento neste setor. Entendemos que cabe às Universidades articuladas à Sociedade, a liderança na construção de uma Política ampla de Educação e Comunicação ancorada nas TIC. Pois, trata-se de um campo

constituído pelo trabalho intelectual, possuindo a EAD o seu processo de trabalho alterado com a presença das TIC, motivo inclusive, do seu ressurgimento quando da revolução da microeletrônica. Na perspectiva do mercado, as habilidades subjetivas são intensificadas no processo de aprendizagem em nome das competências por ele requeridas, inclusive a de Educação Continuada, como também, a idéia de gestão tornou-se central, com as mudanças na reorganização do trabalho escolar.

Universalizar as TIC com base em processos pedagógicos fundados em concepções hierarquizantes, sem possibilidades de garantia de acesso, produção e socialização do conhecimento, transforma os ambientes interativos educativos em mais um espaço de validação da lógica linear reproduzindo a pedagogia do livro didático, o que avança pouco.

Como as práticas políticas de Educação e Comunicação avançaram, progressivamente, no sentido da privatização, elucidando o aumento de poder conferido pelas TIC e setores convergentes, inserindo no cenário nacional importantes atores sociais, antes desconhecidos, que passaram também a contestar a hegemonia no mercado da indústria da Informática, Telecomunicações e da Educação, a tendência à centralização do capital se mostra articulada aos movimentos de convergência de mercados decorrente da convergência tecnológica que abre as possibilidades para os oligopólios na área, promovendo fusões e alianças, dinamizando assim, a concorrência do *e-commerce* do *e-learning*.

Esses movimentos são acompanhados por alianças estratégicas com atores locais de médio porte, beneficiados pela ruptura dos monopólios estatais e pelas privatizações, de modo especial as universidades e faculdades particulares. Disto resulta a ampla privatização do sistema de um lado, e por outro, um reforço das formas mercantis em detrimento do controle direto do Estado. É certo que este não perdeu a sua importância na regulação, agindo como grande articulador na mediação do espaço público para o privado, reafirmando sua capacidade de ação no sistema global.

#### Mitre e outros definem a Internet

como um instrumento que se associa aos processos democráticos por permitir o desenvolvimento de versões alternativas de três reconhecidas modalidades de participação política: (1) o voto (neste caso o eletrônico), (2) a exposição, difusão e livre

troca de idéias, pública e informalmente, entre indivíduos ou no interior de pequenos grupos, e (3) apresentação pública através de entidades não-estatais, de demanda e interesses, associada ao ativismo - no caso, on line - (2003:62).

O importante frisar é que a contradição entre os diferentes atores neste contexto, extremamente excludente e assimétrico, termina pondo freios ao próprio mercado e à sociedade civil, inviabilizando as ações do governo em relação à universalização e democratização da Educação e das TIC da ação da sociedade, inclusive excluindo a informatização do processo de aprendizagem no interior das escolas públicas.

Nesse sentido, as instituições sociais ao se tornarem culturais com o processo de mundialização financeira, definidas pela nova subsunção do trabalho intelectual, marcam seu caráter transgressor na Internet. A Educação, a Mídia e a Ciência demonstram um movimento de exterioridade estabelecido pelas interações sociais e intercâmbios comunicativos, para além do mercado.

O imbrincamento entre os diferentes espaços concebido pela nova configuração em interdependência dos meios eletrônicos e magnéticos faz com que a Economia, Informação e Política circulem de maneira vulnerável à manipulação anárquica ou organizada de grupos sociais e indivíduos (SCHAWARTAU, 1995).

Os esquemas de intercâmbios extra-institucionais fazem parte da desorganização do capitalismo contemporâneo e vão desenvolvendo, lentamente um movimento de Educação, Desenvolvimento e Cidadania e, podemos afirmar que, na página da implantação das TIC na Educação, a sociedade brasileira não passou despercebida. É importante notar que passada a euforia da Internet comercial, ganhou importância a dimensão pública da rede, por seu potencial como instrumento de política e mudança social, cabe ao Estado Nacional, hoje, percebê-la e avançar no sentido da universalização.

Diferentes instituições sociais têm conformado expressões de um movimento até certo ponto avesso ao Estado, estruturando o Terceiro Setor, um novo campo de conflitos e de contestação políticos. Neste jogo de interesses, destaca-se a ação das ONG, entre as demais instituições, ao aliarem-se às TIC. Esta rede de atores sociais, sensíveis ao aperfeiçoamen-

to de práticas políticas inovadoras e às ideologias que estimulam o transnacionalismo, seguem construindo caminhos de contra-hegemonia. As TIC têm, portanto, uma função especial, no novo contexto social, e devem ser utilizadas na democratização de processos sociais, como os educativos, através do fomento às ações que permitam a transparência de políticas e procedimentos de governo na esfera da sociedade política como sói no Fórum Mundial Social.

É evidente a existência de uma antiga dicotomia entre os diferentes poderes que cada uma instituição política e social representa, e que não se dissolveu, mas que tomou outra visibilidade a partir das TIC, o que nos leva a pensar na possibilidade de tecermos, socialmente, novas ramificações nas áreas social e educacional, ampliando cada vez ações viabilizadas por essas tecnologias.

No caso da Educação e Movimentos Sociais, uma política massiva do uso das TIC envolvendo a ampla participação dos diferentes sujeitos sociais, na produção e socialização dos conteúdos culturais, poderá transformar a escola em produtora de conhecimentos e a Internet em uma grande ágora, distante do controle do Estado e do capital, tanto para formar consumidores como novos produtores sociais.

A inserção das diferentes culturas favorecida pela Internet, na escola, estaria baseada na incompletude da ciência e é condição para ampliar a participação dos diferentes sujeitos ao sistema educacional nacional, implicando tanto no desenvolvimento de processos educacionais distintos, como na construção de diferentes escolas, rompendo com a existência da escola única, global (SERPA, 2000), cuja pretensão, só reafirma a desigualdade educacional e o desrespeito às diferenças, pondo limites ao acesso e à produção dos saberes no interior do sistema educativo.

Educação, Movimento Sociais e TIC articulam caminhos para Projetos como a Unirede e outros em EAD, inclusive o Programa da Sociedade da Informação com a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), quebrarem um cotidiano reprodutor e linear da Educação, utilizando fortemente o potencial, inovador e criativo da rede, assim como dos movimentos sociais, através de vínculos com a sociedade ampliando a possibilidade de

estar, continuamente em movimento instituindo dinâmicas alternativas ligando os movimentos sociais às redes digitais, em busca da universalização e democratização da Educação e das TIC de uma outra ordem social.

## NOTAS

<sup>1</sup> Palestra ministrada em Mesa Redonda – Educação e Tecnologias da Informação e da Comunicação- no XVI Encontro de Pesquisa de Educação do Nordeste, realizado no período de 11 a 13 de junho de 2003, em Aracaju –SE.

## REFERÊNCIAS

- BOLAÑO, C.R.S. e LIMA, M. de F. M. *Comunicação, Educação e Cultura na Economia da Internet*. In: CANDEEIRO. Revista de Política e Cultura da Seção Sindical dos Docentes da UFS. Ano 4,v.6,mar.pp -48,2001.
- CHESSAIS, F. **A mundialização do Capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. – São Paulo: Xamã, 1996, 335p.
- LIMA, M. de F. M. **No fio de Esperança: políticas públicas de educação e Tecnologias da Informação e da Comunicação**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Orientada pelo Dr. Nelson de Luca Pretto. Salvador, 403p, 2002.
- LIMA, M. de F. M. e BOLAÑO, C.R.S. e *O mundo do Trabalho e Educação à Distância*. **COMUNICAÇÃO & EDUCAÇÃO**. Revista do Curso de Processos Comunicacionais da Escola de Comunicação (ECA). Universidade de São Paulo (USP). Ano VII, Jan./Abr. N. 20, pp.21-32, 2001, 142p.
- MÉSZÁROS, I. **O século XXI : socialismo ou barbárie**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. - 1ªed., Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 116p.
- MITRE, M. e outros. *Movimentos Sociais, Internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net*. **COMUNICAÇÃO & POLÍTICA**. Pela Integração da Latino – Americana. V. X, N. 1, Nova série, janeiro-abril, pp. 63-91, 2003.
- PRETTO, N. *Internert na Educação: eu quero é mais!* In: [www.faced.ufba.br/destaque/form/pretto.htm](http://www.faced.ufba.br/destaque/form/pretto.htm). Trabalho apresentado no Fórum Social Mundial. Porto Alegre, RS, 2001.
- SCHAWARTAU, W. **Information Ware: Chaos on the Eletronic Superhighway**. New York: Thunder's Mouth Press, 1995.
- SERPA, L. F. P. *Realidade virtual: Novo Modo de Produção de Paradigmas*. Salvador, pp 181-206, 2000.
- SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: LIVRO VERDE – SOCINFO. (Org) Tadao Takahashi- Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia. 2000, 195p. disponível em <http://www.mct,socinfo.gov.br>. Acesso em 2000.

## RESUMOS

### **Televisão e barreiras: as dimensões estética e regulamentar**

*Valério Cruz Brittos*

Adotando a Economia Política da Comunicação como eixo mestre de análise, o trabalho apresenta uma via de acesso à compreensão das indústrias culturais no capitalismo contemporâneo. Faz-se isto através da formulação das barreiras à entrada específicas das companhias midiáticas televisivas, a político-institucional e a estético-produtiva, a primeira decorrente do processo de regulamentação e a segunda relacionada com padrões tecno-estéticos. Subjaz a esta concepção a noção de que os mercados capitalistas tendem a organizar-se, em regra, como oligopólios, marcados pela forte presença de barreiras à entrada.

### **A Economia Política da internet e sua crise**

*César R. S. Bolaño*

*Marcos V. Castañeda*

O brilho do sucesso da internet ao final dos anos 90 esmaeceu a partir da crise de 2000 das empresas ditas virtuais, que haviam sido impulsionadas pelo crescimento espantoso da rede durante a segunda metade da década. Para além dos altos e baixos do índice Nasdaq, permanece a importância das TIC na atual reestruturação capitalista e o papel chave da internet, enquanto rede das redes, nesse processo mais essencial. O texto segue, por alguns instantes, esta questão para, em seguida, voltar à análise do desenvolvimento da internet e da sua crise.

## **O Brasil na Sociedade da Informação: bases para um esquema de análise**

*Othon Jambeiro*

O texto sintetiza o primeiro momento de uma pesquisa sobre infraestrutura, regulação e serviços de informação no Brasil. Originalmente isolada, abrangendo o trabalho de um bolsista-pesquisador e três bolsistas de Iniciação Científica do CNPq, ela hoje se associa a uma outra investigação, mais ampla, comparativa entre Salvador e Austin (Texas, USA). Esta última é financiada pela Capes e abriga quase duas dezenas de estudantes – professores e estudantes - das áreas de Informação e Comunicação, da Universidade Federal da Bahia e da Texas University at Austin. Além de mapear, inclusive geograficamente, a infra-estrutura e os serviços existentes nas duas cidades, ambas as pesquisas estão analisando, cooperativamente e sob variados prismas, ações afirmativas de inclusão digital, produção de conteúdos, de acordo com sua natureza e objetivos, e os efeitos e desenvolvimentos da regulação das condições de produção e consumo de serviços de informação. As bases conceituais aqui postas, sobre as quais se propõe deva ser desenvolvido o esquema de análise da pesquisa, buscam estabelecer balizas que delimitem os trabalhos, no intuito de assegurar a objetividade da investigação e a acuidade de seus resultados.

## **Mediação do Trabalho e Estratégias de Comunicação: flexibilidade e reestruturação produtiva no Brasil**

*William Dias Braga*

O autor analisa as estratégias de comunicação para a implementação da reestruturação produtiva no Brasil, apresentando as formas de mediação dos discursos hegemônicos sobre a apropriação produtiva do conhecimento científico e tecnológico no campo do trabalho e as relações entre mídia, racionalidade científica e produção no mundo contemporâneo. Estuda a construção das estratégias discursivas da mídia eletrônica (TV)

sob as novas demandas do capital para a flexibilidade do trabalho (e das leis do trabalho) e a reestruturação produtiva no Brasil a partir de dois casos concretos.

## **A imaginação de um controle público a partir do Regulamento do Setor de Telecomunicações no Brasil: a utilização dos aparatos regulatórios da Agência Nacional de Telecomunicações pelo usuário-cidadão**

*Sayonara Leal*

Este texto confronta as possibilidades de construção de espaços públicos no âmbito de processos decisórios arbitrados pela Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel) com a efetiva participação de atores sociais, privados e estatais nessas esferas deliberativas. O ponto central do trabalho está na fragilização de um controle público-social diante das interações, mediadas por uma racionalidade instrumental, entre os interesses privados e estatais prevalentes nos debates públicos que se estabelecem a partir de audiências e consultas públicas organizadas pelo órgão regulador.

## **Proteção infância e legislação no sistema televisivo argentino**

*Paula Rodríguez Marino*

Este artigo visa apresentar as características dos mecanismos de proteção infância na legislação argentina sobre radiodifusão e reflete os conflitos de interesses entre o governo, o Estado e diversos setores da sociedade civil. São analisadas a lei vigente e as modificações, também impostas, nos governos Menem e De la Rúa. O projeto de lei do COMFER e o acordo de proteção ao menor elaborados até 2000 complementam a análise da normativa e das recomendações para conteúdos televisivos sexuais, discriminatórios e violentos e para a publicidade orientada às crianças e jovens.

## **Educação a distância emodernização regressiva**

*Wagner Braga Batista*

A educação a distância vem sendo celebrado como signo de modernidade e de democratização do ensino. Contudo, apesar de suas inegáveis virtualidades, está sujeita a diferentes apropriações. Sob influência liberal, a educação a distância serve como plataforma para a comercialização de produtos educativos. Desse modo, atualiza antigas assimetrias educacionais. Viabiliza o refinamento do ensino de elites e a banalização da educação das camadas populares. Ao invés de ampliar e melhorar o ensino público, contribui para sua crescente privatização. Sob esse prisma, argumentamos que promove a modernização regressiva.

## **Educação e Novas Tecnologias: direito de todos !**

*Maria de Fátima Monte Lima*

O presente texto objetiva a reflexão da participação dos cidadãos nas redes educacionais e digitais, enquanto um direito. Para isto, analisamos as Políticas públicas de educação e as TIC, a fim de buscar no movimento contraditório da relação trabalho x capital as possibilidades e limites da construção do processo de universalização e democratização da educação e das Tecnologias da Informação e da Comunicação. A Internet como fator de cultura suscita a compreensão do trabalho intelectual diante da crescente importância da educação e das TIC, enquanto espaços públicos organizados por esses elementos estruturantes.

## AUTORES

### **Valério Cruz Brittos**

val.bri@terra.com.br

Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM-UFBA). Jornalista e advogado, é especialista em Ciência Política e mestre em Comunicação Social, tendo muitos artigos publicados, no Brasil e no exterior.

### **César R. S. Bolaño**

bolano@ufs.br

Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), onde coordena o Observatório de Comunicação (Obscom), e doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Jornalista graduado pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), é autor, entre outras publicações, no Brasil e no exterior, de *Indústria cultural, informação e capitalismo* (São Paulo: Hucitec, 2000), e *Mercado brasileiro de televisão* (Aracaju: PEUFS, 1988, atualizado em 2003, ainda indisponível).

### **Marcos V. Castañeda**

marcos@eptic.com.br

Economista, formado pela Universidade Federal de Sergipe desde 2002. Em sua carreira acadêmica atuou como bolsista de iniciação científica pelo CNPq, entre os anos de 2000 a 2003, elaborando relatórios de pesquisa e

artigos sobre temas como Economia da Informação e da Comunicação, Desenvolvimento Regional e Tecnologias da Informação e Comunicação. Atualmente, ainda como bolsista CNPq, na modalidade Apoio Técnico, desenvolve pesquisas enfocando temáticas como Internet e Software Livre.

### **Othon Jambeiro**

othon@ufba.br

Professor Titular do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia. Graduado em Jornalismo, pela UFBA e Mestre em Ciências Sociais, pela Universidade de São Paulo, fez o doutorado na University of Westminster, Londres. Tem dezenas de textos publicados em revistas acadêmicas nacionais e estrangeiras, e como capítulos de livros. É o autor de **Canção de Massa; Regulando a TV no Mercosul;** e **A TV no Brasil do Século XX.** No momento, coordena o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, na UFBA.

### **William Dias Braga**

wdb@domain.com.br

Jornalista Profissional, Doutor em Comunicação e Cultura, Professor Adjunto da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Jornalismo e Produção Editorial) e Pesquisador do NUPEC – Núcleo de Pesquisas em Estratégias de Comunicação. Desenvolve pesquisas nas áreas de *Produção, Circulação e Consumo de Discursos Sociais* e *Comunicação e Trabalho*, realizando estudos sobre mediação, produtos culturais empíricos e reordenação das diferentes relações de saber e poder na sociedade.

### **Sayonara Leal**

sayonara@unb.br

Sayonara Leal: jornalista, mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília-UnB-, doutoranda em Sociologia pela UnB, integrante do

grupo de pesquisa da Faculdade de Comunicação da UnB sobre Políticas Públicas de Comunicação no Brasil. Professora do Centro Universitário de Brasília-Uniceub.

**Paula Rodríguez Marino**

prodriguezmarino@yahoo.com

Docente de Teorias da Comunicação na Faculdade de Ciências Sociais da UBA e do Instituto de Tecnología ORT. Licenciada em Ciências da Comunicação Social pela UBA, Mestre em Comunicação e Informação pela UFRGS, é doutoranda em Ciências Sociais na UBA. Tem diversas publicações sobre meios de comunicação e cultura. Na atualidade, pesquisa sobre cinema, memória e políticas audiovisuais no Instituto de Investigações Gino Germani da UBA e no Núcleo de Estudos sobre Memória no Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES).

**Wagner Braga Batista**

wbraga@uol.com.br

Professor do Departamento de Desenho Industrial, Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Federal de Campina Grande. Doutor em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorando em Engenharia de Produção- COPPE- UFRJ. Coordenador de Educação a Distância UFCEG 2002 - 2003

**Maria de Fátima Monte Lima**

serra\_leoa@uol.com.br

Professora recém-aposentada do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Participa do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação da UFS, como docente e integrante do Núcleo de Educação e Tecnologia, dedicando-se ao estudo e produção de conhecimentos em Políticas Públicas de Educação e Tecnologias da Informação e da Comunicação e Educação e Imagem.

Este livro foi publicado  
no formato 160 x 230 mm  
Impresso no Setor de Reprografia da EDUFBA  
Impressão de capa e acabamento: ESB Serviços Gráficos